

INTRODUÇÃO

O principal objectivo do presente trabalho é propor uma intervenção paisagística num bem cultural classificado, a Tapada da Ajuda. Esta está classificada pelo IGESPAR como Imóvel de Interesse Público. A intervenção que aqui se propõe é no acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda – o Portão do Pólo da Ajuda - em que se pretende a sua abertura aos utentes da Tapada, mas tendo em conta a valorização e salvaguarda das características que fazem desta uma zona classificada. Espera-se que este projecto seja posteriormente aprovado pelo IGESPAR e que este autorize a abertura do acesso.

Neste trabalho são expostos os pontos importantes a conhecer para cumprir o objectivo pretendido. Deste modo a metodologia seguida começa no conhecimento da evolução dos instrumentos legais a nível internacional, que promovem a protecção do património, quer seja ao nível do monumento, ao nível arquitectónico, ou ao nível dos jardins históricos, entre outros. Da mesma forma, também em Portugal se foram desenvolvendo organismos e leis que regem o nosso património, na medida em que determinam o que deve ser alvo de conservação e como se pode intervir nestes bens classificados, sem comprometer as suas características de valor cultural.

Nos capítulos seguintes é feita uma caracterização exaustiva da Tapada da Ajuda, quer em termos da sua evolução histórica e dos períodos que resumem os aspectos que melhor a identificaram ao longo dos tempos, quer em termos de análise biofísica, compreendendo como a paisagem se modelou e reage aos factores climáticos, quer em termos de ocupação do terreno, feita tanto por construções edificadas, como por parcelas de culturas agrícolas, ou de vegetação espontânea ou mesmo implantada, na forma de jardins. Esta caracterização permite avaliar a forma como o terreno da Tapada tem sido dividido e para que utilidades e elaborar um plano de gestão simplificado, que mostre os aspectos que são mais importantes para conservar ou aqueles que são passíveis de melhoramentos para que este espaço não perca a sua identidade e herança cultural

A partir do plano de gestão elaborado, é proposto um projecto de intervenção paisagística para o acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda, de acordo com os requisitos exigidos pelo IGESPAR para se intervir numa zona classificada, que respeite a identidade histórica e cultural da Tapada, permitindo aos cidadãos desfrutar e mais um espaço de interesse e herança cultural e natural.

I. INSTRUMENTOS LEGAIS

1. CARTAS E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Existem diversas organizações internacionais, tais como a UNESCO e o ICOMOS, que são responsáveis pela preservação e divulgação do património, nomeadamente do património paisagístico, e que desenvolvem e divulgam as leis que o regem, apresentadas em convenções pelo mundo inteiro.

A **Carta de Atenas** ou *Carta de Restauro*, de 1931, refere-se aos princípios da protecção dos monumentos, assim como da sua envolvente, respeitando a fisionomia das cidades e a proximidade com monumentos antigos. Menciona ainda o cuidado a ter com as plantações e ornamentos vegetais a utilizar, que se devem adequar e conservar o aspecto antigo dos monumentos.

Em 1962, a UNESCO apresentou as **Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Lugares**, em Paris, onde enfatiza a importância de preservar e proteger todos os lugares e paisagens, sejam elas naturais, rurais ou urbanas, mesmo as que são fruto da obra humana, e que constituam um interesse cultural ou estético.

No decorrer do Segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1964, foi elaborada a **Carta de Veneza** ou *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios*, que surge como uma actualização da Carta de Atenas, onde é alargado o conceito de salvaguarda do monumento arquitectónico para o seu enquadramento geográfico, onde estejam presentes evidências do passado ou de acontecimentos históricos importantes.

Em 1970 é criado o comité **ICOMOS-IFLA**, resultante da associação do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios (ICOMOS) com a Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas (IFLA), com o objectivo de promover a recuperação, conservação e investigação dos “jardins históricos” e das “paisagens culturais”.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, realizada em 1972, em Paris, aprovou a **Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural**, na qual se definiram os conceitos de Património Cultural e Património Natural. Como tal, segundo o Artigo 1º, considera-se como Património Cultural: os *Monumentos*, como obras de arquitectura, sejam de escultura ou pintura, ou com carácter arqueológico e de valor histórico, como inscrições ou grutas; os *Conjuntos*, considerados grupos de construções isoladas ou reunidas, cujas características arquitectónicas ou de integração na paisagem, constituem algum valor histórico, artístico ou científico; os *Locais de Interesse*, como obras naturais ou conjugadas com a acção humana, e locais de importância arqueológica.

De acordo com o Artigo 2º, na definição de Património Natural, cabem: os monumentos naturais, formados por elementos físicos ou biológicos de valor excepcional; as formações geológicas e fisiográficas, e zonas de habitat de espécies animais e vegetais em perigo, susceptíveis de salvaguarda; e outros locais ou zonas naturais delimitadas com interesse especial.

Em 1981, o comité Internacional de Jardins Históricos e ICOMOS-IFLA redigiram a **Carta de Florença** ou *Carta de Jardins Históricos*, destinada à protecção dos jardins históricos, sendo reconhecidos como património histórico. Os jardins históricos são definidos como monumentos “naturais” e “vivos”, seguindo assim, os princípios da Carta de Veneza, e o seu conceito é alargado a parques formais ou paisagísticos.

A **Convenção de Granada**, ou *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu*, aprovada em 1985, diferencia três tipologias dentro do Património Arquitectónico: os Monumentos, os Conjuntos Arquitectónicos e os Sítios, sendo estes últimos obras combinadas do homem e da natureza.

A **Carta de Washington** ou Carta Internacional para a Conservação das Povoações e das Áreas Urbanas, de 1987, assinala quais os valores a preservar dentro das povoações e áreas urbanas, nomeadamente: “as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres” e “as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem”. De ressaltar também que se encoraja a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade para um maior sucesso da salvaguarda do património.

Em Junho de 1992, ocorreu a **Convenção do Rio de Janeiro**, ou *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, realizada pela UNESCO, na qual se alerta para a importância da conservação da paisagem, enquanto detentora de diversidade biológica, e para uma utilização sustentável dos seus recursos e consequente repartição justa e equitativa dos benefícios daí derivados.

Ainda em 1992, em La Petite Pierre, na **Reunião do Grupo de Peritos em Paisagens Culturais**, o conceito de Paisagens Culturais fica finalmente definido, como sendo “ (...) as obras conjuntas do Homem e da Natureza (...) ”, onde está abrangida a diversidade de manifestações que resultam da interacção entre o Homem e o ambiente natural. Dentro das Paisagens Culturais, são distinguidas algumas tipologias, como: as paisagens desenhadas e criadas pelo homem, intencionalmente; e as paisagens evoluídas de forma orgânica.

Com o apoio da ICOMOS-IFLA, o ano de 1993 ganha o título de *Ano Europeu do Jardim*, no qual foram propostos, com a ajuda de subsídios parciais, diversos projectos-piloto para conservação e/ou restauro de jardins ou sítios históricos da Europa, dentro dos quais esteve incluído o Jardim Botânico da Ajuda.

Em 1995, o Comité de Ministros de Conselho da Europa aprovou a **Recomendação nº R (95) 9**, acerca da conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Segundo esta Recomendação, o conceito de paisagem tem um triplo significado cultural:

- é caracterizada conforme a percepção que o indivíduo ou comunidade tem de determinado território;
- é um testemunho das relações passadas e presentes entre os indivíduos e o meio ambiente;
- ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Os dois principais objectivos desta Recomendação são:

- estabelecer as linhas de orientação das políticas de paisagem, respeitando e valorizando as identidades europeias;
- propor medidas para a conservação e a evolução controladas das áreas de paisagem cultural.

No **Relatório da Reunião de Peritos em Paisagens Europeias de Valor Universal Excepcional**, realizada em Viena, em 1996, são complementados os conceitos revistos na reunião de La Petite Pierre, acerca da Paisagem Cultural, mencionando que a identificação e avaliação das paisagens culturais da Europa requerem uma abordagem a nível regional e temática sistemática. É mais uma vez sublinhada a importância das paisagens culturais dentro do contexto Europeu, incluindo as paisagens rurais, e da sua evolução no decorrer do tempo.

Em 1999, a **Carta do Património Vernáculo Construído** refere a importância do património construído vernáculo, sendo este definido como “ (...) a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.”

A **Carta de Burra** ou *Carta para a Conservação dos Lugares com Significado Cultural*, foi realizada pelo comité Australiano da ICOMOS, e revista em 1999, sendo esta a única versão a ser adoptada. Nesta carta são dadas inúmeras definições relacionadas com a conservação do património, assim como os princípios e metodologias a utilizar na salvaguarda do património arquitectónico e paisagístico.

Em 2000, surge a **Convenção Europeia da Paisagem**, em Florença, cujo objectivo é promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio. Nela foram definidas medidas nacionais de protecção do património paisagístico, com vista a contemplar a paisagem nas políticas de ordenamento do território e urbanismo.

Ainda em 2000, a **Carta de Cracóvia**, sobre os *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, diz que deve ser conservado o património arquitectónico, urbano ou paisagístico, e todos os seus elementos constituintes, que resultam da interacção de diferentes momentos históricos e respectivos contextos sócio-culturais. A conservação deste património é feita através de **controlo do meio ambiental, manutenção, reparação, restauro, renovação e reabilitação**.

O Comité do Património Mundial adopta, em 2002, a ***Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial***, que segue uma linha de continuação da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), e diz que deve ser assegurada a conservação de toda a diversidade de património, por constituir um instrumento de desenvolvimento sustentável das sociedades. De entre os objectivos desta declaração, destacam-se alguns:

- promover um **equilíbrio entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento**, com o objectivo de proteger os bens do património mundial, através de actividades que contribuam tanto para o desenvolvimento social e económico quanto para a qualidade de vida das comunidades;
- **defender a causa do património mundial** através da comunicação, educação, investigação, formação e sensibilização das comunidades.

A ***Convenção de Faro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade*** foi assinada em 2005 e relembra as responsabilidades que a sociedade tem para com o património cultural, por este trazer grandes contributos ao desenvolvimento humano e por oferecer diversidade cultural, desde que usado como recurso sustentável.

Em 2009, a ***Declaração de Viena*** fala do papel fundamental que o património tem no desenvolvimento e implementação de políticas de recuperação económica sustentável. Como tal, o incentivo ao seu investimento deve ser feito em três áreas fundamentais: económica, ambiental e sociocultural, e desta forma o património torna-se num **“instrumento eficaz no relançamento da actividade económica e na criação de emprego.”**

No seguimento da Declaração de Viena, surgiu também em 2009 a ***Carta de Bruxelas*** sobre o *Papel do Património Cultural na Economia e para a Criação de uma Rede Europeia para o seu Reconhecimento e Divulgação*. Segundo esta Carta, as actividades destinadas à conservação, restauração e gestão dos bens que integram o Património Cultural, são capazes de dinamizar a economia dos países, uma vez que o património constitui um valioso recurso para revitalizar as cidades.

Finalmente em 2010 foi elaborado um documento com as ***Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial***, cujo objectivo é “facilitar a aplicação da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, no que se refere à:

- “inscrição de bens na Lista do Património Mundial e na Lista do Património Mundial em Perigo;
- protecção e conservação dos bens do Património Mundial;
- atribuição da Assistência Internacional suportada pelo Fundo do Património Mundial;
- mobilização de apoios aos níveis nacional e internacional em prol da *Convenção*.”

Toda esta evolução do conceito de património é crucial na compreensão da paisagem como valor patrimonial, e consequentemente para a sua salvaguarda.

2. SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO EM PORTUGAL

Apesar do património paisagístico português estar assegurado, através de documentos ou intervenções, desde o século XVIII, as acções tomadas para a sua salvaguarda são aqui referidas a partir de 1980, por serem as mais actuais e relevantes.

Em 1980 foi criado o *Instituto Português do Património Cultural (IPPC)*, pertencente ao Ministério da Cultura, e segundo o Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de Abril, passa pelas suas funções, entre outras, “planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, protecção e salvaguarda de bens móveis e imóveis que pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico constituam elementos do património cultural do país.”

A dissolução do IPPC em 1992 dá origem ao *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR)*, através do Decreto-Lei nº106-F/92, de 1 de Junho, cujas responsabilidades se destinam à salvaguarda e à valorização de bens que, pelo seu interesse histórico, artístico ou paisagístico, integrem o património arquitectónico e arqueológico do País. De entre outras, são suas atribuições, segundo o Artigo 2º:

- “a) o inventário, a classificação e a desclassificação de bens culturais imóveis, bem como a definição ou redefinição de zonas especiais de protecção dos mesmos;
- c) a salvaguarda e a valorização de bens imóveis classificados e a salvaguarda das respectivas zonas de protecção;”

A *D Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)* foi criada em 1929, com o objectivo de reunir numa só entidade os serviços de obras dos edifícios e monumentos nacionais e dos edifícios particulares onde funcionavam os serviços públicos. O Decreto-Lei nº 284/93, de 18 de Agosto impõe uma redefinição das atribuições deste organismo e uma reestruturação dos seus serviços. Como tal, de acordo com o Artigo 2º, no que respeita à salvaguarda e valorização do património arquitectónico, compete à DGEMN o **planeamento, concepção e execução das acções de valorização, recuperação e conservação dos bens imóveis classificados** não afectos ao IPPAR, mas também colaborar com este organismo na recuperação ou conservação de imóveis afectos a ele, quando solicitado. Compete-lhe também a **prestação de apoio técnico à valorização, recuperação ou conservação de imóveis classificados ou em vias de classificação**, pertencentes a outras entidades. A DGEMN deve ainda **organizar um arquivo documental** sobre todas as actividades desenvolvidas e **manter actualizados as bases de dados** já elaboradas.

Hoje em dia, os conteúdos documentais da DGEMN encontram-se acolhidos no Forte de Sacavém, numa acção de extrema importância pela salvaguarda do património paisagístico, nomeadamente na área da Arquitectura Paisagista, através dos **espólios de Arquitectos Paisagistas**, como Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles.

Em 1997 o IPPAR é dividido no **IPPAR** (Instituto Português do Património Arquitectónico) e no **IPA** (Instituto Português de Arqueologia), que absorve algumas das funções competentes da instituição anterior.

Segundo o Artigo 2º do Decreto-Lei nº120/97, de 16 de Maio, são atribuições do IPPAR a **salvaguarda e a valorização de bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico do País**. Compete-lhe, portanto, **a salvaguarda e a valorização de bens imóveis classificados ou em vias de classificação e suas respectivas zonas de protecção**, e propor a **classificação e desclassificação** de bens imóveis e bens móveis neles integrados, assim como a definição ou redefinição das suas zonas especiais de protecção. São também das suas competências o **inventário e a promoção de acções de investigação, estudo e divulgação**, pertencentes ao património cultural arquitectónico, e o **apoio técnico e execução de obras de construção** em bens imóveis classificados ou em vias de classificação. É da responsabilidade do IPPAR a **gestão do património imóvel e móvel** a ele afecto, assim como a **concessão de subsídios e a atribuição de bolsas de estudo** a várias entidades, no âmbito da salvaguarda do património cultural português, e ainda a **colaboração** com entidades que tenham esse mesmo objectivo.

A **Lei de Bases do Património Cultural Português**, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”. Pelo Artigo 2º, fazem parte do património cultural os bens que mereçam especial protecção e valorização, por serem testemunhos de valor cultural relevante. Este interesse cultural pode ser de carácter histórico, arqueológico, arquitectónico, entre outros, pelo que estes bens devem reflectir “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”.

Em 2007 foi criado o **IGESPAR** (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), resultando da fusão do IPPAR e IPA, incorporando também parte das atribuições da extinta DGEMN, através do Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março.

Cabe ao **IGESPAR** propor a **classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional**. No caso da Tapada da Ajuda (objecto de estudo desta dissertação), esta foi classificada como **Imóvel de Interesse Público** (I.I.P.) pelo IGESPAR, através do Decreto nº 5, de 19 de Fevereiro de 2002, Anexo II: *“Tapada da Ajuda (conjunto intramuros), delimitada nomeadamente pela Rua do Professor Vieira da Natividade, pela Calçada da Tapada e pela Rua do Sítio do Casalinho da Ajuda, 1 e 2, Lisboa, freguesia de Alcântara.”* O Anexo III do mesmo decreto apresenta a respectiva planta de delimitação dos limites referentes à Tapada da Ajuda e à sua zona de protecção. (**Anexo I**).

O Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. A classificação inclui a constituição de **zonas especiais de protecção** (ZEP), as quais podem incluir zonas *non aedificandi*. Desta forma, os bens imóveis classificados ou em

vias de classificação dispõem de uma zona de protecção (ZP) de 50m a contar dos seus limites externos, ou de uma zona especial de protecção (ZEP), cujos contornos são definidos a partir das curvas de nível, referências na paisagem, como cristas de monte ou cursos de água.

No Artigo 12º é feita a primeira referência ao património paisagístico, de acordo com as finalidades da protecção e valorização do património cultural: **“Defender a qualidade ambiental e paisagística”**. Mais à frente, no Artigo 14º referem-se os **princípios e disposições fundamentais desta lei**, que **são extensíveis aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos**, conforme a compatibilidade com os respectivos regimes jurídicos.

As condições que o IGESPAR exige para que se possa intervir num bem cultural classificado, como é a Tapada da Ajuda estão explicitadas no Decreto-Lei nº 140, de 15 de Junho de 2009. Segundo o Artigo 1º: *“O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados (...) de interesse público (...)”*. Este regime jurídico refere-se, entre outros, aos bens culturais imóveis, como é o caso da Tapada da Ajuda. O Artigo 2º refere os princípios a que devem obedecer os estudos, projectos, relatórios obras ou intervenções sobre os bens culturais, que são, entre outros: **“a) Prevenção, garantindo como regra o carácter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das (...) intervenções, e actos susceptíveis de afectar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, perda física ou de autenticidade; b) Planeamento, assegurando prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados para o efeito, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais (...)”**. O Artigo 4º refere que **“Para efeitos de apreciação de pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais é obrigatória a entrega do relatório prévio (...)”**. Ainda no Artigo 8º, ponto 1, é definido que as obras ou intervenções nos bens culturais devem ser acompanhadas pelos serviços de administração do património cultural competente (neste caso, o IGESPAR).

Este trabalho é um contributo para o relatório, requerido pelo IGESPAR para a aprovação de uma intervenção na Tapada da Ajuda. No capítulo V, referente à intervenção proposta, serão definidos os aspectos sobre os quais o relatório deve incidir.

A Quinta Real tinha como limites os correspondentes ao local circunscrito, hoje em dia, pela Rua dos Lusíadas a Norte, pela Rua Leão de Oliveira a Poente e pela Rua José Dias Coelho, a Nascente, como está ilustrado na planta do Calvário de 1844 (Fig.2).

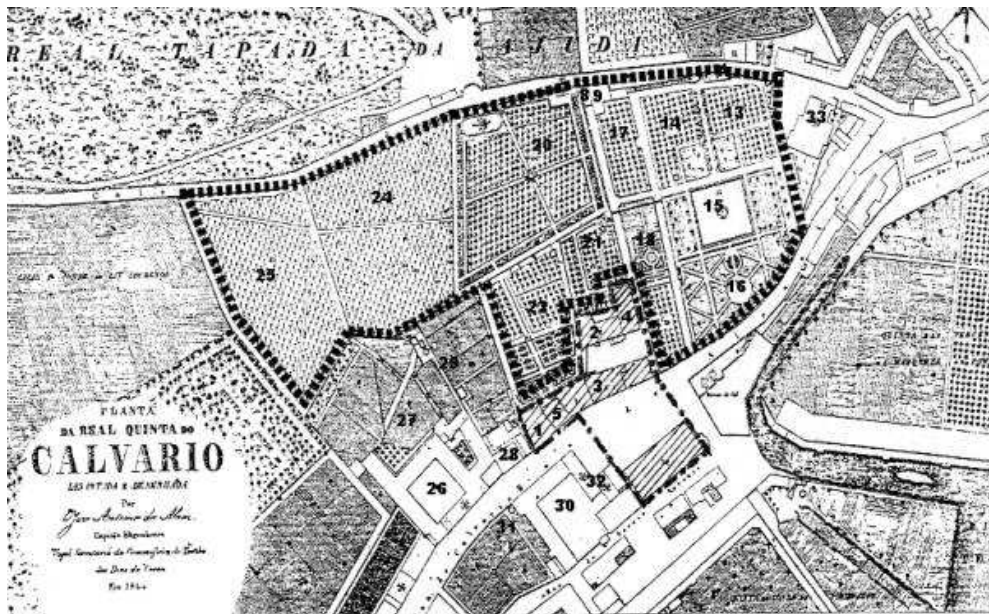


Fig. 2 – Planta do sítio do Calvário, de 1844 (Fonte: MATOS, 1994)



Palácio do Calvário

1. Parte concedida à Marquesa de Valença
2. Cavalaria
3. Parte concedida ao Barão de Campanhã
4. Palheiro
5. Parte concedida ao Vedor da Casa Real
8. Casa de venda de produtos da Quinta Real
9. Casa do Hortelão

Quinta Real

- | | |
|-------------------------|---|
| 13. Pomar da Horta | 24. Vinha de Baixo |
| 14. Pomar do Cemitério | 25. Vinha de Cima |
| 15. Grande Lago | 26. Mosteiro das Flamengas |
| 16. Horta ajardinada | 27. Cerca do Mosteiro das Flamengas |
| 17. Pomar do Teixeira | 28. Hospício do Mosteiro das Flamengas |
| 18. Horta dos Arcos | 29. Horta do Mosteiro das Flamengas |
| 19. Pomar do Calvarinho | 30. Colégio do Calvário |
| 20. Quinta da Ninfa | 31. Cerca do Calvário |
| 21. Pomar de Reserva | 32. Capela da Caridade |
| 22. Pomar do Jardim | 33. Igreja Paroquial de S. Pedro de Alcântara |

A quinta encontrava-se dividida em várias zonas, com diversas funções, nomeadamente em talhões de diferentes e variadas culturas (MATOS, 1994).

Em 1755, devido ao terramoto, a família real fugiu para os altos da Ajuda, refugiando-se na Quinta da Ninfa, numa construção provisória de madeira. Mais tarde, a “Real Barraca” ardeu, em 1796, e no seu lugar foi construído o Palácio Nacional da Ajuda, projecto de Francisco Xavier Fabri, que apenas teve início em 1802, e que “ (...) *embora inacabado, é a maior residência real de Lisboa, fazendo parte do vasto património arquitectónico e arqueológico classificado como Monumento Nacional e Zona Especial de Protecção.*” (CUNHA, 2000: 16).

Em meados do séc. XIX, após ser utilizado para algumas concessões, o palácio, já bastante arruinado, é vendido pela Casa Real, tal como todos os terrenos pertencentes à Quinta Real de Alcântara, para abertura de novos arruamentos e construção de novos edifícios, originando assim o Bairro do Calvário que hoje conhecemos.

2. A TAPADA DA AJUDA

Segundo a definição, uma Tapada é “*um terreno murado, uma mata dentro da qual se cria caça e gado e se aproveita o mato e a lenha. As tapadas remontam à Antiguidade Clássica e eram privilégio exclusivo da realeza. Durante séculos constituíram um papel importantíssimo na defesa e conservação da natureza, bem como as quintas da nobreza e as cercas conventuais, de tal forma que a estas se deve a manutenção de alguma paisagem “natural”, que ainda hoje existe.*” (CARDOSO, 1992: 16).

Quando D. João IV denominou a Tapada de Tapada Real de Alcântara, em 1645, era uma propriedade que compreendia apenas matas densas onde se praticava caça, olivais, pomares, fontes, aquedutos, tanques, estradas rematadas de árvores silvestres e talhões de agricultura, como actividade complementar. Assim se manteve com estas características até ao reinado de D. José, altura em que se mudou o nome para Tapada da Ajuda, e “ (...) *sofreu uma reforma, onde se valorizou e modernizou nos mais variados aspectos* (...) ” (CUNHA, 2000: 18).

Durante o reinado de D. Luís I, inicia-se a expansão urbana e industrial de Lisboa, e consequentemente, a Tapada ganha uma nova valorização pública enquanto propriedade, pelo que começa a explorar novas formas de gestão e uso.

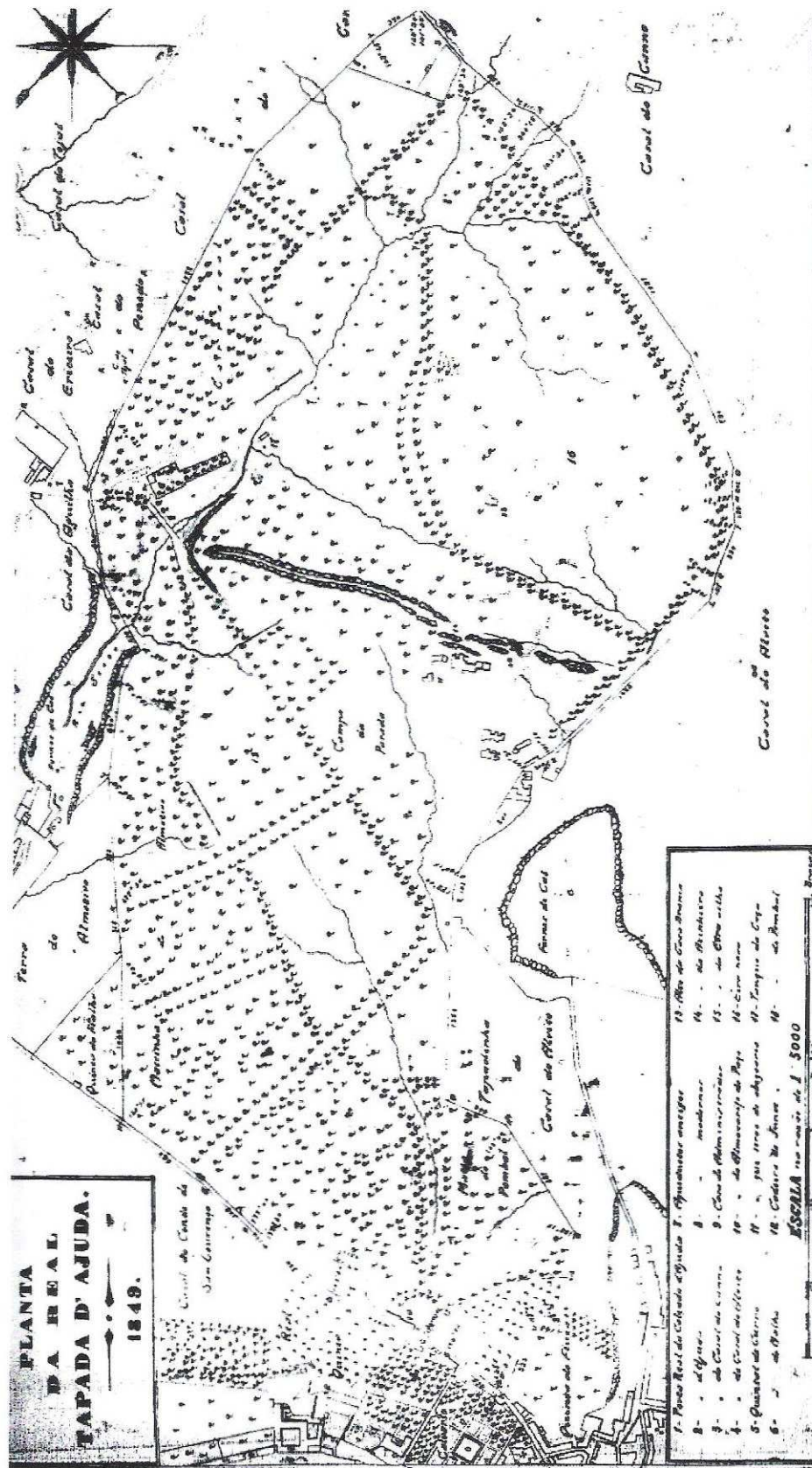


Fig. 3 – Planta da Tapada Real da Ajuda em 1849 (Fonte: arquivos da SAAP/ISA in CUNHA, 2000)

Devido à exposição de 1844, a que se fará referência mais à frente, aos poucos, foi-se acentuando na Tapada o seu carácter agrícola, surgindo diversas folhas de cultura como vinha, hortas, pomares, searas, que foram dando a designação das parcelas como as conhecemos nos dias de hoje: Almotivo, Terra das Hortas, Carrascal, etc., assim como se verificaram melhoramentos a nível de construção e arborização, sem que as caçadas ficassem, obviamente, esquecidas, principalmente no reinado do rei D. Carlos I (1889-1908), que era muito entusiasta da actividade (MATOS, 1994).

Em 1910, após a implantação da República, foi decretado que os ensinos superiores da agricultura e de medicina veterinária, até aí ministrados no Instituto de Agronomia e Veterinária, passassem a ser feitos em escolas separadas (Decreto-Lei nº 61, de 16 de Dezembro de 1910 (**Anexo I**)). Deste modo, foi criado o Instituto Superior de Agronomia, edificado na Tapada da Ajuda, onde se passou a leccionar os cursos de agronomia e silvicultura. A Tapada da Ajuda e todos os seus edifícios, à excepção do Observatório Astronómico e suas dependências foi assim entregue ao Instituto Superior de Agronomia, assim como o Jardim Botânico da Ajuda, para nele se professarem os cursos agronómico e silvícola.

3. A TAPADA DA AJUDA NO PRESENTE

A Tapada da Ajuda é um Parque Botânico com cerca de 100 hectares e encontra-se situada na encosta Sul da Serra de Monsanto. Está limitada a Norte pelo Parque Florestal de Monsanto, a Sul pelo Bairro de Santo Amaro, a Poente pelo Alto da Ajuda, nomeadamente com as faculdades de Arquitectura, Veterinária e ISCSP (Pólo da Ajuda), o Bairro 1º de Maio e o tecido urbano do Rio Seco, e a Nascente é limitada pelo Bairro do Alvito, pelas pedreiras, pelo Estádio da Tapadinha (campo desportivo do Atlético Clube de Portugal) e pela via de acesso à Ponte 25 de Abril.

Em altitudes mais elevadas, a panorâmica da paisagem é impressionante e bastante extensa: desde o estuário do Tejo, até à outra margem, tendo como pano de fundo os maciços de Palmela e da Arrábida. Nas direcções de Poente, Norte e Nascente a vista alcança a Serra de Monsanto e grande parte da cidade, destacando-se os edifícios localizados nos pontos mais elevados. *“Para que se valorizem os admiráveis panoramas, (...), devemos enquadrá-los com o arvoredo, focando-os ou fazendo-os surgir de imprevisto e ainda criando situações que nos permitam a meditação da sua beleza (...)”* (CABRAL, 1936: 2-3).

A Tapada da Ajuda é considerada um espaço único pela diversidade que oferece, ao nível de vegetação, da fauna, e dos seus usos, nomeadamente como espaço de recreio, com diversos jardins, zonas relvadas e lagos, como malha agrícola, com as suas hortas e cultivo de cereais e vinha, e ainda como espaço cultural, com espaços destinados à realização de eventos.

A distância entre os dois portões mais utilizados, o principal na Calçada da Tapada e o do Casalinho, no extremo Noroeste é aproximadamente de 1,5 km. Existe uma rede de estradas que atravessa a Tapada e a divide e compartimentaliza em parcelas agrícolas e florestais, sendo parte do espaço ocupado por pomares, olivais, vinhas, jardins e matas.

Como parcelas agrícolas devidamente delimitadas e que incluem rotações de variadas culturas, são exemplo a Terra da Eira Velha, a Terra Grande e a Cova do Sobreiro.

Entre as áreas de mata, com grande densidade de coberto vegetal, e diversidade de povoamentos, encontram-se a Mata do Carrascal, a Mata do Chafariz, o Olival dos Coelhoos, entre outras, nomeadamente a Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho (**Carta nº 1 – Toponímia** – Escala 1:5000).

É de referir o Miradouro, situado numa colina de 140m de altitude, por detrás do Pavilhão de Exposições, que oferece uma vista surpreendente para o Rio Tejo e a margem sul.

Relativamente aos espaços ajardinados, mencionam-se o Jardim da Parada, situado em frente ao Pavilhão de Exposições, e o jardim adjacente ao anfiteatro ao ar livre desenhado pelo Prof. Francisco Caldeira Cabral.

“Haverá no seio do parque alguns jardins, tendo em vista não só o elemento de beleza que sempre constituem mas também a ideia de criar no Instituto Superior de Agronomia outros núcleos de jardim diferentes do Jardim Botânico que permitam o ensino do pessoal técnico superior e de jardineiros.” (CABRAL, 1936: 4).

A Tapada da Ajuda dispõe de um importante sistema de reservas hídricas, incluindo uma rede de minas subterrâneas, agora desactivadas, mas que alimentavam as necessidades hídricas da propriedade e, provavelmente, da Quinta Real de Alcântara, através de um aqueduto que fazia a ligação sobre a Calçada da Tapada.

Por último, encontram-se edifícios de grande valor e importância na Tapada, assim como património arqueológico, dos quais se vai falar mais adiante. Por este motivo, em 1993, o Conselho Directivo do ISA pediu ao IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) uma classificação da Tapada como um todo, incluindo o ISA, o Observatório Astronómico, a Jazida da Idade do Bronze, a Necrópole Romana e os jardins, à qual a resposta foi que o conjunto proposto ficava ao abrigo do disposto no nº2 do art.º18 da Lei nº13, de 6 de Julho de 1985 (Património Cultural Português), que diz: *“Na fase de instrução do processo de classificação, os bens imóveis a ela sujeitos e os localizados na respectiva zona de protecção não poderão ser demolidos, alienados ou expropriados ou restaurados ou transformados sem autorização expressa da entidade competente para o efeito.”* (MATOS, 1994).

3.1. O Instituto Superior de Agronomia

O instituto, integrado na Universidade Técnica de Lisboa desde 1930, tem actualmente cerca de 1500 alunos nos 3 ciclos de ensino, um corpo docente de 136 Professores e 20 Investigadores, dos quais 149 são doutorados. Quanto ao plano actual de estudos, existem sete licenciaturas e mais de vinte cursos de pós-graduação e mestrados.

Existem os seguintes cursos: Engenharia Agronómica, Biologia, Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente, Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais, Engenharia Zootécnica e Arquitectura Paisagista.

A história da Tapada da Ajuda pode dividir-se em três períodos históricos importantes, que resumem e identificam as características mais relevantes da Tapada ao longo da sua evolução. Esses períodos tornam-se importantes para compreender a forma como a Tapada da Ajuda tem sido gerida e ajudam a planear novas formas de gestão mais adequadas.

Deste modo, começa-se por um primeiro período, correspondente ao reinado de D. João IV, quando por volta de 1640 tomou posse do Paço Real de Alcântara e começou a desfrutar da então Tapada Real de Alcântara, enquanto espaço de recreio para passeios e caçadas. Nesta altura a Tapada tornou-se num espaço murado, (e assim permanece até hoje), mas de acesso restrito e privilegiado à família real. Da Tapada faziam parte uma vegetação muito naturalizada, com matas e matos autóctones, que eram essencialmente aproveitados para lenha e para criação de gado, alguns olivais e pomares de contornos pouco definidos e ainda algumas parcelas de agricultura.

Mais tarde, a partir do reinado de D. José, altura em que se muda o nome da Tapada para Tapada da Ajuda, inicia-se um novo “ciclo” na sua gestão, com novas reformas e por influência da expansão urbana e industrial que se começou a fazer sentir em Lisboa. A necessidade de se acolher a 3ª Exposição Agrícola de Lisboa em 1884, num espaço mais amplo e definitivo, fez com que se construísse um pavilhão à altura do evento na Tapada da Ajuda, por ordem de D. Luís I. Vinte anos antes, neste mesmo reinado, ficou concluída também a obra do Observatório Astronómico de Lisboa, que serviu para inúmeros estudos na área da astronomia. Fruto destas alterações, a Tapada começou a ganhar uma nova valorização enquanto propriedade pública. A abertura ao público implicou uma valorização paisagística do espaço, com a abertura de clareiras para jardins que atraíssem o público, e melhoramento dos caminhos e construções. Como consequência da Exposição Agrícola, houve também um incremento na actividade agrícola, surgindo novas parcelas com culturas de vinha, pomares, hortas e searas, sem nunca descurar a sua tendência para os domínios da silvicultura e caça.

Por fim, a Tapada da Ajuda iniciou um último período relevante, quando, por Decreto-Lei nº 61, 16 de Dezembro de 1910, o ensino superior de agricultura e de medicina veterinária (Instituto de Agronomia e Veterinária) passaram a ser realizados em escolas separadas. Desta forma, os cursos de agronomia e silvicultura passaram a ser ministrados em estabelecimento especial, o Instituto Superior de Agronomia. Para este fim, a Tapada da Ajuda, com os edifícios ali existentes, à excepção do Observatório Astronómico, passou a ser tutelado pelo Instituto Superior de Agronomia. Para complementar esta nova actividade presente na Tapada, foram adaptadas algumas construções de períodos anteriores para a prática do ensino, assim como foram construídos novos edifícios para o efeito. Foram ainda abertos campos agrícolas para experimentação, que hoje são utilizados para rotação de diversas culturas e campos de jogos, que são responsáveis em parte pela grande tradição desportiva que caracteriza esta escola. Cada vez mais, a Tapada da Ajuda é um espaço destinado ao ensino académico, ambiental e à investigação, sem nunca descurar as suas tradições agrícolas e de espaço de recreio.

III. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

É importante fazer-se uma caracterização da paisagem da Tapada da Ajuda, de forma a contribuir para o seu plano de gestão preliminar, para compreender as potencialidades e fragilidades desta paisagem, para que se possa intervir da forma mais correcta. A principal intenção a ter em conta numa paisagem deste tipo é a sua protecção, salvaguarda e divulgação como património histórico, natural e cultural.

Já vários estudos foram realizados sobre a Tapada da Ajuda, e que serviram de base a este trabalho, nomeadamente Francisco Caldeira Cabral (1936), Manuel Armando Valeriano Madeira (1973), António Muñoz Cardoso (1992), Isabel Matos (1994), José Luís Veludo Pereira (1995), Teresa Figueiredo Marques (1995), Natália Cunha (2000) e Ana Luísa Beja da Costa (2004).

1. RELEVO

De seguida, iremos caracterizar a Tapada no que diz respeito a: hipsometria, declives, exposições e riscos de erosão. Apresenta-se também o ortofotomapa, tirado à escala 1:2000, e que serviu de base ao trabalho de campo deste trabalho (**Carta nº 2 – Ortofotomapa – Escala 1:10 000**).

1.1. Hipsometria

De modo geral, a Tapada da Ajuda apresenta um relevo acidentado. O portão principal está a cerca de 20 m de altitude e as cotas vão subindo até aos 140m, no Miradouro, que é o ponto mais alto da Tapada. A carta hipsométrica está elaborada com classes de 25 em 25m (**Fig.4**).

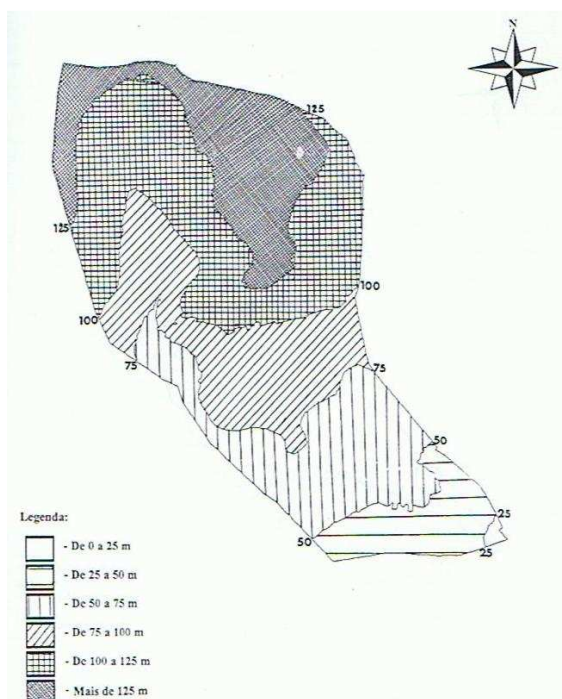


Fig. 4 – Carta de Hipsometria
(Fonte: MATOS, 1994)

“A situação da Tapada da Ajuda, numa colina, dá às suas terras um aspecto mais ou menos acidentado, salvo raras excepções. O terreno tem cotas que variam entre 25 e 140 metros, sendo a vertente sudeste mais suave e plana, o que valoriza as terras aí situadas.” (SARMENTO, 1969: 11) (**Carta nº 3 – Topografia – 1:10 000**).

1.2. Declives

As classes utilizadas para a descrição deste parâmetro são as seguintes: 0-8%, 8-16%, 16-25% e mais de 25% (**Fig.5**).

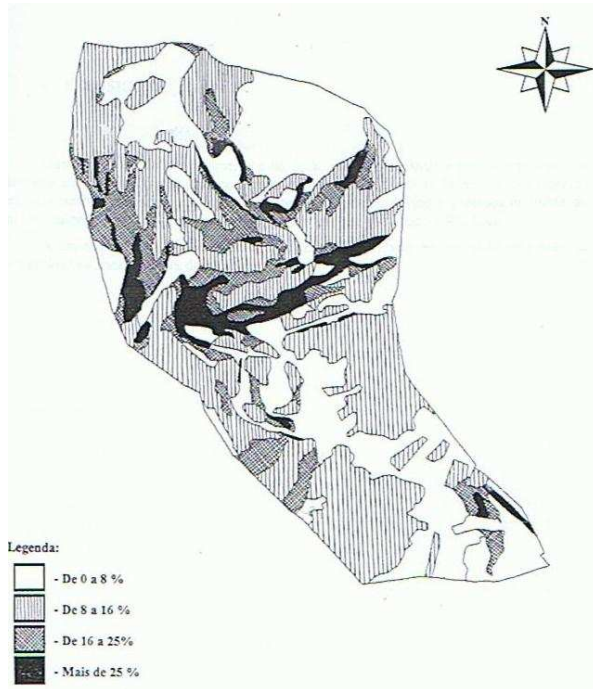


Fig. 5 – Carta de Declives
(Fonte: MATOS, 1994)

Os declives dominantes na Tapada são os das classes 0-8% e 8-16%, de suaves a moderados, sendo de salientar que a Reserva Botânica encontra-se numa zona de declives acentuados (mais de 25%).

1.3. Orientação de Encostas

Obviamente é dominante a exposição do quadrante Sul na Tapada, uma vez que esta se encontra na encosta Sul da Serra de Monsanto. Devido à presença de algumas linhas de água pronunciadas com orientação Norte-Sul, as exposições a Poente e Nascente também têm alguma expressividade (**Fig.6**).

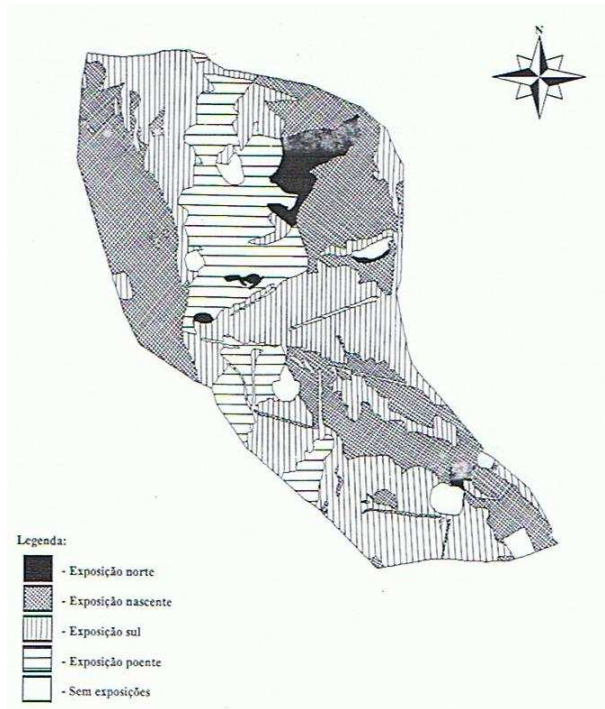


Fig. 6 – Carta de Exposições
(Fonte: MATOS, 1994)

A exposição no quadrante Norte tem pouca representatividade, excepto uma zona considerável na Terra do Moinho.

1.4. Riscos de Erosão

É um parâmetro de grande importância, que normalmente surge relacionado com outras características do local, nomeadamente com os declives e o revestimento vegetal, e que ajuda a determinar quais as aplicações mais adequadas ao terreno (Fig.7).

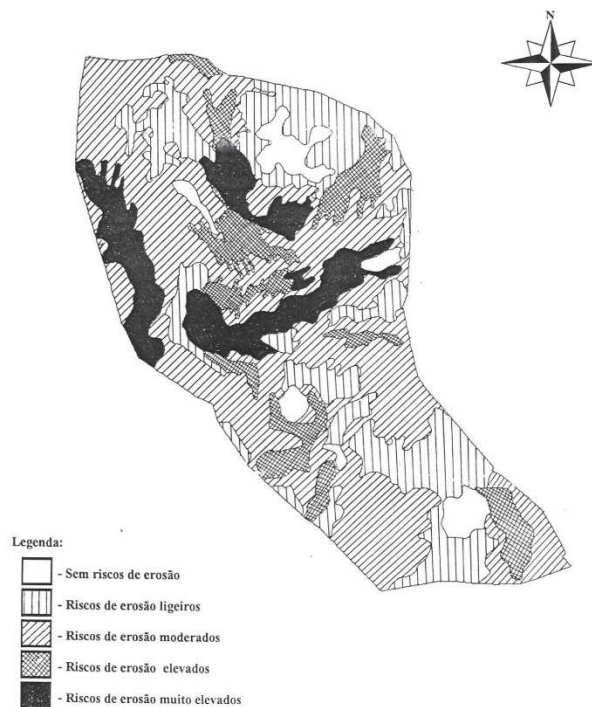


Fig. 7 – Carta de Riscos de Erosão
(Fonte: MATOS, 1994)

2. HIDROGRAFIA

A Tapada da Ajuda tem uma rede hidrográfica muito reduzida, pelo que não fornece, de forma autónoma, água suficiente para as regas de Verão. O talvegue mais notório é o do Rio Seco, que passa pela Terra das Minas, pela Terra do Malhó e pela Geradora, apesar de ter um carácter temporário, pois apenas tem caudal nas alturas de maior pluviosidade. Pode ainda referir-se a linha de água canalizada, que corre por um aqueduto junto ao muro, a Sul da Tapada, até ao portão principal. O aqueduto é atravessado por três pontes no Jardim do Anfiteatro do Prof. Caldeira Cabral. As outras linhas de água correm para as zonas mais baixas do terreno, inclusive para as depressões existentes, que constituem lagoas, das quais se fará referência mais adiante (CUNHA, 2000) (**Carta nº 4 – Fisiografia** – Escala 1:10 000).

3. GEOLOGIA

A Tapada da Ajuda é constituída por formações calcárias (os chamados “Calcários de Alcântara”), originárias do andar Turoneano do Período Cretácico da Era Mesozóica, e por formações basálticas do Eocénico, originadas de fenómenos vulcânicos. As lavas basálticas cobriram os calcários, até sofrerem efeitos climáticos, nomeadamente processos de erosão, que transportaram os detritos basálticos para zonas mais baixas, aflorando assim as manchas de calcário originais, nas zonas mais altas.

“Os solos da Tapada da Ajuda têm, no geral, uma espessura de 45 a 60 cm, atingindo nas baixas, ou nos lugares onde existiram, provavelmente, depressões, uma espessura de 1 a 1,5 metros, devido, naturalmente, a uma acumulação de materiais arrastados dos pontos mais elevados.” (SARMENTO, 1969: 69).

Desta forma, a área em estudo é constituída essencialmente por basaltos e basatinóides, uma faixa central de calcários, na zona mais alta (**Fig.8**).

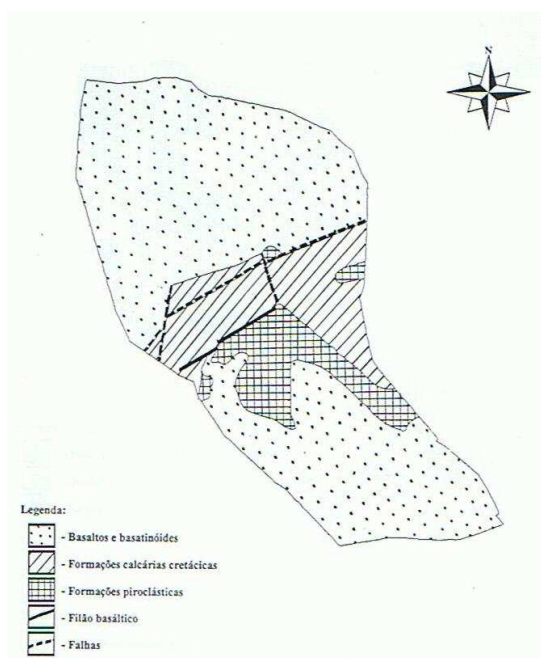


Fig. 8 – Carta de Geologia
(Fonte: MATOS, 1994)

4. HIDROGEOLOGIA

Tendo em conta o substrato geológico da Tapada, é possível saber o seu comportamento relativamente à permeabilidade (**Fig.9**).

Os solos derivados dos calcários são solos mais pobres em matéria orgânica, que oferecem limitações ao crescimento radicular das plantas, sendo principalmente utilizados para culturas de sequeiro. Daí se conclui que apresentam permeabilidade elevada.

Os solos derivados dos basaltos estão associados a permeabilidades mais baixas, devido à sua consistência argilosa mais “pesada” e difícil drenagem.

A faixa central de formações piroclásticas apresenta permeabilidade intermédia.

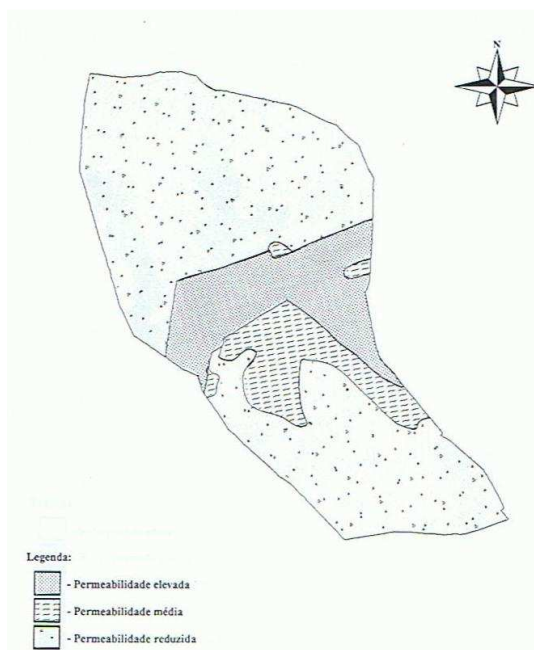


Fig. 9 – Carta de Permeabilidade
(Fonte: MATOS, 1994)

5. CLIMA

“Condições climáticas ou clima são as condições meteorológicas normais no local ou na região que se considera.”¹

“Clima é o conjunto das condições meteorológicas que na sua sucessão habitual no decurso de um período determinado, caracterizam a atmosfera e dão a cada local a sua individualidade.” (MATOS, 1994: 8).

A Tapada da Ajuda tem uma estação meteorológica que funciona nas instalações do Instituto Superior de Agronomia desde 1914, e que fornece duas observações diárias desde 1951, às 9h e 21h. São estas observações que vão poder caracterizar fidedignamente os aspectos climatéricos da área em estudo.

¹.SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL – *O clima de Portugal*. Fascículo XVI. *Região de Lisboa-Santarém*. Lisboa, 1965: 12

5.1. Temperatura do Ar

“A distribuição espacial da temperatura do ar numa região é principalmente condicionada pelos factores fisiográficos, nomeadamente o relevo (altitude e exposição), a natureza do solo e do seu revestimento, e a proximidade de grandes superfícies de água.)”²

A amplitude da variação térmica anual (obtida a partir da diferença entre as temperaturas médias do mês mais quente e do mês mais frio) é relativamente baixa, de 11,6 °C, o que confere com a influência termo-reguladora marítima de que é alvo.

A temperatura máxima diária varia entre os 29,2 °C (em Agosto) e os 15,1 °C (em Janeiro), sendo que o valor médio da temperatura máxima anual é de 22 °C. A temperatura mínima diária varia entre os 7,2 °C (em Janeiro) e os 16,4 °C (em Agosto), sendo o valor médio anual de 11,8 °C ³ (Fig.10).

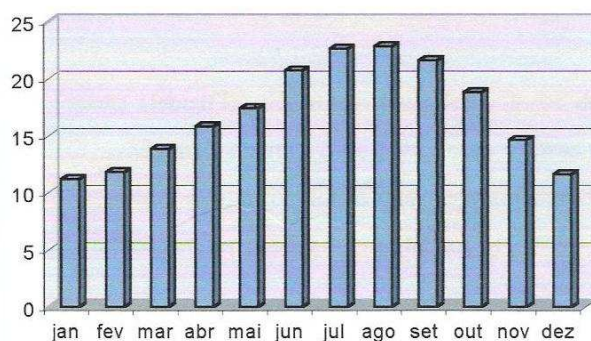


Fig. 10 - Variação da Temperatura Média Diária ao longo do ano (°C).

Valores obtidos na estação meteorológica Lisboa/Ajuda, no período de 1981/90. (Departamento de Ciências do Ambiente,) ISA/UTL).

(Fonte: CUNHA, 2000)

5.2. Insolação Total

A insolação corresponde ao número de horas que o sol esteve descoberto, e varia com a latitude, nebulosidade e estação do ano.

“O posto de Lisboa/Ajuda atinge altos valores de insolação com um valor anual de 2965 horas, sendo o mês mais quente (Julho) com valores de insolação que chegam às 374 horas. Os meses de Dezembro e Janeiro são os que registam menor número de horas de sol (...) com valor médio de 153 horas.” (MATOS, 1994: 12).

².SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL – *O clima de Portugal*. Fascículo XVI. *Região de Lisboa-Santarém*. Lisboa, 1965: 26

³. Dados retirados de “O Clima de Portugal – Caracterização Climática da Região Agrícola do Ribatejo e Oeste”, 1981 (INMG) citados em “Caracterização Física e do O.T. da Região de Lisboa e Vale do Tejo”, 1998, in CUNHA, 2000.

5.3. Humidade do Ar

A humidade relativa depende de factores como a natureza e revestimento do solo, temperatura do ar, vento, altitude, entre outros.

A sua relação com a temperatura exerce grande influência na propagação de pragas e doenças nas plantas, pelo que tem importância do ponto de vista agrícola.

Os meses com temperaturas mais elevadas apresentam as humidades relativas mais baixas, logo apresentam evaporação mais rápida, sendo que o mês de Julho atingiu os 68%, e para o mês de Janeiro o valor de humidade relativa foi de 87%.

5.4. Precipitação

De acordo com o clima mediterrânico, a precipitação é abundante no Inverno e escassa no Verão, pelo que a sua intensidade e distribuição ao longo do tempo exerce grande influência na determinação da instalação das culturas.

Tanto no período de 1971-80 como no 1981-90 os valores totais médios anuais de precipitação são relativamente elevados, respectivamente com valores de 652,0 mm e 683,7 mm, indicando as boas disponibilidades hídricas. No entanto, em termos de distribuição da chuva no tempo e no espaço, a Tapada apresenta um total médio anual de 731,3 mm, com um semestre húmido de chuvas abundantes e muito regulares, que corresponde a 78,8 % da precipitação total anual, e um semestre seco de chuvas de regularidade pronunciada, com 21,2% da precipitação (MATOS, 1994) (Fig.11).

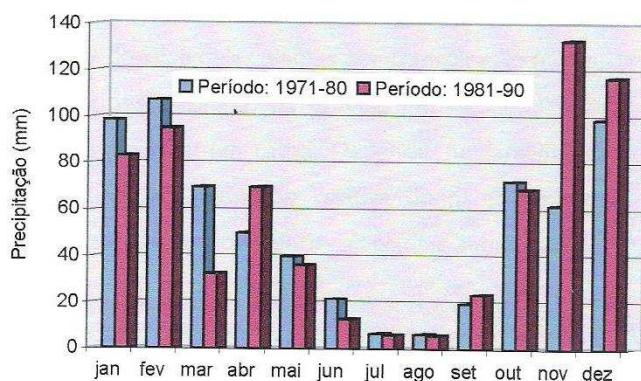


Fig. 11 – Valores médios da quantidade total de precipitação (mm), retirados da estação meteorológica Lisboa/Ajuda, nos períodos de 1971-80 e 1981-90. (Departamento de Ciências do Ambiente, ISA/UTL).

5.5. Evaporação e Evapotranspiração

A maior ou menos intensidade da evaporação está dependente de factores como a radiação solar recebida no local, a humidade relativa, a temperatura e a velocidade do vento.

Os valores da evaporação foram obtidos por leitura no aparelho de Piche de manhã e são referentes às 24 horas precedentes. No Verão, os valores de evaporação são maiores devido ao deficit de saturação do ar mais elevado.

A evapotranspiração pode ser estimada por dois métodos teóricos: o de Thornthwaite e o de Penman, que se mostra mais eficiente, por utilizar dados de temperatura do ar, de humidade relativa, da velocidade do vento e da insolação.

Foram obtidos na estação meteorológica os valores médios anuais de 838,4 mm e 1013,2 mm pelos métodos de Thornthwaite e Penman, respectivamente (MATOS, 1994).

5.6. Vento

Considerando o período de 1951-70, verifica-se que os ventos de Norte têm uma maior frequência anual, com 26,5% nos meses de Verão, seguidos pelos ventos de Nordeste, com 25,7% (predominantes no Inverno) e Noroeste, com 22,0% distribuídos homogeneamente durante o ano (MATOS, 1994).

Os efeitos do vento, no caso particular da Tapada da Ajuda, não são muito relevantes, a não ser em relação à instalação de novas árvores ou sebes de protecção. As árvores que se encontram nas orlas dos povoamentos estão mais sujeitas ao vento dominante (quadrante Norte), apresentando o fuste ligeiramente encurvado nessa direcção, pelo que se torna mais eficiente se as sebes estiverem localizadas perpendicularmente a essa direcção. Nas árvores mais abrigadas, não se verifica influência significativa.

5.7. Classificação Climática

De acordo com a classificação climática de Köppen, o clima de Lisboa/Ajuda é mesotérmico húmido, com um Verão quente e seco (temperaturas superiores a 20° C) e um Inverno fresco e chuvoso, sendo que a sua temperatura média é superior a 10°C – **Csa**.

Segundo a classificação de Thornthwaite, é um clima sub-húmido chuvoso temperado, com grande deficiência de água no Verão e pequena concentração de eficiência térmica estival – **C₂B₂S₂a₁**.

A combinação destes parâmetros exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento vegetativo das plantas, o que vai condicionar os tipos de cultura a plantar na Tapada.

6. SOLO

“O solo pode ser considerado como uma mistura de materiais sólidos, resultantes da desagregação e modificação dos minerais das rochas, associado a uma fracção orgânica (morta ou viva), entre as quais existe, em proporções variáveis, água e ar.” (CUNHA, 2000: 34).

“O aspecto superficial dos terrenos da Tapada da Ajuda é muito uniforme, apresentando geralmente, textura argilosa e cor castanha ou, com menos frequência, castanho avermelhada; somente as terras derivadas de calcários de textura argilosa têm um tom avermelhado mais nítido. Como excepções, temos de considerar duas pequenas manchas, uma de textura franca e cor castanha e outra de textura franca ou franca-argilosa de cor amarelo acastanhado, situadas no Zambujal.” (SARMENTO, 1969: 69-70).

Consideram-se ainda os solos complexos, " (...) derivados de basaltos ou calcários que sofreram profundas alterações devido à acção do Homem, traduzida essencialmente por grandes incorporações de matéria orgânica (...) " (MATOS, 1994: 8), como é o caso das terras com plantações hortícolas.

A partir dos solos é possível elaborar uma carta de capacidade de uso do solo, utilizando cinco classes diferentes: A, B, C, D e E, que agrupam os " (...) solos que apresentam o mesmo grau de limitação e/ou risco de deterioração semelhante." (CUNHA, 2000: 36). Consideram-se ainda as subclasses e, h e s, que dizem respeito, respectivamente, a erosão e escorrimento superficial, excesso de água e limitações do solo na zona radicular (**Fig.12 e 13**).

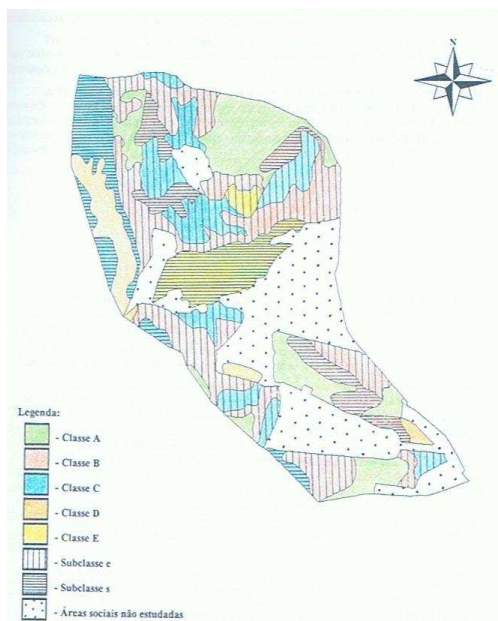


Fig. 12 – Carta de Capacidade de Uso do Solo
(Fonte: MATOS, 1994)

Classes	Capacidade de uso	Limitações	Riscos de Erosão	Utilização Proposta
A	Muito Elevada	Poucas ou Nenhumas	Nulos ou Ligeiros	Agrícola intensiva
B	Elevada	no máximo Moderadas	no máximo Moderadas	Agrícola moderadamente intensiva
C	Mediana	Acentuadas	no máximo Elevadas	Agrícola pouco intensiva
D	Baixa	Severas	no máximo Elevados a Muito Elevados	Não susceptíveis de utilização agrícola salvo casos especiais; com poucas ou moderadas limitações para pastagem, matos e exploração florestal
E	Muito Baixa	Muito severas	Muito Elevados	Não susceptíveis de utilização agrícola. Severas a muito severas limitações para pastagem, exploração de matos e florestal. Em muitos casos, o solo não é susceptível de qualquer utilização económica, destinando-se para vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação

Fig.13 – Legenda da carta de Capacidade de Uso Agrícola dos Solos (Fonte: CUNHA, 2000)

7. OCUPAÇÃO DO SOLO

7.1 O Património Arquitectónico

7.1.1. O Pavilhão de Exposições

A construção deste edifício surgiu da necessidade de se receber a 3ª Exposição Agrícola de Lisboa, de 1884, num local definitivo. A primeira Exposição Agrícola de Lisboa, de carácter distrital, foi acolhida debaixo das arcadas do Terreiro do Paço, em 1852. Em 1864, a segunda exposição ocorreu no Campo das Freiras, em Belém, também em edificações provisórias. Com o crescimento deste evento para nível nacional em 1882, decidiu-se que a 3ª Exposição merecia um espaço próprio e a construção de um edifício à sua altura, tendo sido a Tapada da Ajuda o local escolhido, por aval de D. Luís I, 20 anos depois de ter inaugurado o Observatório Astronómico.

O pavilhão central da exposição teve o nome de “Palácio de Exposições”, para que se pudesse equiparar a outros edifícios da era da “arquitectura do ferro”, tais como o Palácio de Cristal de Londres ou o Palácio De Cristal do Porto. A tipologia do projecto de Pedro de Ávila “ (...) *haveria de ser linear, com uma generosa varanda comprida debruçada sobre uma longa avenida, onde decorreriam os desfiles e as paradas reais que constituíam a mais viva atracção da Exposição.*” (CARDOSO, 1992: 32).

Actualmente, o Pavilhão de Exposições encontra-se integrado no cenário social da cidade, sendo palco de congressos, bailes e exposições (CUNHA, 2000) (**Fot.1 e 2**).



Fot.1 – Pavilhão de Exposições



Fot.2 – Pavilhão de Exposições

7.1.2. O Edifício Principal

Da autoria do Arq. Adães Bermudes, em 1917, este edifício apresenta características muito ligadas às influências religiosas (igrejas e mosteiros) e ao gosto da época pelo “racional” e monumental, apresentando a forma de claustro, que reagrupa diversas funções e funciona como “ (...) *peça de distribuição e de circulação, assim como de arejamento e de iluminação.*” (CARDOSO, 1992: 61).

A implantação deste edifício foi feita no primeiro plano horizontal a Sul da Tapada, por representar bem o carácter monumental da obra, como se estivesse num pedestal, e por se encontrar junto ao portão principal da “Rampa da Asneira”, sendo que a fachada principal vai

sendo descoberta através da “ (...) *fiada de árvores (...), só sendo vislumbrada à medida que se caminha até ela.*” (CUNHA, 2000: 69). No entanto, a sua percepção à distância apenas é conseguida para quem caminha algures na Calçada da Tapada ou circule sobre a Ponte sobre o Tejo (**Fot.3**).

É composto por dois pisos altos que envolvem o claustro, em quadrilátero, e por quatro escadarias, dispostas nos quatro cantos, sendo a sua leitura bastante fácil “ (...) *mesmo para o recém-chegado que, galgada a escadaria principal da entrada, acede ao grande “hall”, vendo-se logo em frente o claustro e, aos lados, as simétricas e convidativas escadarias (...).*” (CARDOSO, 1992: 67).



Fot.3 – Edifício Principal

7.1.3. Outros Edifícios

A Exposição Agrícola Nacional de 1884 deixou como herança, além do Pavilhão de Exposições outros edifícios relacionados com este evento. São eles a Abegoaria (**Fot.4**), que na altura acolhia os cavalos expostos na exposição e onde funcionou até há pouco tempo a Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista do ISA (hoje está instalada funciona no Pavilhão de Agro-Indústrias e Tropicais); e a Vacaria (**Fot.5**) onde ficava o gado bovino, e que hoje funciona como sede do curso de Engenharia Zootécnica. Em 1889 foi construído, em frente à Vacaria, o Chalet rainha D. Amélia, destinado em tempos à habitação do director do Instituto, e que hoje alberga a sede do curso de Engenharia Agronómica (**Fot.6**).

São ainda de referir outros edifícios importantes, tais como a Geradora, construída “ (...) *por volta de 1900 na Cova do Sobreiro, (...) um dos primeiros grupos geradores de electricidade do país.*” (COSTA, 2004: 23), embora nunca tenha chegado a gerar electricidade (**Fot.7**); e outros mais contemporâneos, como o edifício de Engenharia Florestal, o Edifício Herbário, o Pavilhão de Agro-Indústrias Tropicais, a Biblioteca e o Auditório da Lagoa Branca, entre outros.



Fot.4 – Abegoaria



Fot.5 – Vacaria



Fot.6 – Chalet Rainha D. Amélia



Fot.7 – Geradora

Existem ainda outros organismos que estão instalados na Tapada, mas que têm funcionamento independente. São eles: a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), a Faculdade de Ciências / Observatório Astronómico de Lisboa, o INRB – I.P. Laboratório Rebelo da Silva e o IRNB – Posto Apícola da Tapada da Ajuda.

7.1.4. O Observatório Astronómico

A sua construção foi autorizada por D. Pedro V, em 1861, na Terra dos Pinheiros (designação actual), a cerca de 100 m de altitude. O projecto é de Jean François Gille Colson e José Luís da Costa Sequeira e foi inspirado na planta do Observatório de Pulkova, na Rússia, e foi concluído já no reinado de D. Luís I. Tal como outros edifícios de realce da época, apresenta um estilo neo-clássico e caracteriza-se por possuir um corpo central octogonal com uma cúpula giratória em metal, no qual estão ligados quatro pontos, que representam exactamente a orientação dos quatro pontos cardeais (COSTA, 2004). A entrada principal é virada a Sul, e a Norte, Nascente e Poente da cúpula central estão três salas de observação astronómica (**Fot.8 e 9**).

“Este observatório nasce duma acesa polémica em questões astronómicas, que surgiu em meados do século passado e que só poderia resolver-se em Lisboa, graças à sua situação geográfica.” (CARDOSO, 1992: 19).



Fot.8 – Observatório Astronómico de Lisboa



Fot.9 – Observatório Astronómico de Lisboa

7.1.5. Reservas Hídricas

As minas de água da Tapada da Ajuda são verdadeiras obras de engenharia hidráulica, testemunham parte da sua história e são desconhecidas do público em geral (COSTA, 2004). Estes recursos hídricos presentes na Tapada desde o reinado de D. João V, asseguraram as necessidades hídricas da Tapada Real da Ajuda, assim como de outras quintas e palácios. Hoje em dia já não servem esse propósito, mas têm um lugar de destaque no leque de construções da Tapada.

Segundo COSTA, 2004, o Tombo da Real Tapada da Ajuda mostra o levantamento do sistema de minas e encanamentos da Tapada, realizados em 1849, que partiam das nascentes da margem direita da Ribeira de Alcântara (**Fig.14**).

De acordo com o Tombo Real da Tapada da Ajuda, o primeiro aqueduto parte do Rio Seco em direcção à Quinta Real de Belém, e apresenta diversas ramificações que se distribuem ao público e a alguns particulares. O segundo aqueduto parte a Nascente de um pequeno fluxo de água do Rio Seco até à bica pública inserida no muro da Quinta da Ninfa; e o terceiro aqueduto começa junto ao muro da Tapada, acima do portão do Alvito, onde a água corre por uma calha desde a mina de água até ao muro, apenas por força da gravidade, aproveitando e rentabilizando ao máximo a condição topográfica do local. Este aqueduto alimentava o Casal do Alvito e o tanque do Pombal, e partiam dele dois ramos, “ (...) *um que passava pela porta da Quinta da Ninfa e ia alimentar o tanque grande desta, e outro, ia por fora do muro do Casal do Cano até à Porta Real, para ir alimentar o tanque raso da Quinta da Ninfa.*” (COSTA, 2004: 24). O quarto aqueduto tinha início na rua, junto à Porta Real e “caminhava” para a Quinta da Ninfa.

Dentro da Tapada subsiste ainda a rede de minas, como registo e testemunho de todo um sistema hidráulico que outrora existia e se estendia por toda a Serra de Monsanto.

Iremos descrever todas as minas e furos presentes na Tapada, sendo que algumas estão em funcionamento e outras não, com base no trabalho realizado por COUTO e SOUSA, 1995 (os caudais medidos foram efectuados no período entre Abril e Junho de 1995).

7.1.5.1. Minas

I. Mina da Geradora

Comprimento: 575 m

Largura média: 0,70 m

Altura média: 1,75 m

Caudal medido: 0,05 l/s

As paredes são revestidas a alvenaria e apresentam sinais de alguma instabilidade, necessitando de limpeza sobretudo na zona da caleira, por acumulação de lixo. A tubagem da caleira encontra-se entupida devido ao facto da água ser extremamente calcária. Existe uma entrada para a mina junto ao tanque da Geradora e outra perto do campo de rãguebi (**Fot.10**).



Fot.10 – Mina da Geradora

II. Mina nordeste da Geradora

Comprimento: 138 m

Largura média: 0,70 m

Altura média: 1,75 m

Caudal medido: 0,05 l/s

Esta mina não apresenta sinais de instabilidade ou desabamento, pelo que se encontra em melhor estado de conservação. Considera-se que as suas potencialidades hídricas estão subaproveitadas devido sobretudo a entupimentos e infiltrações na tubagem.

Estas duas minas são encaminhadas para um grande depósito junto à Geradora e pequena parte da água, antes do reservatório segue para o tanque do topo Norte da Geradora.

III. Mina Oeste da Geradora

Comprimento: 200 m

Largura média: 0,70 m

Altura média: 1,75 m

Caudal medido: 0,04 l/s

Esta mina não possui uma construção em alvenaria tão cuidada quanto as outras e a água não se deslocava ao longo de uma caleira regular. Na sua ligação ao reservatório da Geradora foi feita uma obstrução que obrigava a água a correr para os Viveiros Florestais.

IV. Mina dos Eucaliptos

Comprimento: 200 m

Largura média: 0,70 m

Altura média: 1,75 m

Caudal estimado: 0,02 l/s

Esta mina situa-se junto ao portão de Monsanto e a sua água abastecia a rega do Pavilhão de Exposições e do Observatório (**Fot.11**). Visto a mina estar sob uma zona com eucaliptos, estes exploram bastante as suas disponibilidades hídricas.



Fot.11 – Mina dos Eucaliptos – entrada subterrânea

V. Mina da Vinha

Comprimento: 50 m

Largura média: 0,60 m

Altura média: 1,76 m

Caudal sem possibilidade de medição

Localiza-se junto à vinha, perto da entrada da Ponte, e pensa-se que antigamente abastecia um palácio na zona do Calvário, para rega e encher as fontes dos jardins. A água desta mina poderia ser conduzida para um tanque ou reservatório para um melhor aproveitamento.

7.1.5.2. Furos

Os seguintes furos foram abertos para abastecer habitações, laboratórios e edifícios da Tapada, de modo a permitir alguma independência relativamente à água da Companhia, que praticava preços muito elevados. Para garantir um abastecimento contínuo foi construído o Reservatório do Miradouro e uma ligação ao Reservatório do Edifício Principal.

I. Furo nº1 – Posto Apícola

A água deste furo seria destinada ao abastecimento do Reservatório do Miradouro.

II. Furos nº2 e 3 – Eira Velha (locais 1 e 2)

Estes furos não estão em funcionamento pois carecem de energia eléctrica e o seu sistema de bombagem está avariado. A rede de canalizações deste local estava destinada ao depósito do Miradouro e do tanque da Horta.

III. Furo nº4 – Curral da Zootecnia

Este é o único furo que está em funcionamento e destina-se à rega dos jardins do Pavilhão de Exposições e fornece água aos laboratórios da Zootecnia. Junto ao furo está um depósito para onde vai a água bombada e daí partem duas tubagens independentes, uma destinada ao tanque do Horto da Terra Grande e outra que iria alimentar o tanque em frente ao Pavilhão Florestal, para rega da Terra Grande.

A partir deste furo também foi feita uma ligação ao depósito do Miradouro e outra para regar as oliveiras junto à Lagoa Branca.

Foram ainda abertos os furos da Terra Grande e da Vinha mas encontram-se desactivados pois a sua água tem elevados teores salinos.

7.1.5.3. Reservatórios

I. Reservatório da Geradora - Capacidade de armazenamento: 130 m³

Foi-lhe anexado uma pequena construção subterrânea para alojar o sistema de bombagem, que eleva a água para a Terra do Malhó, para alimentar as bocas de rega que aí existem.

II. Reservatório do Miradouro - Capacidade de armazenamento: 300 m³

Devido à sua elevada capacidade, este reservatório foi construído inicialmente para fornecer água aos moradores da Tapada e à área envolvente ao Pavilhão de Exposições. No entanto parece que nunca foi utilizado para tais funções.

III. Reservatório da Zootecnia - Capacidade de armazenamento: 25 m³

Contém água proveniente do furo e da mina dos Eucaliptos. Daí a água é bombada para regar os jardins do Pavilhão de Exposições.

7.1.5.4. Tanques

Existem na Tapada quatro tanques de dimensões consideráveis, localizados em frente ao Pavilhão Florestal, no Horto da Terra Grande, na Horta e junto às estufas perto do Edifício Principal (**Fot.12**). São utilizados para armazenar água que se destina às regas.



Fot.12 – Tanque junto ao Edifício Principal

7.1.5.5. Lagoas

É ainda de salientar a existência de três lagoas na Tapada: Lagoa Negra ou “Pateira”, Lagoa Branca e Lagoa dos Viveiros Florestais. A Pateira encontra-se com água há cerca de dez anos, após limpeza e recuperação do seu equilíbrio (**Fot.13**). A Lagoa Branca está vazia há muitos anos, por falta de reparação de uma ruptura (**Fot.14**). A Lagoa dos Viveiros Florestais é bastante pequena, pelo que foi utilizada para fins educativos na cadeira de Aquicultura.



Fot.13 – Lagoa Negra ou Pateira



Fot.14 – Lagoa Branca

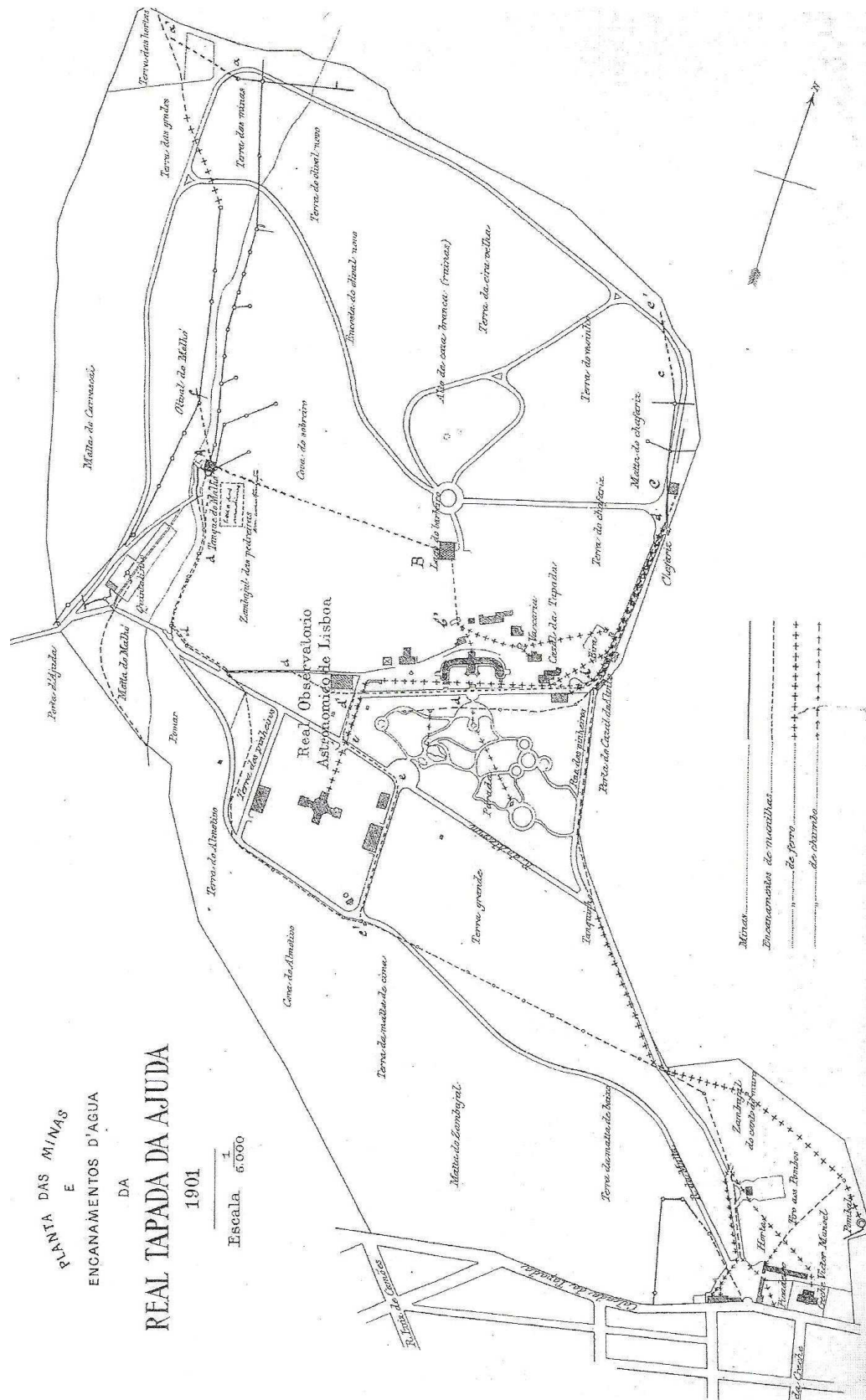


Fig.14 - Carta das Minas e Encanamentos da Real Tapada da Ajuda, 1901 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Fonte: COSTA, 2004)

7. 2. O Património Arqueológico

Na Tapada da Ajuda encontram-se vestígios de ocupação humana desde os tempos pré-históricos, uma vez que apresenta um conjunto de características, que desde sempre se mostraram favoráveis à permanência do Homem, tais como declives suaves, “ (...) *solos férteis e boas condições naturais para a recollecção e pastoreio, com água relativamente abundante* (...) ” (COSTA, 2004: 25).

Assim como em Lisboa se encontram áreas arqueológicas já definidas e bem reconhecidas, também na Tapada foram encontrados elementos que se juntam a esse espólio, sendo, por isso “ (...) *considerada uma área de potencial valor arqueológico elevado no Plano Director Municipal.*” (COSTA, 2004: 25).

7.2.1. Jazida da Idade do Bronze Final

Durante a construção do campo de râguebi, em 1982, nas escavações efectuadas foram encontrados vestígios de uma jazida pré-histórica, datada do período final da Idade do Bronze, entre os séculos XI-X a.C. e o século VII a.C. Pela natureza dos materiais encontrados, cerâmica e fauna característica pela proximidade do rio, se confirma a presença de povoações sedentárias nesta zona.

Em 1986, o que restava desta descoberta foi destruído, uma vez que foram retomadas as obras para construção do campo de râguebi (**Fig.15**).

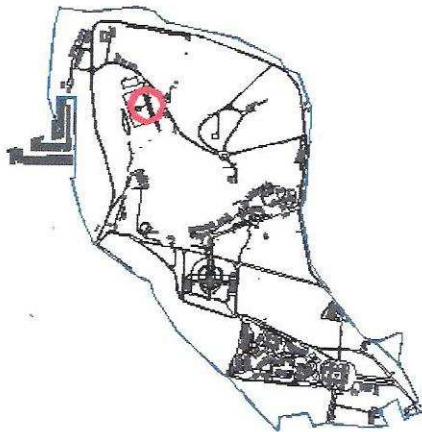


Fig.15 – Jazida da Idade do Bronze Final.

(Fonte: COSTA, 2004)

7.2.2. Necrópole Romana

Foi descoberta na Tapada uma sepultura datada do século III d.C., onde eram depositados os mortos. Em Julho de 1994 o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) entregou ao ISA um mapa com os limites de protecção desta necrópole (MATOS, 1994), mas actualmente o túmulo encontra-se destruído (**Fig.16**).

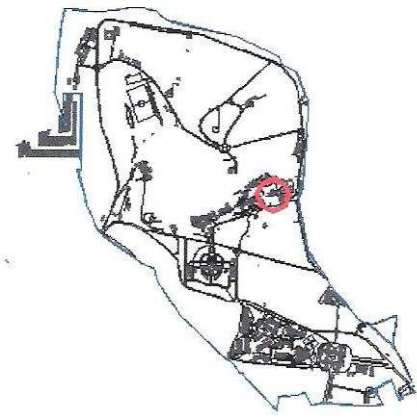


Fig.16 – Necrópole Romana
(Fonte: COSTA, 2004)

7. 3. O Património Natural

7.3.1. Coberto Vegetal

A Tapada da Ajuda é especialmente caracterizada pela sua variedade e riqueza de coberto vegetal.

De seguida iremos descrever a ocupação da Tapada de acordo com o Relatório Final do Curso de Eng.º Silvicultor de Manuel Armando Valeriano Madeira (1973), no qual são consideradas algumas áreas de cultivo importantes e seis tipos essenciais de povoamentos florestais.

A área destinada à viticultura encontra-se a Sul da propriedade, de cada lado da entrada principal, pela Calçada da Ajuda (**Fot.15 e 16**).



Fot.15 – Vinha da Mata do Zambujal



Fot.16 – Vinha da Terra da Mata de Cima

No que respeita às culturas arvenses de sequeiro e regadio, estas estão distribuídas por três manchas: a que cobre a Terra da Eira Velha (**Fot.17**) e a Cova do Sobreiro, sendo a maior; a área da Terra Grande (**Fot.18**); e a mancha da Terra e Cova do Almotivo (**Fot.19**).



Fot.17 – Terra da Eira Velha



Fot.18 – Terra Grande



Fot.19 – Terra e Cova do Almotivo

Quanto aos tipos de povoamentos florestais, apresenta-se o género *Eucalyptus*, representado por várias espécies: a Noroeste da Tapada um povoamento de *E. robusta*; a Norte encontram-se *E. camaldulensis*, *E. diversicolor* e *E. botryoides*; e a Nordeste *E. globulus*.

A Norte-Nordeste da propriedade está um povoamento de *Cupressus lusitanica*.

O género *Pinus* está essencialmente representado a Poente, sendo que numa área superior predomina o *P. pinea* e numa inferior o *P. halepensis*. Ainda junto ao Observatório Astronómico está o Pinhal de Junot, que contém *P. pinea* e a Terra do Moinho contém uma reduzida área de *P. halepensis*.

Também na zona Poente, junto aos povoamentos de *Pinus* estão os povoamentos de *Acacia* spp., em associação com alguns zambujeiros (*Olea europaea* var. *silvestris*).

O género *Quercus* está representado numa pequena área junto à Geradora, com *Q. suber*.

Igualmente numa área reduzida está o povoamento de *Ulmus* sp., com alguns exemplares na zona do Observatório Astronómico, juntamente com os *P. pinea* (Fig.17).



Fig.17 – Carta de Vegetação
(Fonte: COSTA, 2004)

culturas arvenses	P. de Eucalyptus	P. de Cupressus
P. de Olea europaea var. silvestris	P. de Quercus	P. de Ulmus
P. de Pinus	Vinha	Coberto arbustivo
Coberto arbóreo-arbustivo	Reserva Botânica	Zona social

	Nome científico	Nome vulgar
Estrato Arbóreo	<i>Olea europaea</i> L. var. <i>sylvestris</i> (Mill.) Hegi	zambujeiro
Estrato Arbustivo	<i>Phillyrea latifolia</i> L. <i>Rhamnus alaternus</i> L. <i>Pistacia lentiscus</i> L. <i>Retama sphaerocarpa</i> L. <i>Lonicera etrusca</i> Santi <i>Rhamnus lycioides</i> L. subsp. <i>oleoides</i> (L.) Jahand. & Maire <i>Spartium junceum</i> L. <i>Daphne gnidium</i> L. <i>Ruscus acueatus</i> L. <i>Asparagus albus</i> L. <i>Asparagus aphyllus</i> L.	aderno sanguinho das sebes aroeira piorno amarelo madre silva caprina espinheiro preto giesta trovisco fêmea gilbardeira estrepes espargo bravo
Estrato Sub-Arbustivo	<i>Lobularia maritima</i> (L.) Desv. subsp. <i>maritima</i> <i>Ononis natrix</i> L. <i>Ruta chalepensis</i> L. <i>Ruta montana</i> (L.) L. <i>Euphorbia characias</i> L. <i>Origanum vulgare</i> L. subsp. <i>virens</i> (Hoffmanns. & Link) Bonnier & Layens <i>Micromeria graeca</i> (L.) Rchb. subsp. <i>graeca</i> <i>Calamintha nepeta</i> (L.) Savi subsp. <i>nepeta</i> <i>Phagnalon saxatile</i> (L.) Cass. <i>Piptatherum miliaceum</i> (L.) Coss..	assafate de prata joina dos matos arruda arrudão trovisco macho oregão ordinário hissopo bravo erva das azeitonas alecrim das paredes talha dente
Estrato Herbáceo	<i>Silene vulgaris</i> (Moench) Garcke subsp. <i>vulgaris</i> <i>Sedum album</i> L. <i>Agrimonia eupatoria</i> L. <i>Sanguisorba verrucosa</i> (Link ex G.Don) Ces. <i>Foeniculum vulgare</i> L. <i>Teucrium iva</i> L. <i>Phlomis lychnitis</i> L. <i>Cynara humilis</i> L. <i>Plantago lagopus</i> L. <i>Bellis sylvestris</i> Cirillo <i>Aetheorhiza bulbosa</i> (L.) Cass.	erva traqueira arroz dos telhados agrimónia pimpinela funcho iva moscada salva branca alcachofra de S. João língua de ovelha margarida do monte condrila de dioscurides

<i>Iris subbiflora</i> Brot. <i>Iris albicans</i> Lange. <i>Iris foetidissima</i> L. <i>Arum italicum</i> Mill. <i>Asphodelus lusitanicus</i> L. <i>Smyrniolum olusatrum</i> L. <i>Muscari comosum</i> (L.) Mill. <i>Urginea maritima</i> (L.) Baker <i>Smilax aspera</i> L. <i>Rubia peregrina</i> L. <i>Rubus ulmifolius</i> Schott var. <i>ulmifolius</i> <i>Salvia verbenaca</i> L. <i>Cynoglossum creticum</i> Mill. <i>Hyparrhenia hirta</i> (L.) Stapf <i>Brachypodium phoenicoides</i> (L.) Roem. & Schult. <i>Dactylis glomerata</i> L. subsp. <i>hispanica</i> (Roth) Nyman <i>Poa bulbosa</i> L. <i>Silene latifolia</i> Poir.	lírio roxo lírio branco lírio fétido jarro abrótea salsa de cavalo jacinto das searas cebola albarrã salsaparrilha bastarda raspa língua silva
--	--

Quadro nº 1 – Listagem da flora da Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho (Fonte: COSTA, 2004) (nomes corrigidos)



Fot.20 – Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho



Fot.21 – Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho

7.3.2.2. **Terra da Mata de Cima (zona 10)**

É de grande relevância conhecer as espécies vegetais que se encontram na Tapada, quer sejam espontâneas ou plantadas, e que estas fiquem registadas em arquivo. Deste modo, é possível saber a diversidade de espécies que este espaço oferece e que o torna tão rico, e passar esse conhecimento tanto aos alunos que frequentam o instituto como aos visitantes que desfrutam deste espaço, tornando-se um enriquecimento na área da educação ambiental. Espera-se que este estudo, tão exaustivo, se prolongue para as outras áreas da Tapada e se

torne num incentivo para melhorar o seu conhecimento, e até ao nível da sua intervenção, em termos paisagísticos e de planos de plantação futuros que possam ser propostos.

A zona 10 (com uma área de cerca de 6 hectares), designada antigamente por Terra da Mata de Cima, corresponde à zona onde se localizam os principais edifícios de aulas do ISA. É relevante conhecer as espécies vegetais, e sua localização nesta zona, de forma a saber a diversidade de espécies que este espaço oferece e que o torna tão rico bem como passar esse conhecimento tanto aos alunos que frequentam o Instituto como aos visitantes que desfrutam deste espaço. Foi feito um inventário para esta zona, elaborando-se uma listagem de todas as plantas bem como a sua localização cartograficamente. As cartas, foram elaboradas num programa informático de desenho técnico e baseadas numa fotografia aérea da Tapada. Esta zona tem cerca de 2148 exemplares de espécies botânicas plantadas, pertencentes a 381 géneros e 123 famílias

Fig. 19 – Exemplo da metodologia utilizada para o inventário e cartografia da Terra da Mata de Cima (coleção botânica da zona 10)

7.4. Jardins da Tapada

Existe no meio da Tapada alguns jardins, que para além de contribuirem com a sua beleza constituem outros núcleos de jardins, diferentes do Jardim Botânico, que devem permitir, de acordo com o Professor Caldeira Cabral, o ensino de pessoal técnico superior e de jardineiros (Caldeira Cabral, 1936).

7.4.1. Jardim da Parada

O Jardim da Parada teve um maior reconhecimento das suas potencialidades na época da 3ª Exposição Agrícola Nacional de 1884, que ocorreu no Pavilhão de Exposições, por se encontrar mesmo em frente a este, e reunir as condições necessárias para um espaço de recreio, função à qual se começava a dar mais importância na altura. O seu nome, “Parada” parece derivar das paradas militares que ali ocorriam no tempo da rainha D. Maria II (CUNHA, 2000).

As suas características românticas estão evidenciadas nos seus “ (...) *elementos formais, como lagos, estatuária e plantas exóticas* (...) ” (COSTA, 2004: 29), em que os pequenos lagos de “*puro estilo rocaille*” (MARQUES, 1995: 31) reúnem à sua volta os caminhos de denso arvoredado (**Fot.22 – 24**).

Pensa-se que os lagos sejam provenientes da Quinta Real de Alcântara, apesar de se considerar a hipótese de terem sido feitos na altura da construção dos jardins do Palácio de Queluz.

De referir ainda o meio círculo denominado “Jardim da Rainha”, adjacente à Parada, onde se dispõem três bancos forrados a azulejos de conotação histórico-religiosa, mandados colocar nos anos 40 pelo Prof. André Navarro. No centro está a estátua do Eng. Agrónomo João Coelho da Motta Prego (**Fot.25**).



Fot.22 – Jardim da Parada



Fot.23 – Jardim da Parada



Fot.24 – Tanque do Jardim da Parada



Fot.25 – Jardim da Rainha

7.4.2. Jardim do Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral

A implantação deste jardim terá sido feita no início do séc. XX, aquando do funcionamento do Instituto Superior de Agronomia na Tapada. Situa-se no extremo Sul da propriedade, junto ao portão principal, e segue junto a uma linha de água, culminando no “Anfiteatro” ao ar livre, projectado pelo Prof. Francisco Caldeira Cabral (**Fot.26-28**).

O anfiteatro foi construído com vista à realização de espectáculos de teatro e música, embora na década de 60 a sua função tenha diminuído devido a alterações na paisagem envolvente, como a construção de acessos à ponte e do estádio da Tapadinha, o que contribuiu igualmente para a sua progressiva degradação. *“Porém, apesar de se encontrar numa situação de abandono, o seu carácter e qualidade de integração na paisagem são suficientemente fortes para atrair novamente utilizadores, que procuram aí um lugar de descanso, estudo ou contemplação.”* (CUNHA, 2000: 84).

Em 1993, esta zona da Tapada foi incluída no Projecto-Piloto de Conservação do Património Arquitectónico Europeu, por candidatura da União Europeia, recebendo um subsídio de restauro. O projecto incluía a devolução do canto Sudeste da Tapada ao ISA, que em 1962 o tinha cedido, por motivos aliados à construção da Ponte sobre o Tejo.

O projecto propunha uma nova entrada para a Tapada, alargando a área de protecção do anfiteatro ao ar livre e recuperação do jardim, e consequente rectificação da Rua do Alvito.

Nos anos 20, o traçado original do jardim era feito de um conjunto de canteiros de forma irregular e estreitos, contornados por percursos pedonais que se infiltravam por maciços arbóreos e culminavam em pequenas zonas de estadia. Aos maciços existentes no local (zambujeiros, alfarrobeiras, freixos e pitospóros, entre outros) foram acrescentadas algumas palmeiras exóticas, dos géneros *Phoenix* e *Washingtonia*. No terço superior do jardim, o espaço é mais aberto, com um desenho mais geométrico e com canteiros mais uniformes (MARQUES, 1995) (**Fig.19**).

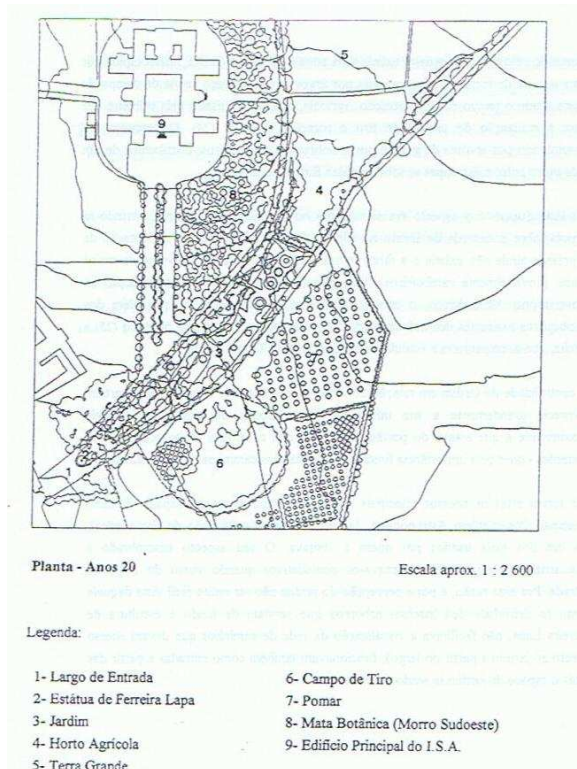


Fig.20 – Planta do Jardim do Auditório Prof. Caldeira Cabral, nos anos 20
(Fonte: MARQUES, 1995)

Nos anos 40 foi construído o anfiteatro desenhado pelo Prof. Caldeira Cabral, contíguo ao jardim; no entanto, entre estes dois espaços não existe “(...) nenhuma ligação física ou visual (...)” (MARQUES, 1995: 41), tornando-os independentes e distintos. O anfiteatro desenvolve-se em torno do palco, sendo este o elemento principal, e em conjunto com a vegetação que envolvia tanto as bancadas como o palco, conferiam a este espaço um carácter fechado e livre de distrações. Foram construídas três grupos de bancadas semi-circulares, em frente das quais se situa um palco sobre elevado, relativamente às bancadas mais baixas, para que se situasse melhor a acção do palco e para que a orquestra não interferisse na visão dos espectadores. Tratando-se de um teatro ao ar livre, a envolvência do palco tinha um carácter marcadamente vegetal, com exemplares de *Cupressus*, *Ulmus* e *Celtis*, com folhagens de tons verdes escuros, para conferir uma ambiência tranquila e envolvente. Os primeiros metros de piso em frente ao palco são em lajedo de cantaria, destinado à orquestra, sendo o restante em relvado. O fundo do palco, sobre elevado, e conjunto com a modelação do terreno e a vegetação, esconde a zona destinada aos camarins dos actores (Fig.20).

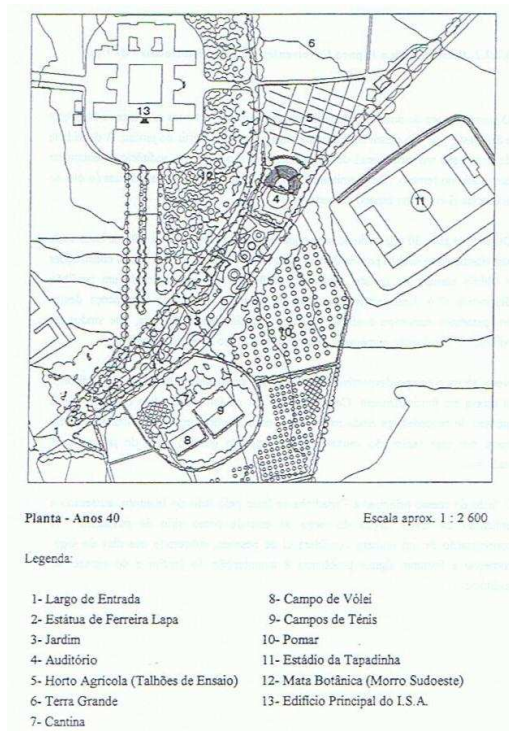


Fig.21 – Planta do Jardim do Auditório Prof. Caldeira Cabral, nos anos 40
(Fonte: MARQUES, 1995)

Nos anos 60, com a construção da ponte sobre o Tejo e respectivos acessos, e reformulação da entrada principal do ISA, quer o jardim quer o anfiteatro foram alvo de alterações na sua composição, que conduziram à sua consequente degradação (Fig.21).

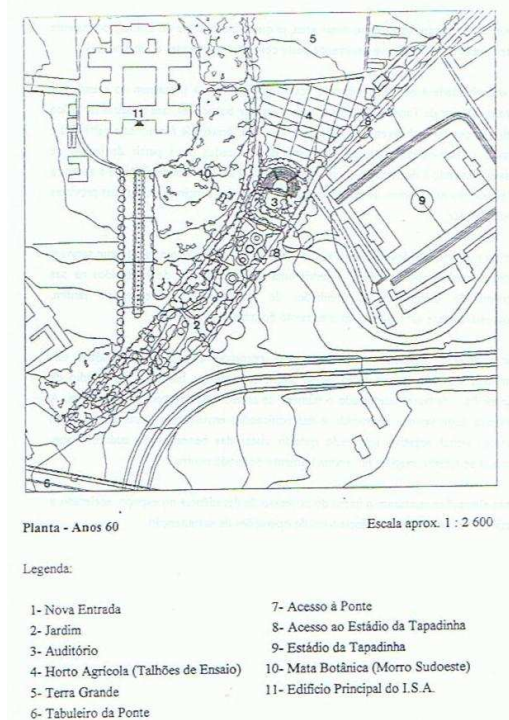


Fig.22 – Planta do Jardim do Auditório Prof. Caldeira Cabral, nos anos 60
(Fonte: MARQUES, 1995)

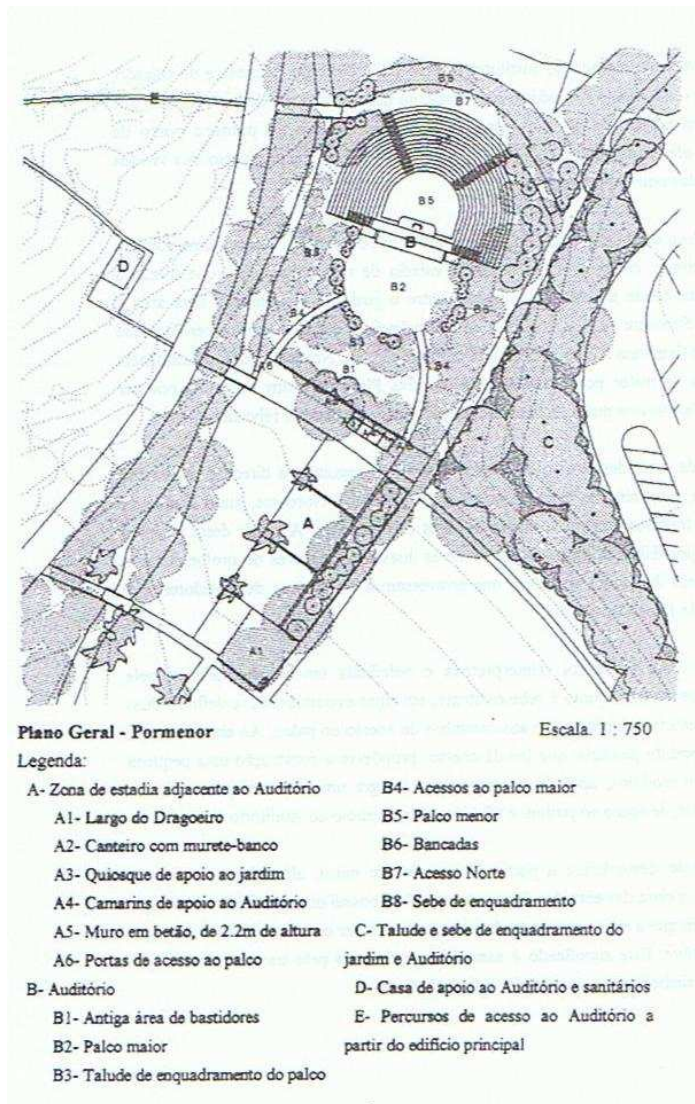


Fig.23 – Proposta de um plano geral para o Jardim do Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral, de Teresa Marques (Fonte: MARQUES, 1995)



Fot.26 – Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral



Fot.27 – Jardim do Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral



Fot.28 – Jardim do Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral

IV. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM DA TAPADA DA AJUDA

1. FACTORES ACTUANTES

O conceito global de paisagem integra as suas diversas dimensões: “ (...) a ecológica, que inclui as componentes físicas e biológicas dos ecossistemas; a cultural, em que são considerados tanto os factores históricos como as questões de identidade e capacidade narrativa da paisagem; a socioeconómica, referente aos factores sociais e às actividades humanas que permanentemente constroem e alteram a paisagem; e (...) a dimensão sensorial, ligada ao modo como as paisagens são apreciadas por diferentes pessoas ou grupos de pessoas.” (DGOTDU, 2004: 10).

A paisagem tem origem na relação do homem com a natureza e nos modos como essa relação determinou as marcas deixadas pela humanização (MAGALHÃES, 2001).

É essa relação que determina os diversos tipos de paisagem que daí podem surgir, sejam elas paisagens urbanas, rurais, naturais, entre outras.

Deste modo, são considerados dois grupos de factores responsáveis pela evolução de uma paisagem (MATOS, 1994):

- Factores biofísicos: substrato geológico, relevo, clima, organismos, etc., que foram já mencionados e devidamente descritos;
- Factores culturais: acção do Homem, por motivações humanas, económicas, culturais, sociais, etc.

A influência do Homem sobre a paisagem cria nela grandes modificações.

Inicialmente, quando D. João IV constituiu a Tapada da Ajuda para a posse da Coroa, esta era vista apenas como recinto de caça e local de recreio, como sugeria o seu denso coberto vegetal. Com o passar do tempo, o seu potencial para a actividade agrícola foi-se tornando cada vez mais evidente e aproveitado para incremento do valor da propriedade (MATOS, 1994).

Ao longo dos tempos, a Tapada da Ajuda sofreu algumas alterações, fruto da combinação dos factores biofísicos com os factores culturais.

Em 1849, a agricultura começava a ganhar expressão numa grande área de cultura na zona Norte, assim como numa área mais pequena correspondente à Terra Grande. As restantes áreas eram zonas de mata e protecção, com vegetação densa. Havia ainda um outeiro calcário, onde se procedia à extracção para produção de cal (**Fig.23**).

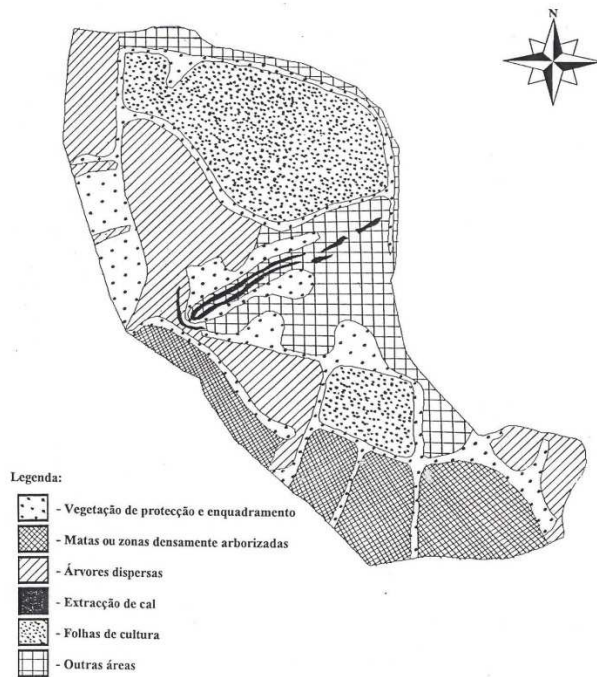


Fig.24 – Carta de Ocupação do solo em 1849

(Fonte: MATOS, 1994, fornecida pela Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista)

Em 1893, a Tapada começou a ser mais segmentada em parcelas, com mais áreas destinadas a folhas de cultura e mais dispersas. Houve um aumento das áreas sociais e consequentemente das redes de circulação. A Noroeste foram plantadas duas parcelas de olival e algumas hortas; a Oeste foi plantado um pomar; a Sudeste foi destinada uma área de vinha, mais hortas, e foi estabelecido um picadeiro, uma creche e uma área de tiro aos pombos (Fig.24).

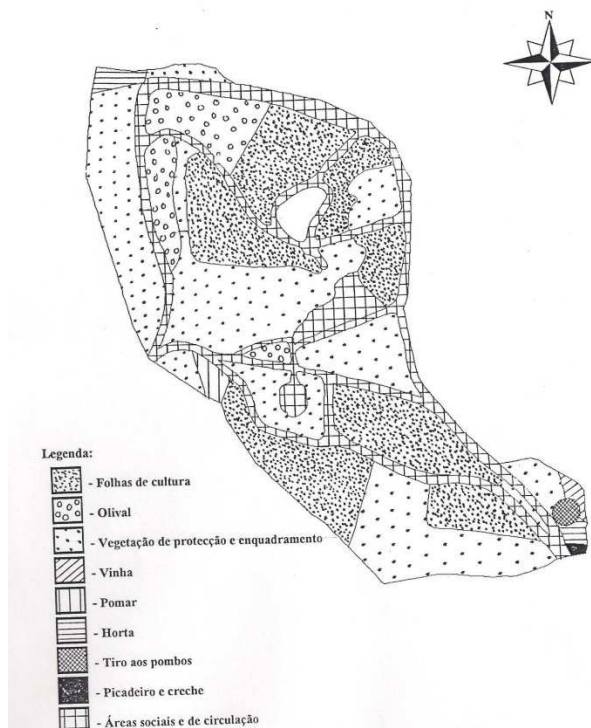


Fig.25 – Carta de Ocupação do solo em 1893

(Fonte: MATOS, 1994, fornecida pela Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista)

Em 1932 verificou-se uma diminuição da área de protecção e enquadramento a Sul da propriedade, a fim de aumentar a parcela de vinha já existente, de horta e a área social; uma das parcelas de olival é reduzida para implantação de uma nova vinha e a outra desaparece para a plantação de culturas arvenses junto ao Observatório Astronómico e na Mata do Chafariz; surge o horto da Terra Grande e uma pequena área correspondente à Eira a Nordeste (Fig.25).

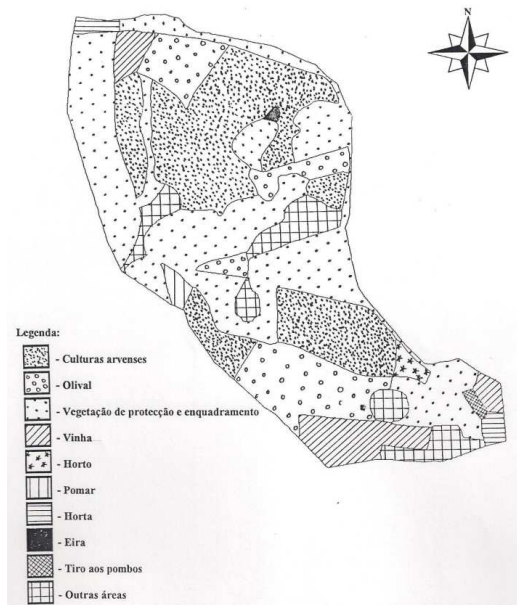


Fig.26 – Carta de Ocupação do solo em 1932

(Fonte: MATOS, 1994, fornecida pela Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista)

Por volta de 1994, verifica-se que a zona do antigo pomar, agora terreno inculto, foi transferida para Norte, em substituição do olival; é criada a Reserva Botânica e o canto Sudeste da Tapada é cedido para a construção do acesso à Ponte sobre o Tejo; a horta está agora no lugar da vinha, a Norte, junto ao pomar; e as áreas sociais ocupam já grandes parcelas da Tapada (Fig.26).

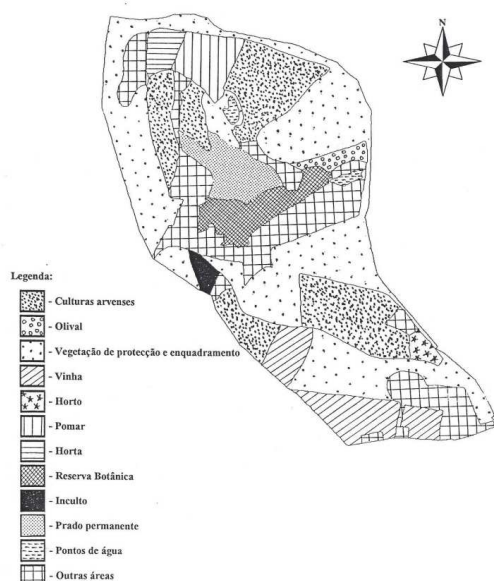


Fig.27 – Carta de Ocupação do solo em 1994

(Fonte: MATOS, 1994, fornecida pela Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista)

Em conclusão, a Tapada da Ajuda insere-se numa tipologia de **paisagem rural**, onde se vivencia a influência do homem sobre a natureza, conforme as suas necessidades e objectivos. *“ Desde coutada de caça a parque botânico, o seu coberto vegetal tem sofrido algumas alterações, onde o carácter agrícola sobressai, mas nem por isso deixa de ser o tão desejado espaço “natural” dentro da cidade, onde é possível ainda manter um contacto (...) com a Natureza.”* (CUNHA, 2000: 103).

É visível a *“ (...) maior ou menor ocupação do solo, variedade do traçado das parcelas, presença ou ausência de sebes, folhas de cultura e áreas florestadas e técnicas de produção evolutivas. A observação das várias cartas transmite a ideia de uma crescente divisão do espaço num maior número de parcelas e, conseqüentemente, cada uma das dimensões mais reduzidas.”* (MATOS, 1994: 95).

A combinação dos factores actuates de uma paisagem faz com que esta possa ser “segmentada” conforme as características que apresenta. Desta forma, a Tapada da Ajuda pode ser definida em unidades homogéneas, agrupando assim conjuntos de áreas.

As **unidades de paisagem** são: *“ (...) áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes. Os factores determinantes para a individualização das unidades não são sempre os mesmos; podem resultar da morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários factores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior.”* (DGOTDU, 2004: 10).

Segundo MATOS (1994), a Tapada da Ajuda pode ser dividida em doze unidades diferenciadas (**Fig.27**):

Unidade 1 – inclui quatro parcelas: Terra Grande, Cova e Terra do Almotivo, Terra da Eira Velha e Terra do Malhó. São áreas de culturas arvenses, de sequeiro e regadio, de solos basálticos com declives pouco acentuados; exposição nos quadrantes Sul e Nascente.

Unidade 2 – parcela de vinha, a Sul da Tapada, junto ao edifício principal, implantada em faixas, segundo as curvas de nível: o solo é basáltico e fértil, com declive e riscos de erosão moderados; exposição no quadrante Sul.

Unidade 3 – outeiro calcário, onde se encontra a Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho: solo com baixa capacidade de uso e declives muito acentuados, mas de elevada permeabilidade, pelo que é importante preservar a vegetação natural que nele cresce.

Unidade 4 – uma parcela de povoamento misto arbóreo-arbustivo de eucaliptos, ciprestes e pinheiros, na Terra do Malhó e Terra do Chafariz: solo basáltico com boa capacidade de uso, mas baixa permeabilidade e riscos de erosão moderados; exposição no quadrante Norte.

Unidade 5 – parcela do Olival novo, onde está o pomar: o solo é basáltico com boa capacidade de uso, mas baixa permeabilidade e riscos de erosão moderados, devido aos declives acentuados; a exposição é a Poente.

Unidade 6 – horta instalada na Terra das Minas: solo basáltico de declives e riscos de erosão moderados, e baixa permeabilidade; exposição no quadrante Sul. (Características semelhantes à unidade 2)

Unidade 7 – Cova do Sobreiro, que inclui uma zona de prado, onde foi instalado um campo de rãguebi, e uma linha de água significativa (Rio Seco): solos basálticos de baixa permeabilidade, e riscos de erosão elevados devido aos declives acentuados; exposição a Poente.

Unidade 8 – constituída pela Lagoa Branca (A) e a Lagoa Negra (B), que são ambas cavidades e zonas de retenção de água, mas com níveis de permeabilidade diferentes: a Lagoa Branca encontra-se sobre um substrato calcário de permeabilidade elevada, pelo que não retém a água; a Lagoa Negra está numa zona basáltica de baixa permeabilidade, logo retém água permanentemente; ambas estão em zonas sem exposições e as suas margens apresentam riscos de erosão muito elevados.

Unidade 9 – área de vegetação de protecção e enquadramento, que limita a Tapada a Norte e Poente: a permeabilidade é variada, pois os solos são basálticos e calcários, e com baixa capacidade de uso; os declives são muito acentuados, o que aumenta bastante o seu risco de erosão; a exposição é a Nascente.

Unidade 10 – área de vegetação de protecção e enquadramento, ao longo de toda a zona Nascente da Tapada, incluindo o Jardim da Parada e o jardim adjacente ao Anfiteatro: os solos são calcários e com formações piroclásticas e os declives são variados; exposição no quadrante Sul.

Unidade 11 – destinada ao Miradouro, o ponto mais elevado da Tapada: a zona é calcária e a capacidade de uso do solo é boa, assim como a permeabilidade; tanto os declives como os riscos de erosão são entre moderados e elevados e a exposição é virada a Sul.

Unidade 12 – está dividida em quatro áreas, de ocupação académico-social:

(I) – Centro de Estudos de Produção e Tecnologia Agrícolas: solo basáltico com declives e riscos de erosão moderados.

(II) – Pavilhão de Exposições: solo calcário, com declives e riscos de erosão variados, e exposição dominante a Sul.

(III) – Observatório Astronómico: declives suaves e riscos de erosão praticamente nulos; sem exposição dominante.

(IV) – Geradora: solo calcário, de permeabilidade reduzida, declives e riscos de erosão diversos; exposições viradas a Sul e Nascente.

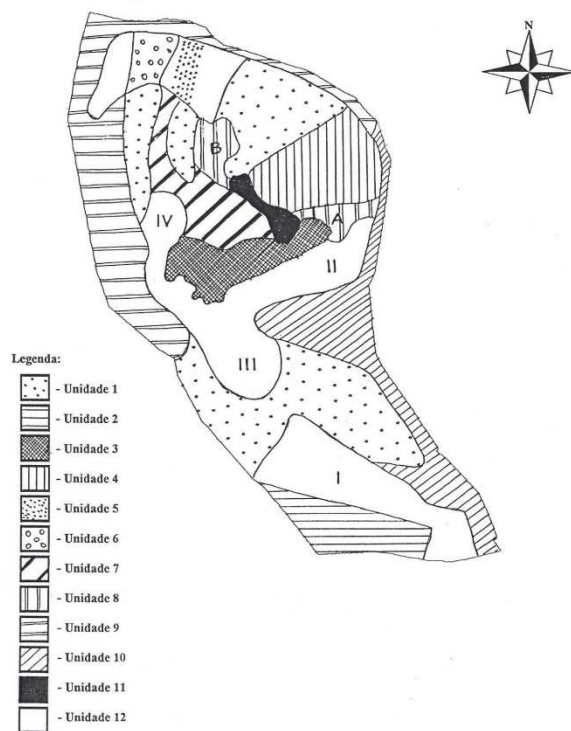


Fig.28 – Carta de Unidades de Paisagem
(Fonte: MATOS, 1994)

Com as características que cada unidade apresenta, é possível elaborar uma matriz de ocorrências, onde elas estão resumidas e onde a percepção de cada unidade é mais imediata (MATOS, 1994) (Fig.28).

Unidade Ocorrência	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11	12			
								A	B				I	II	III	IV
Substrato	Basalto	Basalto	Calcário	Basalto	Basalto	Basalto	Basalto	Calcário	Basalto	Bas. + Calc.	Calc+F.piro.	Calcário	Basalto	Calcário	F.pirocl.	Basalto
Declive	< 16%	< 16%	> 25%	8 a 25%	8 a 25%	< 16%	< 25%	< 8%	< 8%	> 16%	Div.	< 16%	8 a 16%	Div.	< 8%	Div.
Exposição	Sul+Nasc.	Sul	Sul	Norte	Poente	Sul	Poente	Sem exp.	Sem exp.	Nasc.	Sul	Sul	Sul	Sul	Sem exp.	Sul + nasc.
Riscos de erosão	Nulos a lig.	Lig. a mod.	Muito elev.	Mod. a elev.	Mod. a elev.	Lig. a mod.	Mod. a elev.	Muito elev.	Mod/ m.elev.	Mod/ m.elev.	Mod.	Mod.	Mod.	Mod/ m.elev.	Nulos a lig.	Lig. a mod.
Permeabilidade	Red.	Red.	Elev.	Red.	Red.	Red.	Red.	Elev.	Elev.	Red. a elev.	Red. a média	Red.	Red.	Elev.	Média	Red.
Capacidade de uso	A + B	A + B	E	B + C	B + C	B	C	-	-	C + D	-	B + C	-	-	-	-
Ocupação	Cult. Arv.	Vinha	Protecção	Florestal	Pomar	Monte	Prado	Retenção		Protec. e enquad.		Miradouro	Equipamento académico-social			

Fig.29 – Matriz de ocorrências (Fonte: MATOS, 1994)

Com base nas unidades de paisagem definidas anteriormente, é possível ajustar os parâmetros utilizados, de forma a reduzir o número de unidades, interligando algumas delas. Desta forma, a Tapada continua a constituir uma paisagem segmentada, mas com um nível de coerência interna ainda maior e ainda mais identificável. Assim sendo, são sugeridas as seguintes unidades de paisagem (Quadro 2):

Unidade 1 – inclui quatro parcelas: Terra Grande, Cova e Terra do Almotivo, Terra da Eira Velha e Terra do Malhó. São áreas de culturas arvenses, de sequeiro e regadio, de solos basálticos com declives pouco acentuados; exposição nos quadrantes Sul e Nascente.

Unidade 2 – parcela de vinha, a Sul da Tapada, junto ao edifício principal, implantada em faixas, segundo as curvas de nível; e a horta instalada na Terra das Minas: o solo é basáltico, com declives e riscos de erosão moderados; baixa permeabilidade e exposição no quadrante Sul.

Unidade 3 – outeiro calcário, onde se encontra a Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho: solo com baixa capacidade de uso e declives muito acentuados, mas de elevada permeabilidade, pelo que é importante preservar a vegetação natural que nele cresce; exposição a Sul.

Unidade 4 – uma parcela de povoamento misto arbóreo-arbustivo de eucaliptos, ciprestes e pinheiros, na Terra do Malhó e Terra do Chafariz; e a parcela do Olival novo, onde se encontra o pomar: solo basáltico com boa capacidade de uso, mas baixa permeabilidade e riscos de erosão moderados; os declives variam entre suaves e acentuados; exposição no quadrante Norte e Poente.

Unidade 5 – Cova do Sobreiro, que inclui uma zona de prado, onde foi instalado um campo de rãguebi, e uma linha de água significativa (Rio Seco): solos basálticos de baixa permeabilidade, e riscos de erosão elevados devido aos declives acentuados; exposição a Poente.

Unidade 6 – constituída pela Lagoa Branca (A) e a Lagoa Negra (B), que são ambas cavidades e zonas de retenção de água, mas com níveis de permeabilidade diferentes: a Lagoa Branca encontra-se sobre um substrato calcário de permeabilidade elevada, pelo que não retém a água; a Lagoa Negra está numa zona basáltica de baixa permeabilidade, logo retém água permanentemente; ambas estão em zonas sem exposições e as suas margens apresentam riscos de erosão muito elevados.

Unidade 7 – área de vegetação de protecção e enquadramento, que limita a Tapada a Norte, Poente e Nascente (incluindo o Jardim da Parada e o jardim adjacente ao Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral): a permeabilidade é variada, pois os solos são basálticos, calcários e com formações piroclásticas e com baixa capacidade de uso; os declives são variados, existindo alguns muito acentuados, o que aumenta bastante o seu risco de erosão; a exposição é a Sul e Nascente.

Unidade 8 – destinada ao Miradouro, o ponto mais elevado da Tapada: a zona é calcária e a capacidade de uso do solo é boa, assim como a permeabilidade; tanto os declives como os riscos de erosão são entre moderados e elevados e a exposição é virada a Sul.

Unidade 9 – está dividida em três áreas, de ocupação académico-social:

(I) – Centro de Estudos de Produção e Tecnologia Agrícolas: solo basáltico com declives e riscos de erosão moderados; a permeabilidade é reduzida.

(II) – Pavilhão de Exposições e Geradora: solos calcários, de permeabilidade reduzida, com declives e riscos de erosão variados; exposições dominantes a Sul e Nascente.

(III) – Observatório Astronómico: solo de formações piroclásticas, com declives suaves e riscos de erosão praticamente nulos; sem exposição dominante.

Quadro nº 2 – Matriz de ocorrências proposta

Unidade Ocorrência	1	2	3	4	5	6		7	8	9		
						A	B			(I)	(II)	(III)
Substrato	Basalto	Basalto	Calcário	Basalto	Basalto	Calcário	Basalto	Bas+Calc+F.pir.	Calcário	Basalto	Calcário	F.piroc.
Declive	< 16%	< 16%	> 25%	8% a 25%	< 25%	< 8%	< 8%	8% a 25%	16% a 25%	8% a 16%	8% a 25%	< 8%
Exposição	Sul + Nasc.	Sul	Sul	Norte + Poente	Poente	Sem expos.	Sem expos.	Sul + Nasc.	Sul	Sul	Sul + Nasc.	Sem expos.
Riscos de erosão	Nulos a lig.	Lig. a mod.	Muito elev.	Mod.	Mod. a elev.	Muito elev.	Mod. a muito	Mod. a muito	Mod. a	Mod.	Lig. a muito	Nulos a lig.
Permeabilidade	Red.	Red.	Elev.	Red.	Red.	Elev.	Elev.	Red. a elev.	Elev.	Red.	Red.	Média
Capacidade de uso	A + B	A + B	E	B + C	C	–	–	C + D	B + C	–	–	–
Ocupação	Cult. arv.	Vinha e horta	Protecção	Floresta l e pomar	Prado	Retenção		Protec. e enquad.	Miradouro	Equipamento académico-social		

Segundo MATOS (1994: 103), considera-se que as diversas utilizações do terreno se adaptam bem aos locais onde estão implantadas, existindo “ (...) *um equilíbrio entre o meio e o uso, que convém preservar, uma vez que a Tapada está envolvida em (...) fortes zonas construídas, e sujeita a grandes pressões urbanísticas.*”

O campo de rãguebi construído mais a Sul dos existentes parece ser uma excepção à adequação da sua implantação, uma vez que se encontra numa zona de fortes potencialidades arqueológicas, devido à existência de uma jazida paleolítica, mas também estéticas, por se centrar numa zona de carácter essencialmente agrícola, e com vistas privilegiadas. Também a necessidade da construção dos edifícios mais contemporâneos, por motivos do desenvolvimento do ensino, fez com que a sua implantação fosse feita em zonas com características geomorfológicas menos adequadas.

Além disso, também o Parque Florestal de Monsanto foi sujeito aos efeitos da edificação, nomeadamente das faculdades de Arquitectura e Medicina Veterinária, pelo que é ainda mais importante preservar e salvaguardar o património, essencialmente ecológico, que a Tapada da Ajuda constitui.

2. PROPOSTA DE UM PLANO DE GESTÃO PRELIMINAR DA TAPADA DA AJUDA

Um Plano de Gestão consiste num documento de ordem técnica, cuja função é orientar a gestão do território de acordo com determinados objectivos, e pretende-se que seja flexível e dinâmico, de forma a respeitar as diferentes funções para as quais uma área apresente potencial. Para se proceder à elaboração de um Plano de Gestão é necessário fazer primeiro a caracterização da área e identificar os seus valores (AFN, 2007).

Como tal, foi elaborada uma carta de usos para a Tapada da Ajuda, de forma a identificar-se as actividades actuais presentes no terreno. Nesta carta, as diferentes parcelas estão divididas por classes, de acordo com a sua tipologia (**Carta nº 5 – Usos do solo** – Escala 1: 10 000):

A. Espaços Florestais

A.1. Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho

É uma área que apresenta um pequeno bosque natural essencialmente dominado por zambujeiros (*Olea europaea* var. *sylvestris*), que se desenvolveu sobre um outeiro calcário, e que tem sido objecto de preservação.

A.2. Colecções florestais

Inclui os povoamentos florestais de maior expressão com sob coberto de matos que têm sido preservados: eucaliptos, ciprestes (*Cupressus lusitanica*) e pinheiros (*Pinus halepensis* e *Pinus pinea*).

É de destacar uma área específica na Mata do Carrascal, junto ao Portão do Pólo da Ajuda, um eucaliptal, onde estão representados alguns exemplares do género – Arboreto dos Coalas. Dentro desta área, a CELPA (Associação da Indústria Papeleira) propôs ao ISA a elaboração de um plano de plantação de um arboreto com cerca de 1,3 ha de área, com 33 espécies diferentes de eucalipto, com o objectivo de produzir folhas e rebentos especificamente destinados à alimentação dos cinco coalas do Jardim Zoológico de Lisboa, os quais aí foram instalados em 1991 com o apoio da CELPA. Estes animais, característicos da Austrália, vivem nas florestas de eucaliptos, mas não se alimentam da espécie mais comum em Portugal: o *Eucalyptus globulus*. Este projecto foi coordenado pelo Prof. João Santos Pereira, com a participação do investigador Dr. João Silva, do DEF/Laboratório de Detecção Remota e Análise Geográfica. Para além da criação de um arboreto dedicado à alimentação destes animais, o que implica árvores com pouca altura e podadas de forma a terem rebentos tenros, este espaço de grande visibilidade tem também uma componente pedagógica, dado permitir o conhecimento de uma parte da diversidade das espécies de árvores do género *Eucalyptus*. Consequentemente, deste projecto surge uma melhoria estética da área envolvente. A plantação deste arboreto deverá permitir a produção diária de cerca de 20 raminhos, necessários à alimentação dos coalas, que serão transportados em recipientes herméticos, com vista a manter o teor de água dos mesmos, tendo em conta que estes animais não bebem água e garantindo a sua preferência por uma dieta variada. ⁴

Ainda na Mata de Carrascal e na Terra do Malhó se prevê a implantação de um arboreto de espécies florestais para estudo de alterações climáticas, denominado Projecto REINFFORCE do programa INTERREG – IVB, da responsabilidade da Professora Maria Helena Ribeiro de Almeida.

Na Cova do Sobreiro, encontra-se o Projecto Agro com plantações de pinheiro manso (*Pinus pinea*), sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*).

A.3. Vegetação de protecção e enquadramento

É toda a área de mata que delimita a Tapada nas faixas Noroeste, Norte e Nascente e que deve ser destinada à protecção e conservação dos recursos e valores presentes na Tapada.

B. Espaços de Produção Agrícola

B.1. Parcelas de culturas arvenses

B.2. Vinha

B.3. Olival

B.4. Pomar

B.5. Horta

⁴ Em: <http://www.isa.utl.pt/home/node/1332>. Acesso em: 4 de Novembro de 2010.

B.6. Horto

B.7. Viveiros

C. Espaços de Recreio e Lazer

C.1. Jardim da Parada e o Jardim do Anfiteatro Prof. Francisco Caldeira Cabral

A estes espaços deve ser dada uma atenção especial, devido à sua importância e à carga de visitantes que naturalmente recebe, nomeadamente pelos alunos do Instituto.

C.2. Miradouro

Por ser o ponto mais elevado da Tapada e pela volumetria da sua vegetação, esta é uma área privilegiada pelas vistas que proporciona, tanto para o exterior como para o interior da propriedade.

C.3. Campos de jogos

São elas os campos de rãguebi e futebol na Cova do Sobreiro e os campos de ténis, junto à cantina.

D. Edificações e Construções Isoladas

Fazem parte desta categoria os edifícios destinados ao ensino, de interesse cultural e outras estruturas isoladas de apoio.

E. Espaços Abertos

Zonas ajardinadas.

F. Zonas degradadas em recuperação (Carta nº 6 - Zonas degradadas em recuperação – Escala – 1: 10 000)

F.1. Zonas de retenção e condução de água: Lagoa Branca e Lagoa Negra; Minas, Tanques e Reservatórios

F.2. Jardins da Parada e do Anfiteatro Prof. Francisco Caldeira Cabral

F.3. Portão do Pólo Universitário da Ajuda (adjacente às faculdades de Arquitectura e Medicina Veterinária)

G. Corredores de Circulação (Carta nº 7 - Rede viária e pedonal – Escala – 1: 10 000)

É imprescindível a implementação de corredores de circulação entre os diversos elementos constituintes da Tapada, de forma a “ (...) *criar condições de legibilidade para os seus utentes, através do estabelecimento de hierarquias facilmente compreensíveis e de um grau de continuidade.*” (CUNHA, 2000: 127).

A hierarquização dos percursos está feita de acordo com a sua funcionalidade e relação com as principais edificações da Tapada. Como tal, a circulação está dividida em percursos para automóveis de níveis principal, alcatroados, e secundário, e em percursos pedonais, que indicam a tendência de movimentação das pessoas dentro da Tapada.

Após uma avaliação de todos os usos presentes na Tapada, é possível elaborar uma carta que defina se esses usos estão correctamente aplicados, ou se devem ser sujeitos a melhorias ou mesmo a requalificações (**Carta nº 8 - Plano de Gestão Preliminar** – Escala – 1: 10 000). É portanto necessário criar categorias lógicas ao elaborar este plano de gestão, tendo em conta os seus usos actuais e as características remanescentes que ainda possam apresentar de cada período histórico descrito anteriormente, as quais devem ser preservadas, sempre que faça sentido. É este o procedimento que se deve levar em conta, tratando-se a Tapada da Ajuda de um Imóvel de Interesse Público: avaliar quais as suas características ambientais e paisagísticas que são de facto importantes para preservar e valorizar.

As categorias são as seguintes:

Espaços florestais:

- estas encontram-se essencialmente a rematar o muro da Tapada, nas zonas Norte, Este e Oeste; apesar de apresentarem vestígios de alguma vegetação autóctone, também estão presentes espécies invasoras, como *Ailanthus altissima*, *Acacia* spp. e *Pittosporum undulatum*, e que podem comprometer a gestão natural de outros recursos naturais. É por isso necessária uma intervenção no sentido de melhorar o aspecto visual, retirando estas espécies e de manter as suas características mais primitivas, de bosques e matos naturais;

- incluem-se nesta categoria as áreas de vegetação climácica, a Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho e colecções florestais, como a “Mata de Cupressus” com *Cupressus lusitanica*, o Pinhal de Junot, com *Pinus pinea*, o Arboreto dos Coalas, com diversidade de *Eucalyptus* e o Projecto Agro, com *Pinus pinea*, *Quercus suber* e *Quercus rotundifolia*, que devem ser mantidas e preservadas ao máximo, também pelo seu carácter pedagógico, favorecendo a sua regeneração natural;

- também inserida nesta categoria está a zona que vai ser objecto de uma proposta de intervenção paisagística, o portão de acesso entre a Tapada da Ajuda e o Pólo Universitário da Ajuda, chamado Portão do Pólo da Ajuda, que deve cumprir a sua função de passagem, sem comprometer a vegetação de enquadramento que o envolve, a qual deve ser recuperada e protegida.

Espaços verdes:

- fazem parte deste conjunto todas as áreas ajardinadas e de canteiros de espécies vegetais, com espaços de recreio;

- a área ajardinada pertencente ao Pavilhão de Exposições e a área adjacente, em frente à Abegoaria, que contém inclusive dois tanques, e que está a ser alvo de intervenção;

- o espaço da Lagoa Branca, que não exerce a sua função há muitos anos, devido a uma ruptura, e deve ser objecto de uma intervenção paisagística que complemente o auditório adjacente;
- os espaços verdes que envolvem o Observatório Astronómico de Lisboa estão muito degradados e abandonados, pelo que carecem de cuidados que valorizem e embelezem o próprio edifício;
- o Jardim da Parada e da Rainha contêm espécies vegetais de grande interesse paisagístico e peças antigas, como lagos e bancos de pedra; é um espaço de potencialidades de recreio, com características ecológicas e estéticas que devem ser melhoradas e preservadas;
- o Jardim do Anfiteatro Prof. Caldeira Cabral é um projecto de grande valor paisagístico, por conter espécies vegetais exóticas de grande interesse dentro de um desenho perfeitamente integrado na paisagem, e por estar associado a um anfiteatro de pedra que pode oferecer um conjunto de actividades diversas, como espectáculos, teatro ao ar livre ou apenas contemplação da natureza envolvente; encontra-se em estado de recuperação e além de todas as suas valiosas características descritas, constitui um legado do pioneiro da Arquitectura Paisagista do nosso país, o Prof. Francisco Caldeira Cabral, razões pelas quais este espaço merece especial atenção de restauro e preservação;
- pode ainda enquadrar-se nesta categoria o Miradouro, por ser um espaço peculiar na Tapada: ocupa o ponto mais alto da propriedade e oferece um enquadramento panorâmico muito forte sobre a Tapada e o Rio Tejo; carece de algum cuidado de restauro, recuperação das vistas panorâmicas com podas e de um acesso devidamente assinalado e cuidado, assim como minimização do impacto de uma estrutura de apoio existente, através de plantações de arbustos autóctones da reserva;
- nesta categoria incluem-se as áreas onde estão implantadas espécies vegetais que servem para aumento do espólio vegetal da Tapada e contribuem para elevar os conhecimentos educacionais dos alunos do Instituto Superior de Agronomia: a colecção botânica da zona 10 (Terra da Mata de Cima), pelo que deve ser mantida;
- como áreas de recreio destacam-se ainda os campos de ténis junto à cantina e os campos de rãguebi e futebol na Cova do Sobreiro, destinados às práticas desportivas; podem ser melhor enquadrados com vegetação, de modo a se integrarem na paisagem da Tapada de uma forma mais insinuada.

Espaços agrícolas:

- estas zonas encontram-se divididas em vários tipos de culturas, conforme a utilização dos talhões disponíveis;
- quanto aos os talhões das culturas arvenses, todos os anos são sujeitos a culturas, de acordo com um planeamento da Tapada;

- as áreas de vinha, pomar, olival, horta, horto e viveiros consideram-se bem aplicadas às suas funções e aos locais onde estão implantadas, pelo que devem ser mantidas.

Resumindo, foram quantificadas as áreas correspondentes aos espaços florestais, verdes e agrícolas:

- Espaços florestais: cerca de 38,58 hectares – 38,6% da ocupação total
- Espaços verdes: cerca de 17,65 hectares – 17,7% da ocupação total
- Espaços agrícolas: cerca de 32,22 hectares – 32,2% da ocupação total

V. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – PORTÃO DO PÓLO DA AJUDA

A Tapada da Ajuda é uma paisagem cultural classificada pelo IGESPAR, como Imóvel de Interesse Público (conjunto intramuros). A proposta que aqui é apresentada destina-se ao acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda - o *Portão do Pólo da Ajuda*, para ser aberto aos utentes da Tapada (visitantes, funcionários do ISA e da UTL), de forma a constituir mais um local de acesso pedonal e viário (para além do portão da Rua Jau e de Monsanto).

Pretende-se nesta tese apresentar um relatório prévio relativo à obra de intervenção que se pretende realizar na Tapada da Ajuda, de acordo com o Decreto-Lei nº 140 de 15 de Junho de 2009, que diz respeito ao desenvolvimento jurídico relativo aos estudos, projectos, obras ou intervenções em bens culturais.

Ao longo desta tese procurou-se, através de uma caracterização da Tapada da Ajuda em contextos históricos, culturais e paisagísticos, compreender os processos que conduziram à sua evolução ao longo dos tempos. Com base nesta caracterização foi possível identificar as diversas ocupações e potencialidades, de forma a contribuir para um plano preliminar de gestão que permita uma conservação e gestão sustentável deste espaço. A partir do plano preliminar de gestão elaborado (capítulo IV e Carta nº 8) é proposto um projecto de intervenção paisagística para o acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda que respeite a identidade histórica e cultural da Tapada.

Estando o objecto de intervenção inserido na Tapada, um bem cultural classificado como Imóvel de Interesse Público, é necessário que a referida intervenção cumpra os requisitos solicitados pelo IGESPAR.

De acordo com o artigo 15º deste Decreto-Lei, são definidos os parâmetros que devem constar do relatório prévio, os quais vão ser apresentados em seguida e devidamente justificados.

a) Critérios que fundamentam as intervenções de alteração e conservação propostas

O Instituto Superior de Agronomia (da Universidade Técnica de Lisboa), localizado na Tapada da Ajuda, pretende estabelecer uma ligação mais próxima com o Pólo Universitário da Ajuda, onde se localizam diversos estabelecimentos de ensino da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), tais como a Faculdade de Arquitectura, a Faculdade de Medicina Veterinária e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Para tal considera-se relevante a abertura de um portão que facilite a referida ligação para a passagem quer de alunos, docentes, investigadores e funcionários da UTL, quer de visitantes da Tapada (**Fot.30 – 37**). A razão de se justificar a abertura de um novo portão deve-se ao facto dos dois portões actualmente em utilização (Portão da Rua Jau e o de Monsanto) se localizarem em extremos opostos e de não promoverem a ligação pretendida.

b) Adequação das intervenções tendo em conta as características do imóvel, como o grau de classificação (Imóvel de Interesse Público) e o interesse cultural que a fundamenta

O Portão do Pólo da Ajuda insere-se na Mata do Carrascal, na zona Poente da Tapada, onde predomina uma vegetação sucessivamente alterada pelo homem, com alguns vestígios de vegetação climácica, mas com predomínio de plantas de carácter invasor como as acácias. Nesta zona destaca-se também uma área de plantação destinada a 33 espécies diferentes de eucalipto – o Arboreto dos Coalas, destinado à alimentação dos coalas do Jardim Zoológico de Lisboa.

Para esta zona prevê-se também a instalação do arboreto do Projecto REINFFORCE do programa INTERREG – IVB, no qual se prevê a plantação de diversas espécies florestais para estudo de alterações climáticas.

De forma a respeitar o valor paisagístico desta zona a intervenção aqui proposta prevê o combate às acácias, bem como contempla um plano de plantação constituído essencialmente por *Olea europaea* var. *sylvestris*, entre outras espécies de vários estratos tais como: *Philyrea latifolia*, *Quercus coccifera*, *Rhamnus alaternus*, nos solos mais profundos e nos afloramentos rochosos por *Rhamnus lycioides* subsp. *oleoides*, entre outras, que devem ser alvo da maior protecção e respeitar o critério de uma vegetação que seja da flora portuguesa e climácica da Tapada.

No que diz respeito ao tipo de pavimento proposto prevê-se a colocação de asfalto com valetas em basalto de acordo com os outros arruamentos viários já existentes na Tapada.

Verifica-se a presença de alguns sumidouros de recolha das águas, junto às bermas do acesso, que se prevê manter de forma a recolher as águas pluviais.

O muro que ladeia a Tapada nesta zona é recente e por isso feito em materiais completamente descaracterizados dos restantes muros, remanescentes do “nascimento” da Tapada; desta forma pretende-se que a vegetação proposta minimize o impacto visual deste troço do muro.

c) Compatibilidade dos materiais propostos relativamente aos existentes

A utilização de uma vegetação característica da flora portuguesa e autóctone da Tapada permite minimizar o impacto que esta estrutura veio trazer à paisagem, e um acesso pavimentado de acordo com os restantes itinerários principais da Tapada, pretende uniformizar a sua rede viária (Carta nº 8).

d) Avaliação dos benefícios e riscos das intervenções propostas

A intervenção proposta fundamenta-se no Plano de Gestão Preliminar elaborado, sendo que a área a intervir se encontra num espaço de mata de enquadramento, e pretende, por isso:

- respeitar o carácter histórico e cultural da Tapada;
- salvaguardar ao máximo o carácter natural da Mata de Carrascal, protegendo e até promovendo o uso das suas espécies características, através de um plano de plantação cuidado;

- enaltecer a entrada com vegetação de uma selecção cuidada tal como olaias (*Cercis siliquastrum*) e outros arbustos de elevado valor ornamental (à semelhança da entrada da Tapada na Rua Jau);
- enquadrar as panorâmicas que este local oferece e integrar esta intervenção com vegetação, de forma a minimizar o seu impacto na paisagem;
- promover a ligação entre a Tapada e o Pólo Universitário da Ajuda.

f) Utilização proposta para o imóvel

A entrada é marcada com vegetação ritmada de olaias (*Cercis siliquastrum*) e com módulos de pequenos arbustos alternados de alecrim rasteiro (*Rosmarinus officinalis* subsp. *prostratus*) e santolina (*Santolina chamaecyparissus*), que pela sua floração, cor de folhagem e textura enquadram as vistas que são alcançáveis deste ponto da Tapada. A escolha de olaias pretende conferir alguma identificação com a entrada da Calçada da Tapada, que também está marcada por esta espécie, tornando-se deste modo, espaços distintos dos outros da Tapada. Para a zona da entrada está previsto estacionamento para três carros, para os utentes que precisarem de ali parar. Atrás do estacionamento mantém-se os pinheiros (*Pinus halepensis*) e ao longo do acesso viário são propostos módulos intercalados de espécies diversas, características da mata de carrascal da Tapada: *Coronilla glauca*, *Crataegus monogyna*, *Myrtus communis*, *Prunus spinosa* subsp. *insititoides*, *Quercus coccifera*, *Rhamnus lycioides* subsp. *oleoides*, *Rosmarinus officinalis*, *Spartium junceum*, *Teucrium fruticans* e *Viburnum tinus*.

Por trás dos módulos de plantação propõe-se a plantação, de uma forma aleatória, de outras espécies características, como *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Phillyrea latifolia*, *Rhamnus alaternus* e os *Pinus halepensis* aí existentes (estes devem ser mantidos) de forma a que estas plantações minimizem o impacte do muro descaracterizado desta zona da Tapada.

Sendo um portão de acesso à Tapada, como os outros já existentes, o acesso é igualmente em asfalto, para se integrar no percurso principal de automóveis definido. Adjacente às bermas do acesso estão duas valas de drenagem contínuas, de cada lado, em cubos de basalto, de acordo com as restantes valas que acompanham as estradas principais dentro da Tapada, e sumidouros pontuais de recolha das águas. As valas de drenagem presentes estão muito danificadas com vegetação invasora - acácias, que devem ser retiradas.

A identificação deste acesso em particular, torna-se fácil devido ao pavimento diferente que marca as suas extremidades, em calçada de granito, tal como está proposto o estacionamento, mas também pela cadência de *Cercis siliquastrum* que ritmam estes pontos (**Cartas nº 9 a 12 – Portão do Pólo da Ajuda – 1:500**).

A Tapada da Ajuda, com os seus quase 400 anos de existência, apresenta um vasto património natural, cultural e histórico. Na primeira metade do século XX a expansão urbana da cidade de Lisboa reforçou a importância que este parque assumira desde o século anterior e a permanência do Instituto Superior de Agronomia nesta tapada, com já um século de história,

introduziu novas potencialidades à sua utilização, como espaço verde onde se salvaguarda e valoriza um património que constitui um espaço verde de referência na cidade, conciliando o ensino e a investigação ao recreio, educação ambiental, lazer e conservação da natureza.

Pretende-se com esta proposta de intervenção promover a ligação entre a Tapada e o Pólo Universitário da Ajuda, integrando esta proposta no Plano de Gestão Preliminar, para que não comprometa o carácter de património da Tapada e a respeite como um bem cultural classificado de Imóvel de Interesse Público.

Em seguida apresenta-se um articulado de medições, com um orçamento estimado para o projecto de intervenção proposto.

Designação	Quant.	Un	Valor Unitário	Valor Total
1. PAVIMENTOS				
1.1. Cubos de granito de 0.11m*0.11m*0.11m	283.6	m ²	19 €	5388.4 €
1.2. Cubos de basalto de 0.11m*0.11m*0.11m (valetas de drenagem, de acordo com o pormenor na Carta nº 12)	386.2	m ²	19 €	7337.8 €
1.3. Lajes de Calcário de 2.5m*0.7m*0.1m (bancos)	3.5	m ²	15 €	52.5 €
1.4. Pavimento em asfalto	1372.2	m ²	€	€
SUB-TOTAL				12778.7 €
2. DRENAGEM				
2.1. Sumidouro pontual 400*200mm	8.00	un	55.81 €	446.48 €
SUB-TOTAL				446.48 €
3. ESPAÇOS VERDES				
3.1. Preparação do terreno				
3.1.1. Preparação do terreno para recepção de terras, incluindo regularização, limpeza e despedrega sumária	3308.9	m ²	0.80 €	2647.12 €
3.1.2. Fornecimento e distribuição da terra vegetal numa camada de 0.30m	380.1	m ³	30.00 €	11403.0 €
3.1.3. Regularização final	3308.9	m ²	0.70 €	2316.23 €
SUB-TOTAL				16366.35 €
3.2. Plantações				
3.2.1. Plantação de árvores, incluindo fornecimento, abertura de covas, fertilização, tutoragem e rega (módulos)				
<i>CERSI – Cercis siliquastrum</i>	21	un	110.00 €	2310.00 €

3.2.2. Plantação de arbustos incluindo fornecimento, abertura de covas, fertilização, tutoragem e rega				
CORGL – <i>Coronilla valentina</i>	439	un	7.20 €	3160.80 €
CRAMO – <i>Crataegus monogyna</i>	54	un	56.00 €	3024.00 €
MYRCO – <i>Myrtus communis</i>	25	un	3.10 €	77.50 €
PRUSPI – <i>Prunus spinosa</i> subsp. <i>insititoides</i>	54	un	4.80 €	259.20 €
QUECO – <i>Quercus coccifera</i>	108	un	40.00 €	4320.00 €
RHALYO – <i>Rhamnus lycioides</i> subsp. <i>oleoides</i>	54	un	7.90 €	426.60 €
ROSOF – <i>Rosmarinus officinalis</i>	51	un	8.90 €	453.90 €
ROSOF – <i>Rosmarinus officinalis</i> subsp. <i>prostratus</i>	382	un	2.95 €	1126.90 €
SANCH – <i>Santolina chamaecyparissus</i>	45	un	3.10 €	139.50 €
SPAJU – <i>Spartium junceum</i>		un		
TEUFR – <i>Teucrium fruticans</i>	102	un	5.20 €	530.40 €
VIBTI – <i>Viburnum tinus</i>	204	un	9.20 €	1876.80 €
SUB-TOTAL				18072.80 €
TOTAL				€

Quadro nº 3 – Articulado de medições

h) Levantamento fotográfico do local a intervir



Fot.29 – Acesso para o Portão da Ajuda



Fot.30 - Acesso para o Portão da Ajuda



Fot.31 - Acesso para o Portão da Ajuda



Fot.32 – Entrada do Portão da Ajuda



Fot.33 – Entrada do Portão da Ajuda



Fot.34 – Entrada do Portão da Ajuda



Fot.35 – Vista panorâmica da entrada do Portão da Ajuda



Fot.36 – Entrada do Portão da Ajuda

VI. CONCLUSÃO

Por estar inserida na malha urbana de Lisboa, a Tapada da Ajuda constitui um património histórico, natural e cultural de grande importância, que deve ser alvo de constante salvaguarda e protecção. Por isso mesmo existem instrumentos legais e regimes jurídicos que asseguram a conservação deste tipo de património. No caso particular da Tapada da Ajuda, o IGESPAR assegura esta zona classificada como Imóvel de Interesse Público, e como tal, qualquer intervenção proposta no seu perímetro deve respeitar as regras definidas para este bem cultural. Desta forma, foi tomado em conta, na intervenção proposta ao Portão do Pólo da Ajuda, que não podem ser comprometidos os aspectos que definem esta área como pertencente a bem cultural, mas sim devem ser realçados e enaltecidos, para que o que resta de uma Tapada que continha um espólio natural de matas verdes e apelativas ao lazer, não fique perdido. Pretende-se, com isto, alcançar o objectivo deste trabalho, que é obter a aprovação do IGESPAR para a abertura do Portão do Pólo da Ajuda.

A diversidade de usos e potencialidades que a Tapada da Ajuda oferece é um ponto de partida importante para que dela seja feita uma utilização que respeite o seu carácter de paisagem natural, e é perceptível através do plano de gestão elaborado. Este plano é uma ferramenta fundamental para gerir um património deste tipo, e sem o qual não se pode entender quais os aspectos que são dignos de conservação ou de melhoramentos na paisagem. No caso da Tapada, as grandes prioridades são a vegetação florestal, os campos agrícolas e os espaços de jardins com funções lúdicas, recreativas e educacionais, como é o caso do inventário feito, para a colecção botânica da zona 10, que vai complementar a informação referente ao espólio natural que a Tapada oferece. Conhecer as espécies que são características e se enquadram bem na Tapada da Ajuda, é mais um factor que contribui para um conhecimento aprofundado da mesma e para a sua inclusão numa classificação de património a conservar. Espera-se, com este inventário, que surja a iniciativa de mais pesquisas sobre a herança natural da Tapada, para que fiquem registadas em arquivo, e sirvam para intervenções futuras.

Há ainda muito a explorar na Tapada, é um território imenso que proporciona uma grande diversidade cultural e de actividades, e que pode ser alvo de outras melhorias e intervenções que a potencializem mais como espaço público de ensino e lazer. Espera-se que, com este trabalho, surjam inspirações para outras intervenções, sempre visando a salvaguarda e conservação de um espaço verde deste calibre, como já poucos vão subsistindo.

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, Francisco Caldeira. PARQUE NACIONAL DA AJUDA. Relatório Final de Curso de Engenheiro Agrónomo. ISA/UTL, Lisboa, 1936.

DGOTDU (Coord. CANCELA d'ABREU, A.; CORREIA, T.P. e OLIVEIRA, R.). CONTRIBUTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM EM PORTUGAL CONTINENTAL. Vol.I. Colecção Estudos 10. D.G.O.T.D.U. Lisboa, 2004.

CARDOSO, António Muñoz. OS EDIFÍCIOS DA TAPADA DA AJUDA. ISA, Lisboa, 1992.

COSTA, Ana L. Beja. MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO – Caso de estudo da Tapada da Ajuda. Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista. ISA/UTL, Lisboa, 2004.

CUNHA, Natália S. Canelas. ORDENAMENTO DA TAPADA DA AJUDA – Morfologia e Vegetação. Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista. ISA/UTL, Lisboa, 2000.

AFN (Coord. LECOQ, Nuno.). PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DA MATA NACIONAL DO BUÇACO. Mealhada, 2007.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. MORFOLOGIA DA PAISAGEM. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1996.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. ARQUITECTURA PAISAGISTA – Morfologia e Complexidade. Editorial Estampa, Lisboa, 2001.

MARQUES, Teresa R. S. Figueiredo. PROPOSTA PARA A REABILITAÇÃO DO JARDIM DO AUDITÓRIO DO PROFESSOR CALDEIRA CABRAL – Intervenção sobre o Património. Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista. ISA/UTL, Lisboa, 1995.

MATOS, Isabel N. TAPADA DA AJUDA – Evolução da Paisagem. Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista. ISA/UTL, Lisboa, 1994.

SARMENTO, A.M.L.F. ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA DA TAPADA DA AJUDA. Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo. ISA/UTL, Lisboa, 1969.

SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL. O CLIMA DE PORTUGAL. Fascículo XVI. Região de Lisboa-Santarém. Lisboa, 1965.

SOUSA, Pedro Leão e COUTO, Susete. OS RECURSOS HÍDRICOS DA TAPADA DA AJUDA – Propostas para uma melhor gestão. Lisboa, 1995.

VASCONCELOS, Ana Cristina. O CAMPUS UNIVERSITÁRIO – Sua Aplicação ao Instituto Superior de Agronomia. Relatório Final do Curso de Arquitectura Paisagista. ISA/UTL, Lisboa, 2004.

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 5, de 19 de Fevereiro de 2002 – Classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional como monumentos nacionais e imóveis de interesse público

Decreto-Lei nº 61, de 16 de Dezembro de 1910 – Criação do Instituto Superior de Agronomia, edificado na Tapada da Ajuda, para o ensino dos cursos de agronomia e silvicultura; anexação do Jardim Botânico da Ajuda ao Instituto Superior de Agronomia

Decreto-Lei nº 59, de 3 de Abril de 1980 - Criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e definição das suas funções

Decreto-Lei nº 106-F, de 1 de Junho de 1992 – Dissolução do IPPC no Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e atribuição das suas responsabilidades

Decreto-Lei nº 284, de 18 de Agosto de 1993 – Redefinição das atribuições da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGMEN) e reestruturação dos seus serviços

Decreto-Lei nº 120, de 16 de Maio de 1997 – Atribuições e competências do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)

Decreto-Lei nº 96, de 29 de Março de 2007 – Criação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)

Decreto-Lei nº 140, de 15 de Junho de 2009 – Condições exigidas pelo IGESPAR para se intervir num bem cultural classificado

Decreto-lei nº 309, de 23 de Outubro de 2009 – Definição do procedimento de classificação de bens culturais imóveis, do regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda

Lei nº 13, de 6 de Julho de 1985 – Classificação da Tapada da Ajuda como um todo, com inclusão do Instituto Superior de Agronomia, o Observatório Astronómico de Lisboa, a Jazida da Idade do Bronze Final, a Necrópole Romana e os jardins

Lei nº 107, de 8 de Setembro de 2001 – Definição das bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português

PÁGINAS DA WEB

<http://www.espacosdatapada.com/> (acesso em 12 Out 2010)

<http://www.isa.utl.pt/home/node/1332> (acesso em 4 Nov 2010)

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/classificacaodopatrimonio/> (acesso em 8 Nov 2010)

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewfile/332/241> – Carta de Atenas, 1931 (acesso em 15 Dez 2010)

http://www.epa.pt/ac/trmp/01/r_paris.asp – Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Lugares, 1962 (acesso em 15 Dez 2010)

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewfile/334/243> – Carta de Veneza, 1964 (acesso em 15 Dez 2010)

<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> – Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, 1972 (acesso em 16 Dez 2010)

<http://www.comphap.pmmc.com.br/link/florenca.htm> – Carta de Florença, 1981 (acesso em 16 Dez 2010)

<http://5cidades.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf> – Carta de Burra, 1999 (acesso em 16 Dez 2010)

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> – Convenção de Granada, 1985 (acesso em 17 Dez 2010)

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewfile/343/252> – Carta de Washington, 1987 (acesso em 17 Dez 2010)

<http://whc.unesco.org/archive/pierre92.htm> – Reunião do Grupo de Peritos em Paisagens Culturais, 1992 (acesso em 17 Dez 2010)

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266> – Recomendação nº R(95)9, 1995 (acesso em 19 Dez 2010)

<http://planbuildmanage.biz/~quintaci/wp-content/uploads/2008/03/carta-sobre-o-patrimonio-construido-vernaculo.pdf> – Carta d Património Vernáculo Construído, 1999 (acesso em 19 Dez 2010)

<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf> – Convenção Europeia da Paisagem, 2000 (acesso em 19 Dez 2010)

<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> – Carta de Cracóvia, 2000 (acesso 4 Jan 2011)

<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/declaracaobudapestesobreopatrimoniomundial2002.pdf>

– Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, 2002 (acesso em 4 Jan 2011)

http://www.gecorpa.pt/Comunicacoes_artigos/A_Convenção_e_a_qualificação_net.pdf –

Convenção de Faro, 2005 (acesso em 4 Jan 2011)

<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> – Declaração de Viena,

2009 (acesso em 4 Jan 2011)

<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf> – Carta de Bruxelas, 2009

(acesso em 4 Jan 2011)

<http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU>

30Junho.pdf – Orientações Técnicas para a aplicação Convenção do Património Mundial,

2010 (acesso em 4 Jan 2011)

ANEXOS

Anexo I – Legislação

Decreto-Lei nº61, de 16 de Dezembro de 1910

~~fixado~~ o valor da moeda de pataca, na
ver, em 450 réis, moeda da metropole e
réis.

revogada a legislação em contrario.

portanto que todas as autoridades, a quem
o presente decreto com força de lei per-
am e façam cumprir e guardar tão inte-
lle se contém.

e todas as Repartições o façam imprimir,
r. Paços do Governo da Republica, em
de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* —
Almeida — *Afonso Costa* — *José Relvas* —
Torreia Barreto — *Amaro de Azevedo Go-*
o Machado — *Manuel de Brito Camacho*.

D. do G. n.º 59, de 14 de dezembro de 1910.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

geral da Contabilidade Publica

2.ª Repartição

os ultimos acontecimentos politicos occur-
tubro do corrente anno encontram-se na
stração do Estado os palacios, quintas e
rar disfrutados pela extincta monarchia.
is a. ans rendimentos, que d'aquella data
ncerão ao Estado, como encargos provis-
tes, que enquanto se não regularizar de-
assunto é indispensavel solver.

instancias, cumpre ao Governo providen-
ra que as respectivas receitas illiquidas
o Thesouro como rendimento publico, mas
ue se attenda ao pagamento das despesas
aterial resultantes da guarda, arrolamen-
o e custeio d'esses edificios e bens, para
meada. uma superintendencia por decreto
ro proximo findo, nestes termos:

Provisorio da Republica Portuguesa faz
nome da Republica, se decretou, para valer
ante:

odas as receitas sem excepção, provenien-
s, quintas e mais bens usufruidos pela ex-
a, que passaram pela mudança de institui-
osse do Estado, deverão dar entrada nos
pela sua importancia illiquida de quaes-
sob a rubrica de: «Receita por decreto de
di 1910 (rendimentos dos bens usufruidos
monarchia)».

ransferida do artigo 1.º do capitulo 1.º da
isterio das Finanças em vigor no corrente
o de 1910-1911 para o capitulo 3.º, a im-
114:000\$000 réis, a qual constituirá dois
eguinte rubrica geral: «Despesas de admi-
lamentos e custeio dos palacios, quintas e
e estavam na posse da familia proscrita e
para cargo do Estado: Artigo 26.º-H, des-
oal 104:000\$000 réis. Artigo 26.º-I, despe-
al 10:000\$000 réis.

annullado o credito especial de 4:000\$000
r decreto de 18 de outubro ultimo inscrito
º-F, averbando-se convenientemente as or-
esse credito tenham sido passadas.

se portanto que todas as autoridades, a quem
to e execução do presente decreto com força
cer, o cumpram e façam cumprir e guardar
nte como nelle se contém.

s de todas as Repartições o façam imprimir,
rrer. Dado nos Paços do Governo da Repu-
de dezembro de 1910. — *Joaquim Theophilo*

Braga — *Antonio Jose de Almeida* — *Afonso Costa* —
Relvas — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Aze-*
vedo Gomes — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito*
Camacho.

D. do G. n.º 59, de 14 de dezembro de 1910.

Administração Geral das Alfandegas

2.ª Repartição

Havendo a direcção da Alfandega de Lisboa proposto
que se abonem remunerações especiaes da importancia de
15\$000 réis a cada um dos tres encarregados do serviço
dos telephones d'aquella casa fiscal, como compensação
do muito serviço que zelosa e assiduamente prestaram nos
dias 3 a 6 de outubro ultimo: hei por bem, conformando-
me com o parecer emitido sobre o assumpto pela Direcção
Geral da Contabilidade Publica e com a já citada pro-
posta, que se hão de publicar com o presente decreto, au-
torizar o pagamento das citadas remunerações, na con-
formidade da mesma proposta.

Paços do Governo da Republica, em 12 de dezembro de
1910. — O Ministro das Finanças, *José Relvas*.

D. do G. n.º 59, de 14 de dezembro de 1910.

MINISTERIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

Repartição dos Serviços de Instrução Agricola

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa decreta,
para valer como lei, e ser executado pelo Ministro do
Fomento, o seguinte:

Artigo 1.º O ensino superior da agricultura e o de me-
dicina veterinaria professados até o presente, no Instituto
de Agronomia e Veterinaria, passam a ser feitos em escolas
separadas e da seguinte forma:

1.º Os cursos de agronomia e silvicultura serão pro-
fessados em estabelecimento especial denominado Instituto
Superior de Agronomia, para esse fim edificado na Ta-
pada da Ajuda;

2.º O curso de veterinaria continuará a ser professado
no actual edificio do Instituto de Agronomia e Veterina-
ria, que ficará com todos os seus annexos para o serviço
do mesmo ensino, que se denominará Escola de Medicina
Veterinaria.

Art. 2.º A Tapada da Ajuda, com os edificios ali exis-
tentes, á excepção do Observatorio Astronomico e suas
dependencias, ao qual se reservará uma area que poderá
ir até 200 metros, tendo o observatorio como centro,
será entregue ao Instituto Superior de Agronomia, que
ali deve ser installado com todos os seus annexos, para
nelle se fazer o ensino demonstrativo e pratico das diver-
sas cadeiras, bem como para outros fins uteis á agricul-
tura e ensino, taes como:

a) Exposição permanente de productos agricolas em
museu especial, installado na mesma Tapada, e que se de-
nominará Museu Agricola Nacional;

b) Exposições e concursos agricolas, pecuarios, de ma-
chinas agricolas e quaesquer outros;

c) Estação de ensaio de machinas agricolas onde estas
poderão ser apreciadas em qualquer epoca do anno, me-
diante condições expressas em regulamento especial.

Art. 3.º A Tapada estará aberta ao publico permanen-
temente, servindo para passeio, para instrução dos agri-
cultores ou de quaesquer outros visitantes, bem como para
lição de coisas, ás crianças e alumnos de todas as escolas.

Art. 4.º Fica igualmente annexado ao Instituto Superior de Agronomia o jardim botânico da Ajuda, a fim de ser aproveitado, bem como as suas estufas, para o ensino.

Art. 5.º O pessoal actualmente empregado na Tapada e jardim da Ajuda será collocado, no todo ou em parte, conforme as necessidades, sob a dependencia do Instituto Superior de Agronomia, devendo ali desempenhar os serviços para que forem ulteriormente nomeados por diplomas especiaes.

Art. 6.º Os trabalhos de construção do edificio escolar e seus annexos, bem como os de appropriação dos terrenos para os diversos serviços, serão começados logo que tenham approvação as respectivas plantas e orçamentos.

Art. 7.º A dotação dos serviços de exploração e guarda da Tapada será fixada no diploma referente á organização do ensino superior de agricultura.

Art. 8.º Enquanto não estiverem construidos e mobilados os novos edificios escolares o ensino superior de agricultura continuará a ser ministrado no actual edificio como até agora.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

O Ministro do Fomento o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 12 de dezembro de 1910.— *Joaquim Theophilo Braga*— *Antonio José de Almeida*— *Afonso Costa*— *José Relvas*— *Antonio Xavier Correia Barreto*— *Amaro de Azevedo Gomes*— *Bernardino Machado*— *Manuel de Brito Camacho*.

D. do G. n.º 61, de 16 de dezembro de 1910.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS

Direcção Geral das Colonias

5.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º É extensivo, na parte applicavel, aos quadros de saude das colonias, o disposto no decreto com força de lei de 28 de novembro ultimo, que substituiu as designações dos officiaes das diversas classes da corporação da Armada pelas das suas patentes, seguidas da designação da classe.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 12 de dezembro de 1910.— *Joaquim Theophilo Braga*— *Antonio José de Almeida*— *Afonso Costa*— *José Relvas*— *Antonio Xavier Correia Barreto*— *Amaro de Azevedo Gomes*— *Bernardino Machado*— *Manuel de Brito Camacho*.

D. do G. n.º 62, de 17 de dezembro de 1910.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primaria

1.ª Repartição

tores, sub-inspectores e professores de instrução primaria, não deve continuar em vigor, porquanto, na dos casos, essa qualificação do serviço é feita por mações particulares, o que estando aliás de accordo disposto no artigo 5.º do referido decreto não co no entanto sufficiente garantia de verdade e de para o bom nome e competencia profissional dos f narios, aos quaes a qualificação importa; e attend urgencia que ha em suspender a execução do deci tado, por isso que a qualificação do serviço de q trata tem de ser entregue na presente epoca: hei p decretar o seguinte :

Artigo 1.º Enquanto se não reorganizam os serv fiscalização do ensino primario é suspensa a execu decreto de 10 de março do corrente anno, que n qualificação do serviço annual dos inspectores, sub tores e professores de instrução primaria.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrari Dado nos Paços do Governo da Republica, em dezembro de 1910.— O Ministro do Interior, *Antoni de Almeida*.

D. do G. n.º 59, de 14 de dezembro d

Direcção Geral da Instrução Secundaria Superior e Especial

1.ª Repartição

Tendo sido criado por decreto de 24 de dezen 1901, no Hospital de S. José e Annexos, um labo de analyses clinicas, cuja primeira secção era de ao estudo da anatomia pathologica;

Considerando que o funcionamento d'este labo a exercer-se com a amplitude de funcções que pel lamento lhe cabe, teria como effeito reduzir a ta porções o material de ensino anatomo-pathologico cola Medico-Cirurgica de Lisboa que tal ensino em muitos casos, com um caracter meramente the mingua de exemplares para a sua demonstração;

Considerando que, apesar de não ter sido dad. execução ao referido regulamento por parte da A tração dos Hospitaes, a Escola Medico-Cirurgica a boa se tem visto de tal modo embaraçada com a e de material, que por varias vezes d'essa falta se c em documentos officiaes;

Considerando que a unificação dos dois servi systema que mais convem ao ensino pratico da ar pathologica e ás necessidades hospitalares;

Attendendo á representação do enfermeiro-mór d pitaes, em conformidade da proposta que lhe foi d pelo conselho da Escola Medico-Cirurgica de Li conformando-se com os pareceres das Direcções de Saude e Beneficencia Publica e da Instrução daria, Superior e Especial;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa ber que, em nome da Republica se decretou, par como lei, o seguinte :

Artigo 1.º É supprimida a primeira secção do l torio de analyses clinicas do Hospital de S. José e xos, na parte que diz respeito a autopsias.

Art. 2.º O enfermeiro-mor dos hospitaes entre Escola Medico-Cirurgica de Lisboa:

a) O material e as installações para os exames an pathologicos da extincta secção do laboratorio de an clinicas, bem como o terreno junto a essas instal que se reconhecer necessario para uma edificação complete;

	Valor da acção (em euros)	Unidade de referência (UR = 1/4 da UC)
4.6.2 — Fiscal		13,00
4.6.3 — Recurso de decisões jurisdicionais		4,00
4.7 — Contra-ordenações		13,00
5 — Incidentes processuais, procedimentos cautelares, meios processuais acessórios e pedidos de suspensão de eficácia do acto		8,00
6 — Intervenção ocasional em acto ou diligência isolada do processo, designadamente em diligências deprecadas		5,00
7 — Assistência a arguido preso ou junto de entidades policiais		5,00
8 — Por cada deslocação do patrono/defensor a estabelecimento prisional para conferência com o patrocinado preso ou detido, com um máximo de três deslocações		3,00
9 — Quando a diligência comporte mais de duas sessões, por cada sessão a mais		3,00
10 — Por cada presença, período da manhã ou da tarde, no âmbito das escalas de urgência, desde que não tenha sido efectuada qualquer diligência		3,00
11 — Pela resolução do litígio por meios alternativos, designadamente mediação ou arbitragem		5,00
12 — Outras intervenções de patronos oficiosos		8,00

Notas

- 1 — Os honorários a atribuir aos advogados estagiários serão reduzidos a dois terços.
- 2 — Os honorários a atribuir aos solicitadores serão reduzidos a dois terços ou a um quarto, consoante intervenham isoladamente no processo ou o façam coadjuvados por um advogado. Neste caso, os honorários do advogado serão reduzidos a quatro quintos. Por acordo entre o advogado e o solicitador poderá, contudo, ser diversa a proporção na distribuição dos honorários.
- 3 — Considera-se haver lugar a nova sessão sempre que o acto ou diligência sejam interrompidos, excepto se tal interrupção ocorrer no mesmo período da manhã ou da tarde.
- 4 — Considera-se ocasional a intervenção num acto ou diligência isolados no processo.
- 5 — Em caso de substituição do patrono no decurso do processo, os honorários serão individualizadamente pagos a todos os intervenientes, em função da repartição de honorários que tenha sido definida, sempre com o limite dos honorários que seriam devidos ao nomeado por aplicação da tabela.
- 6 — Os honorários devidos por aplicação do disposto no n.º 10 são pagos pelo Cofre Geral dos Tribunais, a pedido do interessado, apresentado na Secção Central ou na Secretaria-Geral do Tribunal, quando exista; nos restantes casos, o pedido é dirigido ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, mas apresentado junto das entidades respectivas.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Decreto n.º 5/2002

de 19 de Fevereiro

Considerando o disposto nos artigos 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, no n.º 1 do artigo 7.º e no artigo 12.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio;

Tendo sido cumpridos os procedimentos de audição previstos nos artigos 24.º e 25.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e no artigo 12.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho;

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Classificações

São classificados os seguintes imóveis:

- a) Como monumentos nacionais, os constantes dos anexos I e III ao presente diploma, do qual fazem parte integrante;
- b) Como imóveis de interesse público, os constantes dos anexos II e IV ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Alterações

1 — O Decreto do Governo de 16 de Junho de 1910, publicado em 23 de Junho de 1910, na parte referente ao «Aquaduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água», em Lisboa, distrito de Lisboa, passa a ter a seguinte redacção:

«Aquaduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados, nas freguesias de Caneças, Almargem do Bispo, Casal de Cambra, Belas, Agualva-Cacém, Queluz, no concelho de Sintra, São Brás, Mina, Brandoa, Fala-gueira, Reboleira, Venda Nova, Damaia, Buraca, Carnaxide, Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, São Sebastião da Pedreira, Santo Condestável, Prazeres, Santa Isabel, Lapa, Santos-o-Velho, São Mamede, Mercês, Santa Catarina, Encarnação e Pena, municípios de Odivelas, Sintra, Amadora, Oeiras e Lisboa, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

2 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 32 973, de 18 de Agosto de 1943, na parte referente ao «Portal manuelino nas ruínas de uma antiga capela de Alcaíça Grande», concelho de Mafra, distrito de Lisboa, clas-

sificado como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Portal manuelino da antiga capela do Espírito Santo de Alcainça Grande, no Largo da Igreja, 3, Alcainça Grande, freguesia de São Miguel de Alcainça, município de Mafra, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

3 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 129/77, de 29 de Setembro, na parte referente à «Casa da Quinta das Lapas», na freguesia de Monte Redondo, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Casa da Quinta das Lapas, com a respectiva cerca, a praça frente à Capela, a alameda e a Capela de Santo António, na Quinta das Lapas, com acesso pela estrada municipal n.º 575, Monte Redondo, freguesia de Monte Redondo, município de Torres Vedras, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

4 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 28/82, de 26 de Fevereiro, na parte referente à «Quinta de Valflores», na freguesia de Santa Iria de Azoia, concelho de Loures, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Quinta de Valflores, na Rua de Valflores, junto às escadilhas da fonte, em Via Rara, freguesia de Santa Iria de Azoia, município de Loures, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

Artigo 3.º

Reclassificação

É reclassificada como imóvel de interesse público a Casa dos Salazares ou do Visconde de Espinhal, na Lousã, que havia sido classificada como valor concelhio pelo artigo 3.º do Decreto do Governo n.º 129/77, de 29 de Setembro, ficando com a seguinte designação:

«Palácio dos Salazares, também denominado 'Palácio da Viscondessa do Espinhal' ou 'Palácio do Visconde do Espinhal', na Rua da Viscondessa do Espinhal, 5, Lousã, freguesia da Lousã, município da Lousã, distrito de Coimbra.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vi ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

Artigo 4.º

Rectificações

1 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 735/74, de 21 de Dezembro, na parte referente ao «Palácio dos Condes de Farrobo, incluindo o chafariz localizado na Estrada de Benfica junto à azinhaga que limita a norte o Jardim Zoológico», na freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, clas-

sificado como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Palácio e Jardins do Conde de Farrobo (conjunto intramuros), no qual se encontra instalado o Jardim Zoológico, delimitado nomeadamente pela Estrada de Benfica, pela Praça do Marechal Humberto Delgado, pela Estrada das Laranjeiras, pela Travessa das Águas Boas e pela Rua de Xavier de Oliveira, Lisboa, freguesia de São Domingos de Benfica, município de Lisboa, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vii ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

2 — Na alínea c) do artigo único do Decreto n.º 29/90, de 17 de Julho, onde se lê «imóveis de valor municipal» deve ler-se «valores concelhios».

3 — Na alínea c) do artigo único do Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, onde se lê «imóveis de valor concelhio» deve ler-se «valores concelhios».

4 — O anexo ii do Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, na parte referente à «Villa romana de Miroços», na freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Villa romana de Miroço, na Estrada de Manique (antiga estrada nacional n.º 247-5), Bairro de Morouços, Manique de Baixo, freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vii ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

5 — No anexo ii do Decreto n.º 67/97, de 31 de Dezembro, referente à classificação como imóveis de interesse público, deverão ser introduzidas as alterações indicadas nas alíneas seguintes:

a) Onde se lê:

«Distrito de Aveiro

Município de Albergaria-a-Velha:

Mamoia de Açores, freguesia de Albergaria-a-Velha.»

deve ler-se:

«Distrito de Aveiro

Município de Albergaria-a-Velha:

Mamoia de Açores, freguesia de Albergaria-a-Velha.»

b) Onde se lê:

«Distrito de Aveiro

Município de Estarreja:

Casa-Museu de Egas Moniz [. . .]»

deve ler-se:

«Distrito de Aveiro

Município de Estarreja:

Casa-Museu Egas Moniz [. . .]»

c) Onde se lê:

«Distrito de Évora

Município de Évora:

Cromeleque da Portela de Modos [. . .]»

deve ler-se:

«Distrito de Évora

Município de Évora:

Cromeleque da Portela de Mogos[...]

d) onde se lê:

«Distrito de Portalegre

Município de Elvas:

Anta do Monte Ruivo, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 de São Rafael, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 2 de São Rafael, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 do Sobral, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta de Valmor, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
[...]
Igreja do Salvador [...], freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;»

deve ler-se:

«Distrito de Portalegre

Município de Elvas:

Anta do Monte Ruivo, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 de São Rafael, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 2 de São Rafael, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 do Sobral, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta de Valmor, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
[...]
Igreja do Salvador [...], freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Novembro de 2001. — *Guilherme d'Oliveira Martins* — *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Assinado em 17 de Dezembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 19 de Dezembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Monumentos nacionais

Distrito de Aveiro

Município de Aveiro:

Conjunto arquitectónico formado pela Igreja do Convento de Santo António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de São Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho), no Largo de Santo António, Aveiro, freguesia da Glória.

Distrito de Beja

Município de Alvão:

Solar de Água de Peixes, na Herdade de Água de Peixes, no caminho municipal n.º 1004, a 6 km de Alvão, freguesia de Alvão.

Distrito de Coimbra

Município de Coimbra:

Colégio de São Jerónimo (Universidade de Coimbra), no Largo de D. Dinis, Coimbra, freguesia de Sé Nova.

Município de Penela:

Igreja de Santa Eufémia, no Largo do Dr. Albino M. Cordeiro, confinando com a Rua dos Paços do Concelho, a Rua do Sol e a escola primária, Penela, freguesia de Santa Eufémia.

Distrito de Lisboa

Município de Lisboa:

Ascensor da Bica e meio urbano que o envolve, na Rua de São Paulo, 218 a 236, na Rua da Bica Duarte Belo (todos os imóveis que com ela confinam), no Largo de Santo Antoninho (todos os imóveis que com ele confinam) e na Travessa da Bica Grande (todos os imóveis que com ela confinam), Lisboa, freguesia de São Paulo;

Ascensor da Glória e meio urbano que o envolve, na Calçada da Glória (todos os imóveis que com ela confinam), na Rua das Taipas, tornejando para o Largo da Oliveirinha, 1, 2 e 5, e na Travessa do Fala-Só, 2 a 10 e 1 a 7, Lisboa, freguesias de Santa Justa, de São José e da Encarnação;

Ascensor do Lavra e meio urbano que o envolve, com entrada pelo gaveto entre a Calçada do Lavra e a Rua de Câmara Pestana, na Rua de Câmara Pestana, 43 e 45, e na Calçada do Lavra, todos os números pares e ímpares do 1 ao 11, Lisboa, freguesias de São José e da Pena;

Capela do Paço da Bemposta, incluindo todo o seu recheio artístico, nomeadamente o órgão, nas instalações da Academia Militar, com entrada pelo Paço da Rainha, Lisboa, freguesia da Pena;

Elevador do Carmo, também denominado «Elevador de Santa Justa», com entrada pela Rua de Santa Justa, entre os n.ºs 94 e 103, e pelo Largo do Carmo, entre a Escola Fernão Lopes e a Igreja do Carmo, Lisboa, freguesia de São Nicolau;

Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro, na Calçada da Estrela, na Rua de Correia Garção, na Praça de São Bento, e na Rua de São Bento, Lisboa, freguesia da Lapa.

Distrito de Santarém

Município de Santarém:

Templo romano de Scallabis, no Largo da Alcáçova, 3 a 5, Santarém, freguesia de Marvila.

Distrito de Viseu

Município de Mangualde:

Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, nos limites de Vila Garcia, num vale entre os maciços de Santo António dos Cabacos e de Fagilde, com acesso pelo caminho municipal n.º 1441 e por um caminho público não classificado com cerca de 600 m, junto ao regato das Freiras, a oeste da Capela de Nossa Senhora da Cabeça, freguesia de Fornos de Maceira Dão.

ANEXO II

Imóveis de interesse público

Distrito de Aveiro

Município de Anadia:

Capela de Nossa Senhora das Neves e fontanário, no lugar de Neves do Pinheiro, do lado norte da estrada que liga o Pereiro a Avelãs de Cima, freguesia de Avelãs de Cima;
Paço de Ois, também denominado «Casa de Montalvão» ou «Solar dos Calheiros», no Largo do Freixo, Ois do Bairro, freguesia de Ois do Bairro.

Município de Aveiro:

Teatro Aveirense, na Rua de Belém do Pará, e na Rua de 31 de Janeiro, Aveiro, freguesia da Glória.

Município de Estarreja:

Casa de Francisco Maria de Oliveira Simões (1.º proprietário), no Largo da Igreja, 4, Salreu, freguesia de Salreu.

Município de Sever do Vouga:

Monumento megalítico de Chão Redondo 1, numa chã da encosta sul da serra das Talhadas, a meio caminho entre Talhadas e Ereira, junto da chamada «Quinta do Padre», freguesia de Talhadas;
Monumento megalítico de Chão Redondo 2, numa chã da encosta sul da serra das Talhadas, a meio caminho entre Talhadas e Ereira, junto da chamada «Quinta do Padre», freguesia de Talhadas.

Distrito de Braga

Município de Braga:

Edifício da Câmara Municipal de Braga, na Praça do Município, Braga, freguesia da Sé.

Município de Fafe:

Cine-Teatro de Fafe, na Rua de Monsenhor Vieira de Castro, Fafe, freguesia de Fafe.

Município de Guimarães:

Casa e Quinta de Minotes, na Rua de Souto e Minotes, lugar de Minotes, com acesso pela estrada nacional n.º 101 (Braga-Guimarães), pelo desvio para Fermentões, seguido pelo desvio para Selho São Cristóvão, freguesia de Fermentões.

Distrito de Bragança

Município de Carrazeda de Ansiães:

Solar de Sampaio, no lugar de Sampaio, com acesso pela estrada nacional n.º 633, freguesia de Linhares.

Distrito de Castelo Branco

Município de Castelo Branco:

Casa de Alcains (antigo Solar da Viscondessa de Oleiros), na Rua do Conde de Idanha-a-Nova, 98 a 104, Alcains, freguesia de Alcains;
Casa do Arco do Bispo, também denominada «Casa do Arco da Péla», na Praça de Camões, 16, Castelo Branco, freguesia de Castelo Branco;
Solar dos Goulões, na Rua das Fontainhas, 1 (antiga Rua do Professor Simões Carrega), e na Rua do Dr. Vicente José Duarte Sanches, 28, Alcains, freguesia de Alcains.

Município da Covilhã:

Casa dos Ministros, também designada «Casa dos Magistrados» (antigo registo predial e repartição de Finanças), na Rua do 1.º de Dezembro, 63, e na Rua das Portas do Sol, 122, Covilhã, freguesia de Santa Maria.

Município do Fundão:

Ponte Romana de Peroviseu, sobre a ribeira de Meimoa, servindo de ligação entre as freguesias de Peroviseu e de Valverde através de um caminho rural, freguesias de Peroviseu e de Valverde.

Município de Idanha-a-Nova:

Igreja matriz de Proença-a-Velha, incluindo o altar-mor de talha dourada e as três imagens do Calvário, no «Largo do Adro», ladeada pelo cemitério, em frente do cruzamento da Quelha do Castelo com a Rua do Castelo, Proença-a-Velha, freguesia de Proença-a-Velha.

Distrito de Coimbra

Município de Arganil:

Mosteiro de Folques, incluindo o recheio artístico e a quinta, na Quinta do Mosteiro, com acesso pelo caminho municipal n.º 1354, junto à ribeira de Folques, freguesia de Folques.

Município de Coimbra:

Aqueduto de Santa Clara, também denominado «Aqueduto do Real Mosteiro de Santa Clara», na estrada municipal que liga o Porto do Bordalo à Cruz dos Morouços, freguesia de Santa Clara;
Edifício do Chiado, na Rua de Ferreira Borges, entre os n.ºs 81 e 91 (frente às escadas de São Bartolomeu), Coimbra, freguesia de São Bartolomeu;
Convento de São Jorge de Milreus (actual Universidade Vasco da Gama), na Quinta de São Jorge, com acesso por um caminho situado entre

Município de Pinhel:

Igreja de Santa Maria do Castelo, no Largo de Santa Maria, Pinhel, freguesia de Pinhel.

Município do Sabugal:

Convento de Sacraparte, também designado «Convento de Sacaparte», a 2 km a leste de Alfaiates (noroeste da estrada nacional n.º 233-3), freguesia de Alfaiates.

Município de Seia:

Solar de São Julião, no Largo de São Julião e na Rua de D. Luís de Albuquerque Bourbon de Sousa Lara, Paranhos da Beira, freguesia de Paranhos da Beira.

Distrito de Leiria

Município de Alvaiázere:

Cruzeiro filipino, junto ao caminho municipal n.º 1109, à entrada do lado sul do adro da igreja matriz, Maças de D. Maria, freguesia de Maças de D. Maria.

Município da Batalha:

Ermida da Senhora do Fetal e Capelinha da Memória (conjunto), no local designado por Cruz do Cemitério, a sul da antiga estrada nacional n.º 356, actual OE (outras estradas) 356, Reguengo do Fetal, freguesia de Reguengo do Fetal.

Município de Caldas da Rainha:

Edifício do Museu de José Malhoa, no Parque de D. Carlos I, Caldas da Rainha, freguesia de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo.

Município de Pombal:

Arco manuelino (pertencente ao antigo Paço dos Duques de Aveiro), na Rua do Terreiro, Abiul, freguesia de Abiul.

Distrito de Lisboa

Município de Alenquer:

Quinta do Campo (conjunto edificado), incluindo a casa de habitação, capela, tentadeiro, outras instalações e pertences, entre as localidades do Carregado (à saída) e de Casal Pinheiro, com acesso pela estrada nacional n.º 3, freguesia do Carregado.

Município de Cascais:

Quinta do Barão (conjunto constituído pelo solar, jardins e adega), na Avenida de D. José I, antiga estrada nacional n.º 11, Carcavelos, freguesia de Carcavelos;

Villa romana de Miroiços, na encosta sul do Alto do Barril, Malveira da Serra, com acesso pela estrada nacional n.º 247, freguesia de Alcálideche;

Villa romana de Outeiro de Polima, em Outeiro de Polima, com acesso pela estrada municipal n.º 584, freguesia de São Domingos de Rana.

Município de Lisboa:

Antigas instalações do jornal *O Século*, na Rua do Século, 41 a 63, Lisboa, freguesia de Santa Catarina;

Centro Cultural de Belém, na Praça do Império e na Avenida da Índia, Lisboa, freguesia de Santa Maria de Belém;

Cine-Teatro Politeama, na Rua das Portas de Santo Antão, 109 a 115, Lisboa, freguesia de Santa Justa;

Edifício do antigo Jardim Cinema, nomeadamente a zona do monumental salão de jogos, na Avenida de Álvares Cabral, 33 a 37, Lisboa, freguesia de Santa Isabel (que havia sido classificado, como imóvel de interesse público, pela igreja e antigo Convento do Grilo, na Rua do Grilo, 116-A a 116-E, e na Calçada do Grilo, 2, Lisboa, freguesia do Beato);

Moradia (palacete) na Avenida de Fontes Pereira de Melo, incluindo as áreas do antigo jardim, anexo residencial e garagem, que foi pertença de José Maria Marques (1.º proprietário), actual sede social do Metropolitano de Lisboa, na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 28, e na Rua de Andrade Corvo, 34 a 38, Lisboa, freguesia de São Jorge de Arroios;

Palácio Belmonte, no Pátio de D. Fradique, 5 a 8, 10, 11 e 13 a 17, na Travessa do Funil, 8 a 12, na Rua dos Cegos, 44, e no Largo do Contador-Mor, 8 a 16, Lisboa, freguesia de Santiago;

Real Fábrica das Sedas, na Rua da Escola Politécnica, 219 a 287, e no Largo do Rato, 7 a 7-C, Lisboa, freguesia de São Mamede;

Sinagoga portuguesa Shaaré Tikvah («as Portas da Esperança»), com acesso pela Rua de Alexandre Herculano, 59, Lisboa, freguesia de São Mamede;

Tapada da Ajuda (conjunto intramuros), delimitada nomeadamente pela Rua do Professor Vieira da Natividade, pela Calçada da Tapada e pela Rua do Sítio do Casalinho da Ajuda, 1 e 2, Lisboa, freguesia de Alcântara.

Município de Loures:

Casa Medieval da Torre de Cima, entre a povoação do Freixial e a vila de Bucelas, a meio da encosta da serra do Picoto, junto a um moinho arruinado, com acesso pelo centro de Bucelas, na direcção do Freixial, pela estrada nacional n.º 116, seguida, ao quilómetro 27, por estrada de terra batida, freguesia de Bucelas;

Igreja matriz de Santa Iria de Azoia, incluindo o seu recheio, na Rua de Angola, Santa Iria de Azoia, freguesia de Santa Iria de Azoia.

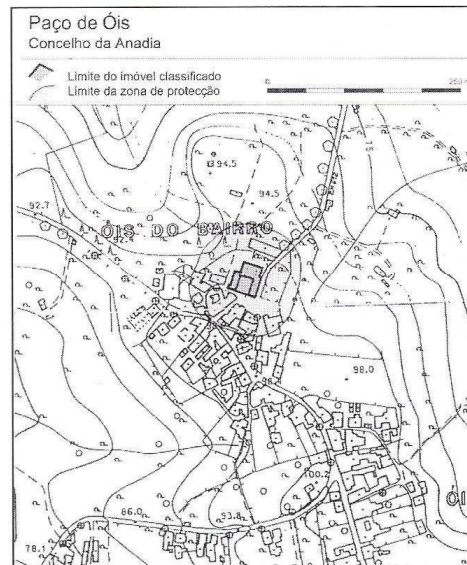
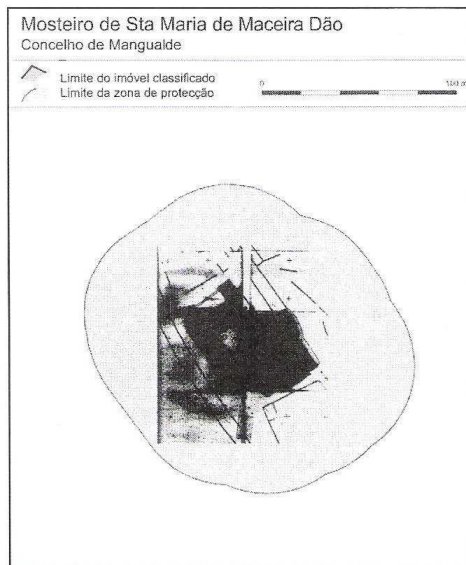
Município de Oeiras:

Edifício em Queijas, conhecido por «Vila Cacilda» ou «Casa de D. Miguel», na Rua da Quinta do Bonfim, 2 a 2-C, e na Rua de António Costa Macedo, Queijas, freguesia de Carnaxide;

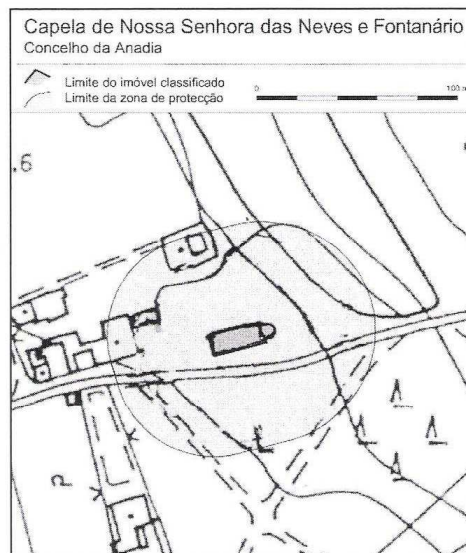
Fornos de Cal (conjunto de cinco), na Rua dos Fornos, 9 a 15, Paço de Arcos, freguesia de Paço de Arcos.

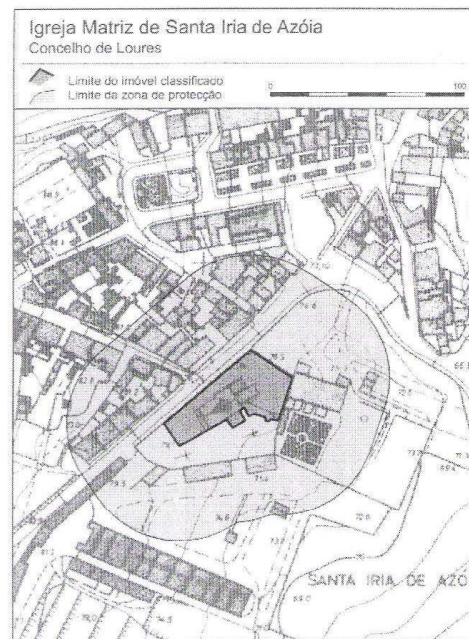
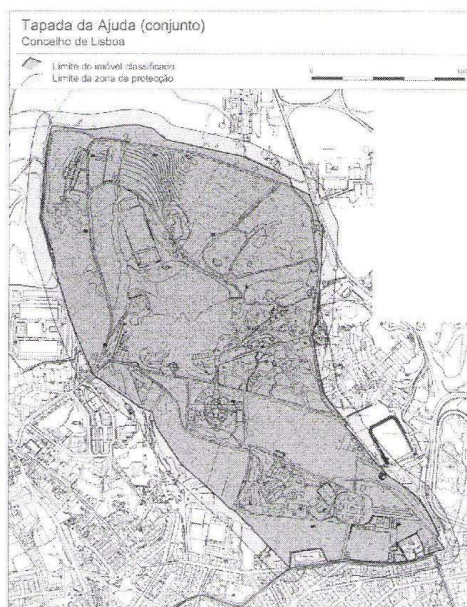
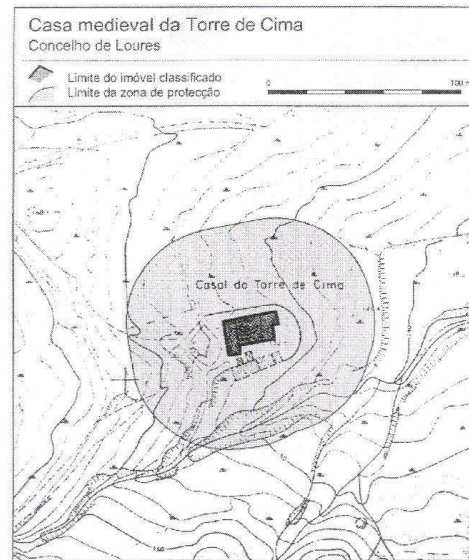
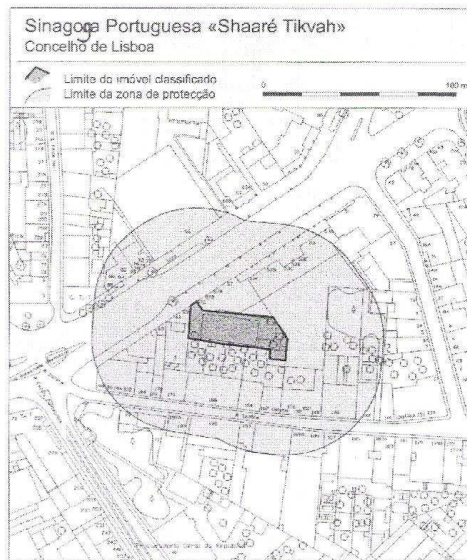
Município de Sintra:

Convento de Sant'Ana da Ordem do Carmo e respectiva cerca, com acesso pela estrada Eugária-



ANEXO IV
Imóveis de interesse público
Plantas de delimitação





Decreto-Lei nº140, de 15 de Junho de 2009

Diário da República, 1.ª série—N.º 113—15 de Junho de 2009

3653

2 — Perdem o mandato os membros da Comissão que faltarem, em cada ano civil, a três reuniões regularmente convocadas, salvo motivo justificado.

3 — A justificação de faltas deve ser apresentada, no prazo de cinco dias a contar do termo do facto justificativo, ao presidente da Comissão para sua apreciação.

4 — A perda do mandato torna-se efectiva com o despacho de exoneração do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

Artigo 26.º

Deliberações

1 — A Comissão delibera com a presença de cinco membros com direito a voto.

2 — As deliberações previstas nas alíneas b), c) e h) do n.º 2 do artigo 21.º são tomadas por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes com direito a voto.

3 — As deliberações referidas no número anterior devem ser fundamentadas.

Artigo 27.º

Funcionamento

1 — A Comissão reúne sempre que necessário para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 21.º, de acordo com as regras de funcionamento e a periodicidade previstas no respectivo regulamento interno.

2 — As regras de funcionamento da Comissão constam de regulamento interno proposto pela Comissão e aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

3 — A Comissão pode organizar grupos de trabalho, em função das matérias a apreciar, sob proposta do respectivo presidente.

4 — O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., presta o apoio logístico, técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

5 — Os membros da Comissão têm direito a senhas de presença, cujo montante e condições de atribuição são fixados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, publicado no *Diário da República*.

6 — Os membros da Comissão têm direito a ajudas de custo nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 28.º

Divulgação

O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., divulga na respectiva página electrónica:

a) A composição da Comissão, incluindo eventuais substituições ocorridas durante o mandato dos respectivos membros;

b) O regulamento interno previsto no n.º 1 do artigo anterior;

c) As deliberações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º;

d) O relatório anual de actividades da Comissão.

Artigo 29.º

Dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos nos termos dos artigos 6.º, 8.º e 17.º estão sujeitos ao regime previsto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Artigo 30.º

Procedimento transitório

1 — Até à disponibilização do formulário electrónico previsto no n.º 1 do artigo 8.º e sem prejuízo dos elementos aí exigidos, o pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é apresentado por escrito, em formulário próprio, ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., dirigido ao presidente da Comissão.

2 — O formulário referido no número anterior é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Março de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia* — *Bernardo Luís Amador Trindade* — *José António Fonseca Vieira da Silva* — *Maria de Lurdes Reis Rodrigues* — *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor* — *José António de Melo Pinto Ribeiro*.

Promulgado em 4 de Junho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 8 de Junho de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto-Lei n.º 140/2009

de 15 de Junho

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

O desenvolvimento do regime jurídico relativo aos estudos, projectos, obras ou intervenções em bens culturais classificados, ou em vias de classificação, pressupõe necessariamente a existência de um relatório prévio, elaborado por técnicos legalmente qualificados, em relação às obras ou intervenções, bem como o acompanhamento destas pela administração do património cultural competente e ainda a entrega de um relatório final.

As imposições normativas decorrentes dos artigos 45.º e 59.º da referida lei são objecto de concretização no presente diploma, com respeito pelas particularidades próprias da natureza dos bens. Assim, complementam-se as regras já existentes para os bens imóveis e cria-se um procedimento para os bens móveis protegidos.

As intervenções em bens imóveis obedecem às regras procedimentais do regime jurídico da urbanização e edificação, razão pela qual o presente diploma adapta aquelas regras às especificidades do património cultural imóvel de forma a facilitar a apreciação, por parte da administração autárquica e da administração central, da necessidade, pertinência e adequação das propostas de obras ou intervenções.

A obrigatoriedade do relatório prévio tem a virtualidade de promover a qualificação das obras ou intervenções e estimular o crescimento e especialização de vários sectores profissionais responsáveis pela sua elaboração, ao mesmo tempo que introduz um mecanismo de controlo prévio na realização de operações urbanísticas em relação aos bens culturais imóveis. Permite igualmente à câmara municipal e às entidades externas com participação no procedimento urbanístico uma ponderação mais célere das pretensões dos particulares.

Procura-se, deste modo, evitar os casos de decisões desfavoráveis por falta de elementos instrutórios necessários à apreciação dos riscos e benefícios das obras ou intervenções nos bens culturais protegidos e, simultaneamente, promover a indicação dos termos em que as decisões podem ser favoráveis, sempre que possível em função do cumprimento das orientações de valorização e de salvaguarda do património cultural.

Neste sentido, prevê-se também o mecanismo de prestação de informações complementares sempre que se revelem necessárias para a devida apreciação dos pedidos. Convida-se, deste modo, o proponente a suprir eventuais faltas do pedido que sejam relevantes à boa tomada de decisão, ainda numa fase prévia e sem desaproveitar o esforço empreendido para a abertura de um procedimento para a realização de obras ou intervenções em bens culturais. Procedimento este que se institui inovatoriamente em relação aos bens móveis, cumprindo-se assim o desígnio de efectiva salvaguarda de uma realidade diversificada de bens que espelham uma pluralidade de formas de expressão cultural.

É, aliás, esta inevitável diversidade que aconselha um razoável grau de discricionabilidade administrativa na aferição das qualificações adequadas à realização de obras ou intervenções em bens que merecem uma tutela especial em função do seu reconhecido valor cultural. De facto, em muitas situações, só a consideração casuística das qualificações adquiridas, formalmente ou por experiência profissional, permite a análise adequada das propostas de obras ou intervenções no que respeita à conservação e restauro consoante a natureza dos bens.

O acompanhamento obrigatório das obras ou intervenções em bens culturais protegidos tem em conta o princípio da prevenção que norteia este diploma e as particularidades da realidade que conforma, face ao risco e à dificuldade inerentes aos trabalhos nos domínios da conservação e do restauro. Risco e dificuldades que crescem exponencialmente em função da grandeza ou complexidade das obras ou intervenções, razão pela qual se prevê a possibilidade de a Administração poder exigir um relatório intercalar nestas situações.

Sublinhe-se a importância atribuída pelo legislador ao relatório final, que sintetiza o processo seguido nas obras ou intervenções em bens culturais imóveis e móveis. Este relatório permitirá à Administração Pública dispor de registos permanentes e consultáveis sobre as técnicas e metodo-

logias utilizadas e estabelecer comparações e fundamentar decisões em função de experiências concretas.

Desta forma, supre-se uma importante lacuna em relação ao registo e arquivo das técnicas, das metodologias e dos tratamentos utilizados ao longo do tempo na salvaguarda do património cultural. Espera-se que o cumprimento do dever de elaboração do relatório final e o respectivo arquivo, por regra digitalizado, contribua para constituir a indispensável memória dos trabalhos de protecção e valorização do património cultural. Importa, por fim, realçar a importância do acervo documental a constituir para a investigação e desenvolvimento científicos nestes domínios.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

2 — O regime jurídico referido no número anterior abrange:

- a) Os bens culturais imóveis;
- b) Os bens culturais móveis;
- c) O património móvel integrado em bens culturais imóveis e identificado como tal no respectivo acto de classificação ou no acto de abertura do procedimento de classificação.

Artigo 2.º

Princípios gerais

1 — Os estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais obedecem aos seguintes princípios:

a) Prevenção, garantindo como regra o carácter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das obras ou intervenções e actos susceptíveis de afectar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou de autenticidade;

b) Planeamento, assegurando prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados para o efeito, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais, respectivas técnicas, metodologias e recursos a empregar em sede de execução;

c) Graduabilidade, fazendo corresponder o nível de exigências e requisitos a fixar para as obras ou intervenções em bens culturais ao seu valor cultural e à forma de protecção de que são objecto;

d) Fiscalização, promovendo o controlo das obras ou intervenções em bens culturais de acordo com os estudos e projectos aprovados;

e) Informação, através da divulgação sistemática e padronizada de dados sobre as obras ou intervenções realizadas em bens culturais para fins histórico-documentais, de investigação e estatísticos.

2 — A aplicação dos princípios referidos no número anterior subordina-se e articula-se com os princípios gerais da política e do regime de protecção e valorização do património cultural previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) «Administração do património cultural competente» a entidade responsável pela abertura do procedimento de classificação;

b) «Bens culturais» os bens móveis e imóveis classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como o património móvel integrado;

c) «Relatório prévio» o relatório sobre a importância e a avaliação das obras ou intervenções cuja realização seja proposta em relação a bens culturais;

d) «Relatório intercalar» o relatório descritivo dos trabalhos efectuados, em curso e a realizar, fundamentando, nomeadamente, eventuais alterações no planeamento, técnicas, metodologias e execução em relação ao previsto em relatório prévio ou outros factos relevantes no âmbito das obras ou intervenções;

e) «Relatório final» o relatório de onde conste a natureza das obras ou intervenções realizadas, os exames e análise efectuados, as técnicas, as metodologias, os materiais e tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, videográfica ou outra sobre o processo seguido e o respectivo resultado;

f) «Património móvel integrado» os bens móveis de interesse cultural relevante ligados materialmente e com carácter de permanência a bem cultural imóvel, bem como os bens móveis que estejam afectos de forma duradoura ao seu serviço ou ornamentação.

CAPÍTULO II

Disposições comuns

Artigo 4.º

Relatório prévio

Para efeitos de apreciação de pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais é obrigatória a entrega do relatório prévio, sem prejuízo dos demais elementos previstos no âmbito do presente decreto-lei.

Artigo 5.º

Autoria do relatório prévio

1 — O relatório prévio é da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior adequada e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico.

2 — A formação superior e a experiência profissional referidas no número anterior devem ser relevantes na res-

pectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa.

3 — Na elaboração do relatório prévio participam igualmente os técnicos especialistas competentes em função da natureza do bem cultural e do tipo de obras ou intervenções a realizar.

Artigo 6.º

Informações complementares

1 — A administração do património cultural competente pode solicitar informações complementares, apresentação de documentos ou de outros elementos para a apreciação do pedido de parecer, aprovação ou autorização, no prazo de 10 dias após a recepção do respectivo pedido.

2 — O pedido de informações complementares pela administração do património cultural competente suspende o prazo de decisão sobre pedido de parecer, aprovação ou autorização até à data da prestação daquelas.

3 — O interessado pode requerer a continuação do procedimento em alternativa à prestação das informações complementares prevista no número anterior.

Artigo 7.º

Vistoria prévia

1 — A administração do património cultural competente realiza vistoria prévia em relação ao bem cultural objecto de pedido de parecer, aprovação ou autorização sempre que o considerar necessário para aferir da necessidade e adequação das obras ou intervenções, no prazo de 15 dias após a recepção do relatório prévio.

2 — A vistoria é obrigatória e realizada no prazo de 20 dias após a recepção do relatório prévio quando as obras ou intervenções tenham por objecto bens culturais classificados de interesse nacional.

3 — A vistoria é realizada dentro do prazo previsto para a decisão do pedido de parecer, aprovação ou autorização de obras ou intervenções.

4 — A vistoria deve ser realizada, sempre que possível, por técnico com qualificações, no mínimo, equivalentes às exigidas para a autoria do relatório prévio.

5 — A omissão de vistoria prévia prevista nos números anteriores não dispensa a apreciação, pela administração do património cultural competente, do pedido de parecer, aprovação ou autorização realizado ao abrigo do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Artigo 8.º

Acompanhamento

1 — As obras ou intervenções em bens culturais são objecto de acompanhamento pelos serviços da administração do património cultural competente.

2 — O acompanhamento compreende as diligências necessárias, podendo consistir na realização de exames, vistorias, fiscalização técnica, avaliações ou peritagens.

3 — Para efeitos do número anterior, o proprietário, o possuidor e demais detentores de direitos reais, bem como o responsável pela direcção das obras ou intervenções, devem facultar o acesso aos bens sempre que a administração do património cultural competente o solicite.

Artigo 9.º

Relatório intercalar

1 — A administração do património cultural competente determina a elaboração de relatório intercalar e indica o prazo para a respectiva entrega, quando:

- a) As diligências realizadas no âmbito do acompanhamento referido no artigo anterior o justifiquem;
- b) Obras ou intervenções de grande dimensão ou complexidade o aconselhem.

2 — O relatório intercalar é elaborado pelo responsável pela direcção das respectivas obras ou intervenções.

Artigo 10.º

Relatório final

1 — O relatório final é obrigatório relativamente às obras ou intervenções em bens culturais.

2 — O responsável pela direcção das obras ou intervenções deve elaborar e enviar o relatório final à administração do património cultural competente no prazo de 30 dias após a conclusão dos trabalhos.

Artigo 11.º

Elementos do relatório final

1 — O relatório final contém:

- a) Os elementos do relatório prévio;
- b) A justificação dos desvios verificados em sede de execução;
- c) A avaliação dos impactes das obras ou intervenções realizadas no bem cultural;
- d) Os exames e análises realizados, as técnicas, metodologias, materiais e tratamentos aplicados;
- e) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe, do processo seguido e do resultado final dos trabalhos;
- f) Plano de monitorização, inspecção e manutenção a realizar em relação ao bem cultural objecto das obras ou intervenções.

2 — A administração do património cultural competente pode solicitar, sempre que necessário, elementos adicionais a integrar o relatório final, no prazo de 20 dias.

3 — O responsável pela direcção das obras ou intervenções envia os elementos referidos no número anterior à administração do património cultural competente no prazo de 30 dias após a recepção do respectivo pedido.

Artigo 12.º

Arquivo

1 — O arquivo, tratamento e disponibilização da informação relativa às obras ou intervenções realizadas é da responsabilidade da administração do património cultural competente.

2 — O sistema de arquivo, tratamento e disponibilização da informação referida no número anterior é fixado por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área da cultura, em função da natureza e do tipo dos bens culturais.

CAPÍTULO III

Bens culturais imóveis

Artigo 13.º

Relatório prévio para bens culturais imóveis

O pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia previstos no regime jurídico da urbanização e edificação em relação a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis incluem obrigatoriamente o relatório prévio.

Artigo 14.º

Autoria do relatório prévio para bens culturais imóveis

Aplica-se à autoria do relatório prévio relativo a obras ou intervenções em bens culturais imóveis o disposto no artigo 5.º, sem prejuízo das habilitações académicas específicas previstas em legislação própria.

Artigo 15.º

Elementos do relatório prévio para bens culturais imóveis

O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas;
- b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitectónico, artístico, científico, social ou técnico;
- c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes;
- d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico;
- f) A utilização proposta para o imóvel;
- g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

CAPÍTULO IV

Bens culturais móveis

Artigo 16.º

Autorização

As obras ou intervenções em bens culturais móveis, bem como em património móvel integrado, são obrigatoriamente sujeitas à autorização da administração do património cultural competente.

Artigo 17.º

Pedido de autorização

O pedido de autorização é instruído com os seguintes elementos:

- a) Identificação do proprietário, do possuidor e demais detentores de direitos reais sobre o bem objecto das obras ou intervenções;

- b) Relatório prévio;
- c) Comprovativo das qualificações exigidas ao responsável pela direcção das obras ou intervenções;
- d) Composição e currículos profissionais dos elementos da equipa técnica;
- e) Prazo de execução e orçamento previstos.

Artigo 18.º

Autoria do relatório prévio para bens culturais móveis

1 — O relatório prévio relativo a obras ou intervenções de conservação e restauro em bens culturais móveis é da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior de cinco anos em conservação e restauro e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico.

2 — A formação superior e a experiência profissional referidas no número anterior devem ser relevantes na respectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa.

3 — A administração do património cultural competente pode, a título excepcional e de forma fundamentada, admitir técnicos com qualificações académicas inferiores às exigidas no presente decreto-lei para a elaboração do relatório prévio relativo a obras ou intervenções em bens culturais móveis desde que adequadas para o efeito e sem prejuízo de um mínimo de cinco anos de experiência profissional na respectiva área de especialidade.

Artigo 19.º

Elementos do relatório prévio para bens culturais móveis

1 — O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- a) Identificação e localização do bem;
- b) Histórico de obras ou intervenções no bem;
- c) Diagnóstico do estado de conservação;
- d) Âmbito e objectivos das obras ou intervenções;
- e) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do móvel, ou património móvel integrado, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta;
- f) Caracterização das técnicas, metodologias e tratamentos propostos, bem como dos materiais a utilizar, e compatibilidade com os materiais existentes;
- g) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- h) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- i) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe.

2 — Para além dos elementos previstos no número anterior, são fixados por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura outros elementos que se revelem necessários, designadamente em relação aos patrimónios arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico.

Artigo 20.º

Decisão

1 — A administração do património cultural competente decide o pedido de autorização no prazo de 40 dias.

2 — O prazo referido no número anterior é prorrogável, por igual período e por uma só vez, nos casos de obras ou intervenções de grande dimensão ou complexidade.

Artigo 21.º

Indeferimento

1 — O pedido de autorização é indeferido quando:

a) O requerente instrua o pedido sem os elementos previstos no artigo 17.º e não supra as deficiências no prazo determinado para o efeito, nunca inferior a 10 dias;

b) A administração do património cultural competente considere insuficientes ou inadequadas as qualificações ou a experiência profissional do responsável pela direcção das obras ou intervenções ou da respectiva equipa técnica.

2 — Nas situações de indeferimento com base no disposto na alínea b) do número anterior, o requerente pode propor a substituição do responsável pela direcção das obras ou intervenções, ou da respectiva equipa técnica, aproveitando-se neste caso os demais elementos entregues com o pedido.

Artigo 22.º

Direcção e execução

1 — À direcção de obras ou intervenções de conservação e restauro em bens culturais móveis é aplicável o disposto no artigo 18.º com as necessárias adaptações.

2 — A execução das obras ou intervenções é realizada por técnicos com qualificação e experiência adequadas nas respectivas áreas de especialidade.

3 — A alteração do director das obras ou intervenções autorizadas depende de prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

4 — Para efeitos do número anterior, a administração do património cultural competente pronuncia-se no prazo de 15 dias a contar da data de entrada do pedido.

Artigo 23.º

Alterações supervenientes

As alterações não previstas nos estudos e projectos de obras ou intervenções autorizados devem ser de imediato comunicadas à administração do património cultural competente.

Artigo 24.º

Suspensão dos trabalhos

1 — Sempre que se verifiquem na execução dos trabalhos situações que desvirtuem ou prejudiquem de alguma forma os bens culturais móveis, aqueles devem ser imediatamente suspensos pelo responsável pela direcção das obras ou intervenções.

2 — A suspensão dos trabalhos é comunicada pelo responsável pela direcção das obras ou intervenções à administração do património cultural competente no prazo de 48 horas.

3 — A administração do património cultural competente deve determinar o prosseguimento dos trabalhos autorizados logo que cessem as razões que justificaram a sua suspensão.

4 — O proprietário, possuidor ou demais detentores de direitos reais sobre o bem cultural objecto de obras ou intervenções pode solicitar o prosseguimento dos trabalhos nos termos do disposto no número anterior mediante pedido fundamentado.

ANEXO II – Cartografia (Cartas de 1 a 12)